

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

# **A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada.**

Fernanda Inêz Siqueira Arantes

**Belo Horizonte**

**2010**

Fernanda Inêz Siqueira Arantes

# **A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

**Orientadora: Dr<sup>a</sup> Márcia Stengel**

**Belo Horizonte**

**2010**

# FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A662m Arantes, Fernanda Inêz Siqueira  
A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada /  
Fernanda Inez Siqueira Arantes. Belo Horizonte, 2011.  
153f.

Orientadora: Márcia Stengel  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Mulheres. 2. Relações interpessoais. 3. Família. 4. Setor público. 5. Setor  
privado. I. Stengel, Márcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 396

Fernanda Inêz Siqueira Arantes

## **A mulher desdobrável: a articulação entre as esferas pública e privada.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Márcia Stengel (orientadora) – PUC Minas

---

Marlise Miriam de Matos Almeida - UFMG

---

Maria Ignez Costa Moreira – PUC Minas

**Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2010**

***A todas as mulheres que se desdobram cotidianamente.***

## AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente à professora Márcia Stengel que, com muita dedicação, competência, paciência e cuidado me orientou nesta longa caminhada;

Aos professores que, por toda a minha vida acadêmica, compartilharam sua sabedoria; em especial, às professoras Cláudia Mayorga, Carolina Marra e Betânia Gonçalves;

Às mulheres entrevistadas, por compartilharem suas experiências em prol desta pesquisa;

A Anna Cláudia, por me ajudar a compreender meus desejos e resistências;

Aos amigos e colegas do mestrado, especialmente a Laura que, desde os primeiros momentos, sempre esteve ao meu lado;

A Marília e ao Celso, pela dedicação e competência;

Aos colegas de trabalho, especialmente do Plug Minas que, cotidianamente, fazem parte minha vida. A Joyce Athie pela colaboração;

As minhas queridas amigas, por suportarem minhas ausências e serem o meu ponto de apoio: Letycia, Rejane e Michelle;

Ao Tiago, que, por muito tempo, caminhou ao meu lado. Obrigada por todo carinho e incentivo;

Ao Robson, companheiro em parte desta jornada, pelo carinho e amor;

A minha família, por sempre estar ao meu lado;

A Deus, pela vida;

A todos que, de alguma forma, contribuíram com esta construção.

Muito obrigada!

*Com licença poética*

*“Quando nasci um anjo esbelto,  
desses que tocam trombeta, anunciou:  
vai carregar bandeira.  
Cargo muito pesado pra mulher,  
esta espécie ainda envergonhada.  
Aceito os subterfúgios que me cabem,  
sem precisar mentir.  
Não sou tão feia que não possa casar,  
acho o Rio de Janeiro uma beleza e  
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.  
Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.  
Inauguro linhagens, fundo reinos  
-- dor não é amargura.  
Minha tristeza não tem pedigree,  
já a minha vontade de alegria,  
sua raiz vai ao meu mil avô.  
Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.  
Mulher é desdobrável. Eu sou.”*

*Adélia Prado*

## RESUMO

A articulação entre as esferas pública e privada é um grande desafio para as mulheres na contemporaneidade. A dicotomia estereotipada e sexista entre os papéis de gênero ainda perpassam as relações sociais de forma geral, ainda que se manifestem de maneira mais velada. Há, portanto, na sociedade contemporânea a coexistência de novos e antigos valores sociais que servem de base para a hierarquização das relações, sobretudo no âmbito familiar. É inegável os avanços das mulheres na ocupação da esfera pública, mas a privacidade ainda é o lugar referenciado e valorizado como espaço da mulher. Desta maneira, o presente estudo buscou compreender quais são os desafios encontrados pelas mulheres na tentativa de articular sua atuação em ambas as esferas, bem como identificar quais são os contornos que o binômio público e privado adotam na contemporaneidade. Este trabalho aborda a história da mulher e da família no contexto brasileiro, as relações de gênero e as características da família contemporânea, especialmente as configurações selecionadas para este estudo, a saber, a família nuclear, monoparental feminina, reconstituída, uniparental feminina e homoparental nuclear feminina. Para a realização desta pesquisa foram entrevistadas cinco mulheres, uma de cada dessas configurações familiares, de 30 a 40 anos, mães, trabalhadoras, pertencentes às camadas médias de Belo Horizonte. Como método de coleta de dados utilizou-se as entrevistas semiestruturadas e, para a apreciação dos mesmos, trabalhou-se com a análise de conteúdo. A análise do conjunto das entrevistas realizadas revelou que a luta pela igualdade nas relações de gênero, bem como o rompimento das dicotomias sexistas e generificadas, principalmente da oposição entre as esferas pública e privada, parece estar longe de se concretizar. As mulheres ainda ocupam um lugar de destaque na privacidade, mesmo com a crescente atuação no mundo do trabalho, enquanto a atuação do homem na privacidade ocorre de forma incipiente. Portanto, os limites entre as esferas se flexibilizam, mas não promovem a redistribuição igualitária nos contornos da privacidade.

Palavras-chave: Mulheres; relações de gênero; família; esfera pública; esfera privada.

## ABSTRACT

The relationship between the public and private spheres is a great challenge for women in contemporary society. The stereotypical and sexist dichotomy between the roles of gender still pervades the social relations although it manifests in a more veiled form. There is, therefore, in the contemporary society, the coexistence of old and new social values that suit as a base to the hierarchy of relationships, especially within family circuit. There is no denying the advances of women in occupation of the public sphere, but privacy is still the place referenced and valued as the space of women. In this way, this study sought to understand what are the challenges faced by women in an attempt to articulate their performance in both spheres, as well as identify what are the outline that the binomial public private sector adopt nowadays. This work covers the history of women and families in the Brazilian context, gender relations and the characteristics of contemporary family, especially the settings selected for this study such the family nuclear, female single-parent, reconstituted, female uniparental and female homoparental nuclear. For this research, it were interviewed five women, one from each of these settings family, from 30 to 40 years, mothers and workers, belonging to the middle class, in Belo Horizonte. As method of data collection, it were used the interviews semistructured, and, for appreciation, the same, it was used the content analysis. The analysis of set of interviews revealed that the fight for equality in gender relations, as well as the disruption of sexist and gendered dichotomies, mainly the opposition between the public and private spheres, seems to be far from to materialize. The women still occupy a prominent place in privacy, even with their growing presence in the world of work, while the role of man in privacy occurs in a incipient way. Therefore, the boundaries between the spheres become flexible, but do not promote egalitarian redistribution in the outline of privacy.

Keywords: Women, gender relations, family, public sphere, private sphere.

## SUMÁRIO

|                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                        | <b>09</b>  |
| <b>2 HISTORIA DA FAMÍLIA E DA MULHER .....</b>                   | <b>14</b>  |
| 2.1 História da mulher e da família no contexto brasileiro ..... | 15         |
| <b>3 AS RELAÇÕES DE GÊNERO .....</b>                             | <b>32</b>  |
| 3.1 Patriarcado .....                                            | 39         |
| 3.2 Público <i>versus</i> Privado .....                          | 45         |
| 3.3 A mulher contemporânea .....                                 | 50         |
| <b>4 A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA .....</b>                           | <b>55</b>  |
| 4.1 A família nuclear .....                                      | 59         |
| 4.2 A família monoparental feminina .....                        | 62         |
| 4.3 A família reconstituída .....                                | 64         |
| 4.4 A família uniparental feminina .....                         | 68         |
| 4.5 A família homoparental nuclear feminina .....                | 70         |
| <b>5 METODOLOGIA .....</b>                                       | <b>75</b>  |
| <b>6 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....</b>                           | <b>79</b>  |
| 6.1 A concepção de família .....                                 | 80         |
| 6.2 Maternidade e paternidade .....                              | 91         |
| 6.3 Trabalho .....                                               | 108        |
| 6.4 Diferenças geracionais: permanências e mudanças .....        | 121        |
| 6.5 Os papéis sociais e as esferas pública e privada .....       | 130        |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                              | <b>140</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                         | <b>145</b> |
| <b>APÊNDICE A: Roteiro das entrevistas realizadas .....</b>      | <b>153</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A contemporaneidade apresenta um rico universo de possibilidades, sendo a sociedade atual marcada pela pluralidade e complexidade. Não podemos mais falar em modelos rígidos e sólidos que se proponham a dar conta de tanta diversidade. A lógica contemporânea é caracterizada pela descontinuidade, efemeridade e valorização da heterogeneidade. Este novo cenário se apresenta repleto de contradições, especialmente no que se refere à condição das mulheres. Elas, que em outras décadas tinham um espaço legítimo e estável de reconhecimento – assim como de exclusão e reclusão -, agora são frequentemente convidadas a desbravar novos territórios, promovendo a reestruturação social em todas as esferas.

A relação é dialética. A mulher transformada, transforma e se retransforma. Forma? Nessa tensão inerente das transformações surgem as incertezas e os conflitos. Então, qual é a forma? A sociedade contemporânea – (BAUMAN, 2004), (VAITSMAN, 1994) - não mais legitima teorias universalizantes, que “enquadram” os sujeitos em conceitos e os nomeiam por suas formas (BUTLER, 2008). As experiências são cada vez mais pulverizadas, construindo espaços dinâmicos e instáveis, que sempre nos convidam ao debate e à reflexão.

As relações dicotômicas entre homens e mulheres deixam de ter significados bem definidos, embora ainda não sejam igualitárias. A inserção das mulheres em espaços públicos, antes legitimados apenas por homens, foi um fator fundamental para inserir a pauta das desigualdades nas discussões políticas e sociais. Goldeberg (1989) aponta que o movimento feminista foi essencial para a melhoria da situação feminina ao propor um movimento de liberação das mulheres em busca de uma transformação global da sociedade. Sarti (2004, p.44) ressalta que “o feminismo passa a ser reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher.”. Este movimento mobilizou reflexões acerca da desnaturalização do ser mulher, questionando as estratégias de sustentabilidade e reprodução da dominação masculina, na busca por mecanismos em prol da emancipação feminina. Procurou questionar e desconstruir inúmeras formas e práticas que sustentavam e reproduziam estratégias de dominação masculina.

Tais questionamentos sugerem um novo lugar para a mulher na sociedade contemporânea. Muitas conquistas foram alcançadas, dentre elas: aumento no nível

de escolaridade, assim como do acesso às universidades; ampliação das possibilidades de inclusão profissional; maior legitimidade e reconhecimento para o trabalho da mulher; emancipação financeira; participação mais consciente nas decisões e discussões políticas; controle do exercício da sexualidade, bem como dos limites do corpo.

O trânsito das mulheres por todas as esferas proporcionou a flexibilização dos limites no binômio público *versus* privado. O espaço da privacidade, caracterizado substancialmente como o espaço da família, deixou de ser o único lugar para atuação da mulher, embora ainda seja, supostamente, o espaço mais valorizado. Ao mesmo tempo, elas ampliam sua participação no mundo público, muitas vezes, acumulando jornadas de trabalho. Logo, é inegável a reatualização das desigualdades generificadas e sexistas na vida pública; mas será que o mesmo acontece na privacidade?

Deste modo, a mulher contemporânea vivencia um grande desafio: articular sua participação em ambas as esferas. Nas palavras de Adélia Prado, esta mulher é desdobrável. Ela se desdobra na tentativa de conciliar suas diversas funções e responsabilidades. Cabe, portanto, questionar: como ocorre este trânsito entre as esferas no cotidiano das mulheres contemporâneas? Quais são os contornos que a dicotomia público *versus* privado adota na atualidade? Quais são as representações de gênero possíveis neste trânsito? Quais os papéis que esta mulher desdobrável precisa representar?

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo principal compreender como as mulheres contemporâneas articulam e conciliam suas atuações nas esferas pública e privada, bem como observar quais são os contornos que este binômio apresenta na atualidade. Para tanto, pretende-se mapear as representações dos papéis sociais de cinco mulheres contemporâneas, através das vivências cotidianas das suas relações familiares, bem como das atuações de cada uma delas no mundo público. A análise irá perpassar a constituição familiar; as representações dos papéis materno e paterno; as mudanças e permanências das relações intergeracionais; a atuação da mulher no mundo do trabalho; e, por fim, as representações das relações de gênero associadas a cada esfera.

Refletir sobre as transformações que acontecem nos papéis da mulher e nas relações de gênero a partir da escuta daquelas que experimentam esta realidade todos os dias é dar voz a quem de fato conhece as vicissitudes e os desafios de ser

mulher na contemporaneidade, colocando estas mulheres não apenas no lugar de construtoras da ciência, mas, sobretudo, no lugar de protagonistas para ações políticas.

A família, principal organização para a manifestação das relações privadas, será, portanto, o ponto de partida. Falar sobre família pode parecer uma tarefa simples, pois provavelmente fazemos ou fizemos parte de uma. A reflexão em torno deste tema nos convida a reviver experiências da nossa própria história, perpassando por questões íntimas e pessoais.

De acordo com Prado (1981), o vocábulo família tem sua origem no latim *famulus* (escravo doméstico) - e significa o conjunto de servos (livres e escravos) e dependentes, inclusive a esposa e os filhos, de um chefe ou senhor. Essa expressão foi instituída pelos romanos para definir a forma na qual se organizava a família greco-romana. Desde então, o termo “Família” é utilizado para nomear organizações e agrupamentos sociais distintos do ponto de vista da estrutura e funções.

No senso comum, bem como no dicionário Aurélio (FERREIRA,1999), a família significa um grupo de pessoas geralmente morando na mesma casa, de uma mesma linhagem (mesmo sangue), ascendentes ou descendentes (pai-mãe-filhos), ou admitidos por adoção. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009) considera família as pessoas unidas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, desde que habitem o mesmo domicílio. Na pesquisa realizada pela Associação Municipal de Assistência Social - AMAS (1995) considerou-se família todas as organizações compostas por adultos que viviam com crianças e/ou adolescentes residindo na mesma casa.

Apresentada como organização basilar da sociedade, a família é definida por Groeninga (2003) como um sistema que se modifica no tempo, isto é, um conjunto de elementos em interação, que se adapta a partir de suas funções correlacionadas com o ambiente. “Como fato social total, ela é tanto uma relação privada quanto uma instituição em que se estabelecem ligações particulares, afetivas e econômicas.” (GROENINGA, 2003, p.136).

Roudinesco (2003) ressalta que a família é a forma de organização social mais persistente e, de uma forma geral, ela sempre foi definida como um conjunto de pessoas ligadas entre si através do casamento e da filiação. A autora acrescenta que a família também pode se constituir a partir da sucessão dos indivíduos, direcionando a análise para as relações geracionais. Por tudo isso, fica evidente que

a família é um conjunto de relações que não se explica apenas em conceitos. Encontrar uma definição que traduza com exatidão todas as possibilidades de família é uma tarefa cada vez mais difícil.

Muitos autores se aventuram nesse caminho, propondo considerações que buscam o significado dessa organização. Na literatura sobre o tema, encontramos definições que observam sua estrutura e funções, bem como os sistemas relacionais que compõem a família. Entretanto, Bruschini (1993) ressalta que a família tem como característica a não-naturalidade e a mutabilidade, o que torna mais difícil encontrar um conceito estável.

No que tange às formas de organização, observa-se que a família é essencialmente mutável, isto é, está em constante transformação. A análise histórica, a partir de autores como Ariès (1978), Bassanezi (1997), Bruschini (1993), Costa (2004), Poster (1979), Samara (1991, 2002), Stengel (2004), Rago (1997), Romagnoli (1996), Roudinesco (2003) e Vaitsman (1994), dentre outros, nos revela a existência de diferentes estruturas familiares que se modificam a partir dos acontecimentos sociais, culturais e econômicos de cada época. Tais modelos podem ocorrer de maneira simultânea, mesmo levando em consideração diferenças geográficas, históricas e culturais.

Nesta lógica, a presente pesquisa pretende percorrer uma parte da história da família na busca por pontos de permanência e transformação característicos da família nos dias atuais. Para tanto, focalizaremos nos papéis desempenhados pelas mulheres, não apenas nas famílias, mas, sobretudo, na articulação deste espaço com o mundo público.

Constata-se, então, a relevância deste estudo, que poderá oferecer elementos para o questionamento das desigualdades entre homens e mulheres ainda existentes nos dias atuais, sobretudo no que se refere ao compartilhamento das responsabilidades familiares. Destarte, vislumbramos que este trabalho poderá ser de interesse da comunidade acadêmica, ou seja, por pesquisadores das diversas áreas das ciências humanas e sociais. Adotar um posicionamento crítico frente a tais questões certamente irá contribuir para a promoção de relações mais equânimes, seja na privacidade ou no mundo público, sem legitimar olhares generalistas e preconceituosos. Portanto, não seria pretensão pensar que esta dissertação poderá, em algum momento, auxiliar também a elaboração de políticas

públicas e sociais para as mulheres, que tenham como objetivo garantir a cidadania e a inclusão social e, principalmente, politizar o espaço da privacidade.

Iniciaremos a discussão teórica (capítulo dois) a partir da história da família, desde a família patriarcal colonial até a família conjugal moderna, abrangendo o contexto brasileiro. Neste capítulo iremos percorrer alguns aspectos desta história, sempre pontuando as mudanças na condição feminina, especialmente no trânsito entre as esferas pública e privada.

O capítulo três trará o enfoque nas teorias sobre as relações de gênero, que ganharam força com os movimentos organizados de mulheres e, posteriormente, com o movimento feminista. Incluiremos o conceito de patriarcado, com o objetivo de trazer o recorte sexista da dominação dos homens em relação às mulheres. Ainda neste capítulo iremos discutir a dicotomia entre público e privado, bem como a naturalização do papel da mulher na esfera da privacidade, enquanto o homem é legitimado no domínio público. Por fim, buscaremos compreender teoricamente a mulher contemporânea.

Na sequência, o capítulo quatro trará uma breve reflexão acerca da família contemporânea. Também problematizaremos os tipos de família selecionados para esta pesquisa, ou seja, a família nuclear, monoparental feminina, reconstituída, uniparental feminina e homoparental nuclear feminina. É importante destacar que tal seleção pretende mostrar uma parcela da diversidade sem, contudo, abarcar todas as formas possíveis de experienciar a família nos dias atuais.

Além da articulação teórica sobre família e gênero, a dissertação contará com uma parte empírica, que é apresentada no capítulo cinco. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas com mulheres, de 30 a 40 anos, pertencentes a diferentes configurações familiares das camadas médias de Belo Horizonte. Para este estudo iremos selecionar uma mulher, trabalhadora, que ocupe o lugar de mãe nas famílias nomeadas como: nuclear, monoparental feminina, reconstituída, uniparental e homoparental nuclear feminina, totalizando cinco mulheres entrevistadas. Como método de análise das entrevistas será utilizado a análise de conteúdo.

No capítulo seis apresentaremos as análises produzidas a partir das entrevistas realizadas em articulação com a discussão teórica. E, finalmente, o último capítulo desta dissertação trará as considerações finais da pesquisa.

## 2. HISTORIA DA FAMÍLIA E DA MULHER

A família reúne diversas funções, que podem ser divididas com outras instituições ou exercidas com exclusividade. De acordo com Prado (1981), estas funções dependem das condições sociais e econômicas nas quais a família está inserida. Alguns exemplos de função são as de reprodução (social e biológica), as de identificação social dos indivíduos e as de produção de bens e consumo.

É fundamental observar a importância da família na constituição dos sujeitos sociais, pois é uma das matrizes da organização psíquica do ser humano. É usualmente na família que acontecem os primeiros agenciamentos que constituem a subjetividade. Ela é também a principal encarregada da socialização primária do indivíduo. De acordo com Berger e Luckmann (1985), a socialização primária pode ser definida como a introdução do indivíduo na sociedade, processo em que ele se torna membro social. Para tais autores, a socialização primária ocorre durante a infância, principalmente no mundo doméstico.

Para Reis (1984), a família também exerce uma função ideológica, que se refere-se à transmissão de valores que constituem a cultura em um determinado momento histórico, mantendo e promovendo a reprodução social. Essa transferência ideológica acontece nas relações intergeracionais, nas quais são ensinadas as regras do convívio social, a definição dos papéis, dentre outros. A função ideológica da família tem como objetivo conservar e manter o controle social. Apesar de fiscalizar, ela também favorece a cidadania do indivíduo, preparando-o para estabelecer relações nos diversos grupos da sociedade, construindo sujeitos de direitos e deveres.

A família, espaço da privacidade, é fundamental para a composição dos indivíduos. No entanto, ela não é uma organização estável, pois se modifica através dos diversos agenciamentos que recebe. Portanto, percorrer a história própria à família é o ponto de partida para compreender as relações familiares nos dias atuais, visto que refazer tal percurso nos possibilita identificar certos paradigmas, bem como analisar as permanências e as mudanças da família contemporânea, principalmente no que tange às relações de gênero e aos papéis da mulher.

Desde tempos remotos verificamos formas diferentes de famílias. Poster (1979) observa que a análise histórica da família não conta com uma linearidade, se

apresentando de forma descontínua e não homogênea. De tal modo, alguns modelos que serão citados nesse capítulo aconteceram simultaneamente no decorrer da história.

As estruturas e as dinâmicas familiares são amplamente influenciadas pelas transformações sociais e culturais de cada época. Assim, este capítulo se propõe a percorrer a história da mulher e da família no contexto brasileiro na busca pelos principais pontos de permanência e/ou mudanças que fazem parte do cotidiano das mulheres entrevistadas por esta pesquisa, com o foco na divisão de papéis e nas dicotomias generificadas – principalmente a dicotomia público *versus* privado. Para tanto, elegemos apenas alguns modelos de família que, haja visto, não reúnem a totalidade da diversidade, mas nos oferecem elementos importantes que sinalizam as conexões e contradições entre os novos e os antigos valores sociais.

## **2.1. História da mulher e da família no contexto brasileiro**

A análise histórica da família revela o caráter maleável desta organização, que se configura e reconfigura dialogicamente aos valores sociais, econômicos e políticos de cada época. Como principal representante da privacidade do indivíduo, interessa-nos analisar a forma como os papéis de homens e mulheres se articulam na esfera privada ao longo da história, bem como observar os pontos de tensão inerentes a esta dinâmica. Para tanto, iniciaremos o percurso a partir das organizações familiares localizadas no período colonial brasileiro, que teve seu início no século XVI.

Este momento histórico foi marcante para a construção cultural do país. Os padrões culturais portugueses foram impostos e incorporados aos brasileiros, modificando formas familiares nativas e importando a mão-de-obra escrava negra. Neste contexto, o Brasil colônia se apresenta como uma sociedade agrária, escravocrata e latifundiária, caracterizada pela descentralização do poder administrativo.

O modelo familiar base deste contexto é o da família patriarcal, que se organizava a partir de uma estrutura rígida e hierárquica, caracterizada pela autoridade masculina – o senhor de engenho – que detinha os poderes políticos e

econômicos. Para Samara (1991), a família concentrava as funções sociais e econômicas, uma vez que o poder administrativo era descentralizado.

Stengel (2004) ressalta que esta organização familiar colonial, característica dos séculos XVI e XVII, era composta tanto pelo núcleo conjugal (casal e prole legítima), quanto por parentes, filhos bastardos, agregados, afilhados e escravos. Bruschini (1993) observa que os escravos não tinham o direito de constituir formas estruturadas de famílias e nem criar vínculos de amizade.

Samara (1991) revela que todas essas pessoas citadas acima eram incorporadas à estrutura patriarcal e viviam na mesma propriedade (a casa-grande), unidos tanto por laços de sangue e relações de parentesco como por relações escravocratas, constituindo um sistema de direitos e deveres. O senhor representava a autoridade, exercendo-a sobre a mulher, os filhos e todos os indivíduos que compunham a família patriarcal. A ele cabia o dever de prover e proteger os membros familiares, enquanto era dever da mulher a submissão, a organização domiciliar e a criação dos filhos.

As uniões conjugais na família patriarcal eram firmadas pelos acordos familiares, nas quais os patriarcas decidiam com quem e quando seus filhos deveriam se casar. Os casamentos eram realizados principalmente com o objetivo de garantir a manutenção da propriedade e o status social da família, ou seja, priorizavam a descendência do nome do patriarca com vistas à sucessão do patrimônio.

O controle da sexualidade feminina era fundamental para garantir a legitimidade dos filhos do casal, ou seja, a garantia de transmissão dos bens. Isto tornava imprescindível a virgindade da mulher antes do casamento e era inaceitável qualquer forma de adultério feminino. Em contrapartida, os homens tinham o direito de exercer livremente sua sexualidade. Contudo, os filhos bastardos não eram reconhecidos e não tinham direito à sucessão à herança.

Observamos que, na família patriarcal, o lugar de cada membro da família era rigidamente determinado. Nesse modelo de família os papéis atribuídos socialmente a cada sexo eram bastante definidos. Em função da autoridade masculina, podemos supor que as relações estabelecidas eram marcadas pela dominação do homem e a submissão das mulheres, filhos e demais agregados.

Entretanto, Stengel (2004) contesta a ideia de que a mulher exercia fundamentalmente uma postura submissa em relação ao marido. Para essa autora,

mesmo com a autoridade masculina e a rígida definição dos papéis do homem e da mulher, era comum uma postura feminina ativa, na qual a mulher tinha grande influência no âmbito familiar. Outro aspecto revelado se refere ao grande número de mulheres que criavam sozinhas os filhos considerados ilegítimos.

Este argumento pode ser reafirmado pela constatação de que, por ser um país escravocrata, grande parte das mulheres escravas trabalhavam na lavoura, por vezes sob administração das senhoras, que, nos casos da ausência masculina, seja por falecimento ou invalidez, coordenavam os negócios da família.

Em suma, esta organização familiar é caracterizada primordialmente pelo estabelecimento de relações desiguais e hierárquicas entre homens e mulheres, baseadas na lógica do patriarcado<sup>1</sup>, ou seja, dominação masculina e submissão feminina com base em uma rígida divisão sexual e de gênero com limites ostensivos entre as esferas pública e privada. A dupla moral sexual, isto é, moral sexual distinta para homens e mulheres, e o controle da sexualidade da mulher também são componentes importantes para a sustentabilidade desta dinâmica, atuando como forma de regulação e repressão basilar para dominação dos homens em relação às mulheres.

Apesar de ser o modelo hegemônico, a família patriarcal não era a única forma de família existente no período colonial. Bruschini (1993) afirma que, em outros segmentos sociais, os modelos de família se generalizavam, principalmente por causa dos elevados custos das uniões formais, que naquele período histórico eram fundamentalmente religiosas. Samara (2002) ressalta a coexistência de tipos de famílias com um número menor de indivíduos em relação ao modelo patriarcal, que englobava todos os componentes que viviam na casa-grande. Em outro estudo, Samara (1991) recorta o estado de São Paulo nos séculos XVIII e XIX, e constata a existência de famílias nucleares com um número pequeno de integrantes.

Na família paulista, por exemplo, existiam inúmeras mulheres solteiras que viviam sozinhas ou com filhos ilegítimos e, muitas vezes, para não serem estigmatizadas era comum estabelecerem relações com os homens a partir do concubinato.

Ainda assim, a família paulistana era marcada pela dicotomia entre o público e o privado, bem como pela estereotipia dos papéis sexuais generificados, pois as

---

<sup>1</sup> Este conceito será retomado no próximo capítulo.

mulheres eram cerceadas ao mundo doméstico, enquanto os homens circulavam livremente pela vida pública. A organização econômica também era um grande motivo da ausência dos maridos na vida doméstica, pois os mesmos se dedicavam ao trabalho na tentativa de sustentar o papel de provedor, uma vez que era seu dever manter financeiramente o grupo familiar. Isto os levavam a exercer atividades laborativas que consumiam grande parte de suas horas diárias ou eram desenvolvidas em locais longe de suas residências.

Esta relação entre a monoparentalidade feminina e a necessidade da presença de um homem na composição familiar (mesmo que de forma coadjuvante) reflete os valores morais desta época, a saber, valores sustentados pela visão patriarcal na organização familiar. Assim, podemos supor que as mulheres/mães solteiras precisassem estabelecer um vínculo com um homem na tentativa de minimizar a estigmatização. A simples presença masculina, mesmo que sem uma união oficial, parece conferir a estas mulheres um lugar mais valorizado socialmente. Vemos, com isso, que o papel da mulher era fundamentalmente ficar à sombra do homem – único autorizado à circulação no âmbito da esfera pública – para ter algum reconhecimento moral e social.

Mudanças econômicas que aconteceram a partir do século XVIII possibilitaram maior atuação das mulheres na esfera do trabalho<sup>2</sup> e, conseqüentemente, ampliou para elas o trânsito entre a vida pública e a privada. Samara (2002) ressalta que, em virtude da imigração masculina e escassa mão-de-obra escrava, as mulheres passaram a ter maior inserção nas atividades remuneradas, longe do ambiente doméstico. O início do processo de industrialização brasileiro favoreceu o crescimento do mercado que, conseqüentemente, contou com uma significativa participação feminina na área da indústria têxtil.

No século XIX, com o processo de urbanização, o início da industrialização, a abolição da escravatura e o aumento da imigração, observa-se a existência de um novo cenário social, que acaba por modificar as estruturas familiares. As novas oportunidades de emprego e a escassa mão-de-obra trabalhadora possibilitaram, ainda mais, o ingresso da mulher no mercado de trabalho, dividindo, assim, sua presença entre a privacidade e o mundo público.

---

<sup>2</sup> É importante destacar que as mulheres sempre desenvolveram alguma forma de trabalho (formal ou informal). O que difere entre uma época e outra, bem como entre sociedades distintas, é justamente a valorização e o reconhecimento das formas de atuação das mulheres na vida pública.

Com a redução da mão-de-obra trabalhadora, decorrente do processo de industrialização, as imigrações foram incentivadas. Conforme Rago (1997), grande parte do contingente feminino que trabalhava nas fábricas era constituída por mulheres estrangeiras, formando, junto com as brasileiras e algumas crianças, a maior parte da população proletária no Brasil. No entanto, estas mulheres ocupavam postos de menor prestígio social. Ainda assim, os homens dominavam o mercado, não no número de contingente, mas ocupando os melhores lugares nas fábricas, tendo, portanto, sua atuação reconhecida e valorizada.

O cotidiano do trabalho feminino nas fábricas é muito bem exposto por Rago (1997). Conforme retrata essa autora existiam diversas barreiras que as mulheres tinham que enfrentar: a inexistência de uma legislação trabalhista que regulamentasse o trabalho feminino e, por consequência, havia jornadas laborais que chegavam a até 14 horas diárias (geralmente exercendo ocupações mal remuneradas); e a precariedade do ambiente de trabalho. Portanto, não havia condições favoráveis para o exercício profissional da mulher nos ambientes das fábricas.

Fica evidente a participação feminina na ampliação da economia brasileira, na qual muitas mulheres procuravam formas de trabalho para aumentar os rendimentos domésticos, seja para suprir o provimento (na ausência do homem), seja como forma de complemento financeiro. Contudo, como observa Rago (1997), as mulheres não substituíram o trabalho masculino nas fábricas e talvez serviram de contingente de reserva. Portanto, neste período, ainda que a participação da mulher na esfera pública tenha apresentado um crescimento considerável, podemos notar que tal atuação se insere de maneira coadjuvante, como forma de complementaridade do trabalho do homem.

A atuação das mulheres no mercado de trabalho apresenta seu decréscimo com o advento da industrialização. Apesar de haver a participação feminina em atividades têxteis e de vestuário, a modernização dos meios de produção reduziu os postos de trabalho, substituindo processualmente esta mão-de-obra pela masculina. As mulheres pobres continuavam a exercer atividades que lhes pudessem gerar remuneração, porém ainda não eram reconhecidas, tampouco valorizadas (VAITSMAN, 1994).

Em decorrência da diminuição dos postos de trabalho, ocasionada pela modernização dos instrumentos de produção e do aumento das imigrações,

observa-se um aumento da mão-de-obra masculina disponível no mercado e sem ocupação trabalhista. Seguindo a lógica social, que legitimava o trabalho como lugar masculino, bem como a privacidade como cenário feminino, as mulheres foram incetivadas a deixar os postos de trabalho para o retorno dos homens. Assim, as mulheres são praticamente obrigadas a deixar suas ocupações nas indústrias, confirmando que o espaço público ainda não era definido como um lugar para a ocupação feminina.

Socialmente passou a ser estabelecida uma política moral referente ao trabalho feminino, reafirmando e redefinindo os contornos ostensivos da dicotomia entre o público e o privado. Segundo Bassanezi (1997), nos anos 1950, com o final da Segunda Guerra Mundial, a sociedade brasileira importou alguns valores estrangeiros, que também adotaram a política de restrição feminina ao trabalho. Os homens haviam deixado os postos de trabalho para participar da guerra e, com o retorno desse contingente trabalhador masculino, era fundamental o retorno das mulheres trabalhadoras ao lar.

A sociedade em geral acreditava que o trabalho feminino prejudicaria as relações familiares. O pensamento coletivo incentivava as mulheres a exercerem e valorizarem a maternidade. Rago (1997) aponta a emersão de diferentes discursos que associavam novamente a mulher ao ambiente doméstico. Costa (2004), ao apresentar a lógica do movimento médico higienista, a partir de 1930, ressalta que a sociedade deveria criar cidadãos saudáveis (de forma física, psíquica e moral) que possibilitassem o desenvolvimento da nação. “A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa<sup>3</sup>.” (COSTA, 2004, p.13).

A análise de Costa (2004) demonstra que a norma familiar proveniente do discurso médico e da ideologia higienista atribuía à mãe a responsabilidade pelos cuidados com as crianças. Este processo acontecia juntamente ao debate social que relacionava o papel da mulher ao mundo doméstico. A mulher deveria retornar sua atuação apenas ao lar, garantir o controle das normas morais e higiênicas na família, com o objetivo de promover a criação de indivíduos saudáveis e diminuir as altas taxas de mortalidade infantil.

---

<sup>3</sup> Importante destacar que Costa (2004) traz o recorte de classe – família burguesa – demonstrando que sua colocação não pode ser aplicada da mesma maneira em todas as formas familiares existentes neste período da sociedade brasileira.

A maioria das mulheres é seduzida por essa imagem do papel feminino vinculado e valorizado no mundo doméstico e, muitas vezes, também reproduzia os rígidos códigos de moralidade. O papel da mulher reconhecido socialmente estava diretamente relacionado à esfera da privacidade, ou seja, uma boa mulher deveria se preocupar com sua reputação e se dedicar ao casamento, à maternidade e ao lar. Enfim, a mulher tinha como incumbência ser uma boa mãe e esposa dedicada.

Estas mudanças sociais estruturaram a família conjugal moderna, até os anos 1960, nas camadas médias dos grandes centros urbanos. Faz-se necessário apresentar a diferenciação entre a família conjugal da sociedade moderna e a família nuclear indicada por Vaitsman (2004). Ela coloca que chamar esse modelo de família de nuclear não aborda a historicidade da questão, pois as famílias nucleares não são necessariamente modernas<sup>4</sup>. No entanto, como diversos autores se referem ao modelo a partir do termo “nuclear”, para este trabalho serão utilizadas ambas as posições.

Este modelo de família – família conjugal moderna ou família nuclear – foi também caracterizado pela hierarquia e o patriarcado, no qual a autoridade ainda estava relacionada à figura paterna e as mulheres eram legalmente subordinadas aos homens. A prioridade era a felicidade do grupo familiar. Firmada sobre a divisão sexual do trabalho, a família conjugal moderna é também marcada pela dicotomia entre o público e o privado (VAITSMAN, 1994).

Essa dicotomia se expõe através da inserção de limites do espaço doméstico, ou seja, o lar correspondia a um ambiente privado de intimidade e privacidade restrito ao convívio familiar. Já as relações sociais estabelecidas fora desta esfera privada, como o trabalho, correspondiam à esfera pública. “O privado, o local, o particular, o micro, em contraposição ao público, ao central, ao geral e ao macro,...” (VAITSMAN, 1994, p.73). Assim, as funções exercidas pelas mulheres dentro do ambiente doméstico não eram reconhecidas como trabalho e, conforme Gonçalves (2000), a função de dona-de-casa era contabilizada pelos estudos estatísticos como “inatividade econômica”. Vemos, aqui, um exemplo claro da invisibilidade do trabalho doméstico.

---

<sup>4</sup>A família nuclear – composta pelo núcleo pai, mãe e filhos – ocorreu durante os séculos XVI ao XVIII, embora existam indícios da sua existência na Europa da Idade Média, bem antes de se tornar o modelo dominante da Modernidade (ROUDINESCO, 2003).

De acordo com Bassanezi (1997), a família conjugal moderna atribui valor ao amor materno e à criação dos filhos. Era função do homem a autoridade, procurando proteger e prover financeiramente a família. A mulher deveria ser a “rainha do lar”, cuidando da casa, do marido e dos filhos. Assim, as meninas eram educadas para viver na vida doméstica e os meninos para viver na vida pública. As transmissões desses papéis sociais eram atribuições das mulheres, que os repassavam de geração para geração.

A autora aponta também que as uniões eram realizadas a partir do afeto entre os cônjuges, ou seja, fundamentada na livre opção, na qual não cabia mais aos pais definir as relações matrimoniais. Roudinesco (2003) acrescenta que as relações se baseavam em uma lógica afetiva, fundada no amor romântico<sup>5</sup>. Entretanto, a aceitação familiar era um aspecto fundamental na escolha, pois ainda era dever dos pais o cuidado com o futuro dos filhos.

Araújo (2002) ressalta que o casamento associado ao amor é uma criação da burguesia, que valorizava o amor individual. Vaitsman (1994) conclui que o casamento moderno, justificado pela noção romântica e pautado na individualidade, foi mais um fator de transformação para a família conjugal moderna, uma vez que as uniões baseadas no afeto e em relações mais igualitárias propiciaram condições favoráveis para as manifestações de conflitos e, conseqüentemente, de dissoluções. Essa autora observa que a manutenção do casamento tornou-se subordinada à realização pessoal, incluindo a possibilidade de separação do casal.

A única forma de separação oficial anterior à criação do divórcio em 1977 era o desquite, que não permitia que os indivíduos formalizassem novas uniões, segundo revela Bassanezi (1997). As mulheres desquitadas ou que viviam com homens desquitados eram vítimas de grande preconceito; e, o adultério feminino ainda era visto com intolerância. Nota-se que nesse contexto as uniões formais eram ainda muito valorizadas e as mães solteiras e os filhos ilegítimos sofriam inúmeras discriminações.

Na família conjugal moderna, assim como nos outros modelos, a sexualidade feminina foi muito reprimida. A virgindade da mulher era valorizada e a vivência de sua sexualidade estava associada à maternidade, ou seja, à reprodução biológica da espécie. Valores como virtude feminina são apreciados e disseminados amplamente

---

<sup>5</sup> O amor romântico, fundado na livre escolha dos parceiros, refere-se à criação de um ideal amoroso que valoriza os desejos, afetos, sonhos e a singularidade (CHAVES, 2006).

pela sociedade, que compreendia a mulher a partir da existência de uma natureza feminina, relacionada principalmente ao fator natural da procriação humana, que acontece no corpo da mulher.

Na tentativa de reprimir a sexualidade feminina, muitos canais de comunicação da época (jornais, revistas) divulgavam informações que censuravam a expressão da sexualidade feminina. Gonçalves (2000) ressalta também a precariedade dos métodos contraceptivos, o que aumentava o risco de uma gravidez indesejada e restringia a iniciação sexual feminina.

Ao contrário, o exercício da sexualidade masculina era incentivada e vista como natural. Aos meninos e rapazes era dado o direito de se relacionar sexualmente com várias mulheres, inclusive após o matrimônio. Essas mulheres, por sua vez, que vivenciavam com mais liberdade a sexualidade eram marginalizadas socialmente.

Apesar de modernizada, a família conjugal ainda manteve alguns traços do patriarcado. Ainda que com conteúdos distintos, o reproduziu pelo viés da Modernidade, como podemos observar:

Analizando a família conjugal moderna nessa época, Mello e Souza (1951) afirmam que ela estaria transformando aquilo que ainda restava da organização patriarcal, com emergência dos seguintes traços: igualdade de status por parte da mulher e do homem; maior participação das mulheres em atividades lucrativas; aumento do controle da natalidade; aumento do número de desquites e casamentos com desquitados; diminuição da autoridade paterna e consequente diminuição das distâncias dentro da família; enfraquecimento dos laços de parentesco e, em resultado, uma mudança na família extensa para o grupo conjugal. Outros traços, no entanto, teriam sido preservados: tolerância de adultério discreto por parte do homem; intolerância de adultério por parte das mulheres; tabu violento contra a perda de virgindade por parte das mulheres, mesmo nos centros mais urbanizados. (VAITSMAN, 1994, p.61-62)

Assim, vemos que a família conjugal moderna conservou traços do patriarcado, ainda que de maneira menos ostensiva, principalmente no que se refere à dominação do homem em relação à mulher: relações hierarquizadas de dominação masculina e submissão feminina; dicotomia entre público e privado; divisão sexual do trabalho; moral sexual generificada e controle da sexualidade feminina. Em contrapartida, vemos uma maior abertura para a circulação das mulheres no mundo público e, paradoxalmente, o enaltecimento do amor materno e da privacidade. Logo, as mulheres encontram maior abertura para exercer papéis no mundo público, mas são seduzidas por seus papéis na vida doméstica.

Vaitsman (1994) relata que as relações entre os gêneros foi amplamente influenciada pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, regida pela lógica universalista de mercado, no qual os indivíduos podiam concorrer para a venda de seus produtos, serviços e força de trabalho. No entanto, neste contexto entende-se por indivíduos apenas os homens, legitimando a desigualdade e a dicotomia entre as relações públicas e as privadas.

Fica evidente que a concepção moderna de indivíduo excluía oficialmente a participação das mulheres e, conseqüentemente, promovia direitos de cidadania desiguais. Verifica-se que “o individualismo, que parte do princípio de que os indivíduos são iguais e livres, legitima as relações de dominação através de um discurso universalista.” (VAITSMAN, 1994, p.32). Isto posto, a liberdade era condicionada apenas ao indivíduo homem através da universalização da dominação masculina sobre as mulheres.

Vaitsman (1994) deixa claro que os valores universalistas e igualitários basilares da família conjugal moderna geram situações incompatíveis como, por exemplo, igualdade dentro das relações hierárquicas. Assim, ao mesmo tempo em que as mulheres encontram outras possibilidades de inserção social, como veremos a seguir, ainda são excluídas e dominadas pelos homens. Esta situação tensiona as relações e gera conflitos nas bases patriarcais da sociedade moderna.

Em contrapartida, os ideais igualitários da sociedade moderna, ainda que referenciados aos homens, promovem um cenário propício para o questionamento da dicotomia entre o público e o privado, bem como a divisão sexista e generificada do trabalho. As mulheres passam a ter novas possibilidades de escolhas e são guiadas por aspirações e desejos. Algumas deixam de se contentar com o reconhecimento apenas no espaço doméstico e saem ao mundo público, ainda que de forma incipiente.

Giulani (1997) ressalta que a participação feminina no mercado de trabalho e o maior acesso à educação são fatores que contribuem para as mulheres questionarem esses papéis sociais rigidamente estabelecidos. Stengel (2004) observa que, a partir da década de 1960, com o aumento do ingresso de mulheres nas universidades e, conseqüentemente, com a inserção feminina em postos mais valorizados no mercado de trabalho, tornou-se possível o questionamento da divisão entre a esfera pública e a privada. Vaitsman (1994) relembra que as mulheres sempre exerceram atividades laborativas, mas o reconhecimento só acontece

quando participam das esferas culturais e políticas. Por questionar valores sólidos da sociedade brasileira, essas transformações não acontecem de maneira simples e são fruto de muitos conflitos.

Os movimentos sociais representativos das minorias, em especial os que questionaram (e ainda o fazem) os papéis sociais da mulher e sua posição de opressão, produziram grandes mudanças nas relações e papéis de gênero. Dentre estes, o movimento feminista<sup>6</sup> teve uma atuação ímpar ao promover amplamente o debate acerca da emancipação feminina, colocando em xeque principalmente a divisão sexual e de gênero do trabalho. A crítica feminista denunciava, e ainda o faz, as categorias universalizantes e reivindicava a igualdade de direitos para o exercício da cidadania, bem como o respeito à diversidade. Promoveu, assim, o questionamento da ordem social vigente.

Relembrando a apreciação de Stengel (2004), nota-se que acesso à educação formal é uma condição necessária para promover a emancipação feminina. É fato que o conhecimento é uma forma de empoderamento e, com o acesso aos cursos superiores, as mulheres criaram melhores condições para questionar as desigualdades sociais. Retomando a história, vemos que inicialmente a educação das mulheres era direcionada para as funções generificadas como femininas no seio da família. Saffioti (1992) pontua que a legislação educacional de 1942 sugeria a existência de classes diferenciadas para homens e mulheres. O conteúdo ministrado nas turmas destinadas às mulheres, além de considerar aspectos da personalidade, abordavam disciplinas que as preparassem para sua responsabilidade doméstica e materna (VAITSMAN, 1994).

Mesmo pautadas nas desigualdades sociais, a educação das mulheres tornou-se cada vez mais uma realidade. Entretanto, por ainda não ser valorizada socialmente, não se observava uma continuidade: “As mulheres que conseguiam prosseguir os estudos além do primário geralmente encerravam sua trajetória estudantil nos cursos profissionalizantes.” (VAITSMAN, 1994, p.56).

Aquelas mulheres que pertenciam aos seguimentos sociais com maior renda conseguiram prolongar seu percurso educacional. Assim, muitas concluíram o ensino médio e se inseriram nas faculdades, ainda que em busca de cursos que minimamente estivessem referenciados de acordo com os papéis de gênero

---

<sup>6</sup> A discussão sobre o movimento feminista será retomada no próximo capítulo desta dissertação, quando iremos discutir as relações de gênero.

feminino, ou seja, o cuidado e a afetividade. Como exemplo, verificou-se a grande inserção feminina nos cursos de licenciatura, pois a capacidade de ensinar e cuidar estavam diretamente relacionada ao papel da mulher na sociedade moderna.

Progressivamente as mulheres vão rompendo com os valores que sempre as associavam à domesticidade, inclusive na área educacional. “No início da década de 70, as mulheres já constituíam metade da população estudantil do ensino médio apta a ingressar nas universidades.” (VAITSMAN, 1994, p.67). Algumas adolescentes já aspiravam à educação superior e, mesmo buscando cursos tipificados como femininos – enfermagem, letras, pedagogia -, gradativamente a participação das mulheres nas universidades aumentava e ocupava novos espaços.

A geração que entrou para as universidades a partir de meados dos anos 60 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernização brasileira e a transição para um novo período. (VAITSMAN, 1994, p.68)

Nota-se que o aumento da participação feminina nas diversas esferas sociais – aumento do número de mulheres nas universidades, no mercado de trabalho, em atividades políticas, artísticas e culturais - desafiou a desigualdade entre os gêneros e ampliou o trânsito de uma parcela das mulheres pela esfera pública. As mulheres, agora com melhor nível educacional e ocupacional, ganham maior independência financeira e acabam se inserindo em postos mais valorizados no mercado de trabalho. Cada vez mais, aspiravam melhores condições, qualificavam suas atuações, promovendo transformações em todo o tecido social.

As alterações nas legislações são reflexos das mudanças nos códigos e valores de toda a sociedade. No primeiro momento da modernização brasileira, a legislação em vigor corroborava para a manutenção da dominação masculina ao criar condições específicas para o trabalho feminino. Vaitsman (1994) apresenta sua crítica ao dizer que, apesar de promulgar direitos especiais às mulheres, tais como o aumento da licença maternidade, a criação de creches no ambiente de trabalho e a proibição de horas extras, a legislação também desestimulou os contratantes a optarem pela força de trabalho da mulher, já que tais direitos aumentavam o custo desta mão de obra, sem que, em contrapartida, existisse qualquer tipo de incentivos.

Assim, a lógica operante ainda favorecia o homem na concorrência pelos postos de trabalho.

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, as Constituições estaduais de 1989 e as Leis Orgânicas municipais de 1990 trouxeram preceitos legislativos mais flexíveis, que propunham relações mais igualitárias entre homens e mulheres, acompanhando minimamente a metamorfose social. Segundo Giuliani (1997), as mulheres participaram da elaboração da Constituição de 1988 e conseguiram garantir alguns direitos que incentivavam e protegiam (ainda que forma precária) a participação feminina mais equânime em ambas as esferas. Podemos citar como exemplos inovadores desta legislação o aumento da licença maternidade; os limites diferenciados para as aposentadorias; o reconhecimento do direito de chefe de família também à mulher; a reciprocidade e igualdade no casamento; e, o direito à propriedade. Essas mudanças tinham como finalidade promover maior equilíbrio nas relações entre homens e mulheres, através de ações que melhorassem a qualidade de vida tanto na vida pública quanto na vida doméstica.

O movimento crescente e contínuo pela busca da emancipação feminina coloca em xeque outro ponto fundamental: o controle da sexualidade da mulher. Como vimos anteriormente, na família conjugal moderna, assim como em outros modelos, a sexualidade feminina foi muito regulada e reprimida. Já na década de 1950, os casais utilizavam formas para evitar a concepção na busca pela dissociação da prática sexual e a reprodução biológica: “o controle de natalidade através do sistema Ogino-Knauss, do uso de preservativos, do coito interrompido ou de métodos naturais conhecidos na época.” (BASSANEZI, 1997, p.633) <sup>7</sup>. Entretanto, a procriação ainda era vista como um destino naturalizado para a mulher e, portanto, vinculava-se diretamente à vivência da sua sexualidade. Com as diversas transformações e a luta pela igualdade e emancipação, as mulheres também reivindicaram o direito à liberdade sexual.

A partir da década de 1960, o desenvolvimento biotecnológico promoveu uma significativa mudança: a pílula anticoncepcional. Muitos autores apresentam tal episódio como o fator determinante para a constituição de uma nova mulher: que

---

<sup>7</sup>Ogino-Knauss: conhecido popularmente como “Tabelinha” – consiste em um cálculo para verificar quais são os dias da fertilidade da mulher e se realiza pela contagem dos dias a partir do início do período menstrual.

tem a possibilidade de controlar seu próprio corpo, sua fecundidade, superando os limites impostos pela natureza.

Conforme destacam Heilborn e Brandão (1999), o desenvolvimento dos métodos contraceptivos proporcionou a dissociação entre reprodução biológica e sexualidade. Gonçalves (2000) acredita que essas transformações ofereceram a possibilidades ao planejamento familiar, ou seja, as mulheres puderam reduzir o número de filhos para facilitar a conciliação de suas responsabilidades domésticas com suas atividades profissionais. Stengel (2004) atenta também para a possibilidade de controle do próprio corpo, isto é, além da possibilidade de planejar quando e quantos filhos teriam, as mulheres podiam vivenciar a sexualidade sem o risco de gravidez. Além do mais, a pílula dispensa a negociação com o homem, o que difere de outros métodos presentes até então.

Outro ponto fundamental é a possibilidade do prazer sexual para a mulher, pois, ao modificar a relação da sexualidade com a reprodução biológica, despontou a possibilidade das mulheres diversificarem suas experiências sexuais. “Os filhos deixam de ser a finalidade, ou a consequência inevitável, dos encontros eróticos.” (KEHL, 2003, p.169). Deste modo, as mulheres passam a incluir a necessidade de satisfação sexual como requisito para a escolha dos cônjuges.

Por sua vez, o casamento passa a ser edificado a partir da existência do amor e do desejo sexual, constituindo uma base passível de dissolução matrimonial. A lógica individualista corrobora com esta situação ao disseminar práticas hedonistas nas quais o sujeito permanece na relação enquanto ela for satisfatória. Tais mudanças na concepção das uniões promovem a reestruturação da legislação e, em 1977, a lei que regulamenta o divórcio é aprovada.

O aumento significativo no número de separações e divórcios<sup>8</sup> é um reflexo das mudanças nos valores morais e sociais. Roudinesco (2003) ressalta que a prática do divórcio sempre foi condenada por aqueles que ainda se regiam pela lógica patriarcal: “que temiam que sua propagação resultasse na morte da família, na abolição do sentimento de alteridade e, em última instância, no aniquilamento de toda vida social.” (ROUDINESCO, 2003, p.152).

---

<sup>8</sup> Dados estatísticos mostram que no Brasil, em 1986, a taxa era de 3 divórcios para cada 100 casamentos, já em 1990 verificou-se um valor notoriamente mais elevado: 10,8 divórcios para cada 100 casamentos (KALOUSTIAN, 2002).

De maneira geral, as formas de união sofreram modificações, influenciadas tanto pela aprovação do divórcio quanto pela mudança dos valores morais associados ao casamento: “O casamento perdeu efetivamente sua força simbólica” (ROUDINESCO, 2003, p.153). De fato, as uniões nomeadas e formalizadas como casamento – uniões legais<sup>9</sup> - tiveram uma pequena redução, mas isso não significa que podemos pensar na falência das uniões, pois o que vemos é uma maior abertura para a realização de outros arranjos conjugais. Prova disso é que, apesar do número de uniões realizadas no civil e no religioso ainda representarem a maioria, também podemos observar o aumento de uniões consensuais.

Os mais conservadores - como nos lembra Kehl (2003) - atribuíram ao que ela chama de “novo poder das mães” a responsabilidade pela suposta falência da família pautada nos valores e costumes patriarcais, pois a renúncia feminina à liberdade sexual e à vida pública eram fatores estruturais para a manutenção das normas e valores da família oitocentista. No entanto, a quebra nos valores patriarcais revela justamente o contrário, a saber, que a família não está em crise, mas sim se reiventando, em um processo dinâmico e contínuo, com base em lógicas mais flexíveis e dialógicas.

Matos (2000), em seu livro “Reinvenções do vínculo amoroso”, como já diz o próprio título, vem nos mostrar justamente o surgimento de formas plurais e legítimas no estabelecimento das parcerias amorosas na contemporaneidade. Segundo esta autora, o número elevado de divórcios retrata sim a efemeridade das uniões, pois revela a potencialidade desse vínculo vir a se dissolver. Isto é prova de que o indivíduo passar a ter autonomia para realizar suas escolhas (inclusive as mulheres). Tal fato reflete uma quebra na relação de subordinação feminina, uma vez que o casamento deixa de ser o único destino para as mulheres. Neste contexto, os vínculos são estabelecidos com base na lógica da emocionalização democrática, pautados nas relações dialógicas. As mulheres podem sim estabelecer o contrato conjugal, mas agora como protagonistas e não mais apenas como subordinadas.

Relembrando Gonçalves (2000), a possibilidade de controlar o exercício da sexualidade também permitiu à mulher alterar o planejamento familiar. Ela agora pode escolher. Adquirir o poder de satisfazer seus desejos para além da maternidade e da vida doméstica, sem correr o risco de ser alvo das condenações

---

<sup>9</sup>Kaloustian (2002) observa que as uniões legais representam aquelas que celebram de alguma forma o casamento, ou seja, reproduzem as uniões no civil, no religioso ou em ambos.

morais. Não que o desejo de ter filhos tenha deixado de existir, mas a possibilidade do controle reprodutivo permitiu à mulher decidir (na legalidade) ter ou não filhos, quantos e quando os terá.

Portanto, a busca pela igualdade entre os sexos facilita novas possibilidades para o exercício da maternidade e paternidade. Notam-se mudanças na participação masculina e a paternidade passa a ser construída de maneira mais consistente no cotidiano familiar. Segundo Ramires (1997), o envolvimento na vida e no cotidiano dos filhos foi processualmente mais valorizado pelos homens. Entretanto, em função da trajetória histórica, que na maioria dos modelos de família atribuía a criação dos filhos à responsabilidade materna, eles ainda encontram dificuldades para exercer esse novo papel paterno (e talvez nem o desejem). As mulheres não deixaram de ser consideradas as mais aptas a estabelecer relações afetivas com os filhos e, como revela Ridenti (1998), apesar de na prática os homens estarem mais presentes na vida de seus filhos, a atuação acontece de forma coadjuvante, tanto pela desqualificação histórica da representação masculina na privacidade, quanto pelo reconhecimento que os homens ainda sustentam como provedores, ou seja, eles ainda são mais reconhecidos pela atuação pública.

Vemos, portanto, que os estereótipos e as dicotomias de gênero ainda estão muito presentes na vida familiar (RIDENTI, 1998). As responsabilidades maternas são atribuídas partindo do princípio biológico, a saber, como é a mulher quem gera os filhos, também cabe a ela o cuidado e o afeto. A lógica aqui é de que a maternidade ainda é atribuída como processo naturalizado e se constrói a partir da capacidade reprodutiva da mulher, enquanto a paternidade se constrói a partir da relação, do vínculo estabelecido socialmente.

Cabe, no entanto, fazer o seguinte questionamento: apenas a ocorrência de gerar uma criança em seu ventre garante que esta mãe irá amar e cuidar de sua prole? Fato é que o fator reprodutivo não garante a construção do papel materno, nem tampouco o envolvimento afetivo da mãe com a criança. Logo, não podemos simplesmente naturalizar a maternidade, pois, assim como na paternidade, é necessário o acolhimento deste filho no afeto, no desejo, tornando a parentalidade fruto da reprodução biológica e, sobretudo, fruto da adoção afetiva.

Portanto, apesar de ainda prevalecer atribuições bastante distintas no imaginário social, baseadas nas diferenças de gênero atribuídas segundo o sexo, não é mais possível legitimar a ideia de que a mulher é a figura parental mais capaz

de cuidar dos filhos. Ramires (1997) ressalta que homens e mulheres devem estar preparados para reconstruir estas experiências e Stengel (2004) completa dizendo que o preparo não deve ser requisito somente dos pais, mas de toda a sociedade.

A pluralidade de papéis que as mulheres podem assumir nos diversos espaços da sociedade promovem uma reestruturação intensa na dinâmica e nas relações familiares. Na tentativa de promover a igualdade entre os sexos, esses processos têm como característica, principalmente, a releitura do patriarcado:

Meu argumento é que, ao romper com a dicotomia entre público e privado atribuída segundo o gênero, as mulheres desafiam a metanarrativa patriarcal legitimadora de um dos pilares da hierarquia sexual na sociedade moderna. Com isto, enunciaram a problemática do 'outro' ao nível das relações de gênero. A incredulidade em relação às metanarrativas também atingiu as relações no casamento e na família, quando as mulheres colocaram em xeque a concepção de uma natureza feminina cujo lugar social era exclusivamente o mundo privado. Estas transformações afetaram decisivamente a estrutura patriarcal da família conjugal moderna, pois, quando homens e mulheres passaram a se definir como iguais e autônomos, sua estabilidade tornou-se frágil, uma vez que dependente dos desígnios da individualidade. (VAITSMAN, 1994, 21 - 22)

Na atualidade as definições dos papéis de gênero apresentam-se cada vez mais tênues. Essa realidade é refletida na dinâmica familiar, na qual mulheres e homens passam por um processo dialético de transformação. As antigas definições dos papéis femininos e masculinos começam a se entrelaçar. As mudanças nos papéis da mulher influenciam diretamente as transformações na vida familiar e desafiam os discursos e práticas patriarcais.

No final dos anos 1960 advém um novo discurso sobre família, reflexo deste novo momento social que transforma as relações sociais de maneira geral, principalmente as relações pautadas na divisão sexual do trabalho e na hierarquia patriarcal. Embora não possamos falar de um rompimento da dicotomia entre público e privado, podemos pensar em limites menos ostensivos, que são contraditórios aos parâmetros basilares da família patriarcal, bem como da família conjugal moderna, promovendo novas dinâmicas para as estruturas familiares.

Insere-se uma nova lógica social: a transformação da sociedade moderna. Está em pauta a valorização de experiências individuais e a não aceitação de práticas e discursos universalizantes. Emerge um novo indivíduo que institui uma atmosfera repleta de possibilidades, continuidades, contradições e dúvidas. A família que vemos na contemporaneidade propõe novos desafios, novos arranjos e,

sobretudo, novas dinâmicas para as relações entre os gêneros, como veremos no próximo capítulo.

### **3. AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Embora não seja uma temática inovadora, as discussões sobre gênero ganharam força juntamente com os questionamentos pautados pelos movimentos organizados de mulheres e, posteriormente, o movimento feminista<sup>10</sup>, que no Brasil tiveram o seu auge durante as décadas de 1960 e 1970. Machado (1997) relata que os movimentos sociais feministas e de liberação das mulheres apresentaram suas origens nos Estados Unidos durante a década de 1960, ainda que seu ápice tenha acontecido em vários países da Europa e da América Latina nos anos de 1970. Sarti (2004) amplia tal colocação ao afirmar que o cenário formado pelos movimentos de contestação à ordem política instituída no Brasil, após o golpe militar de 1964, marcou significativamente a emergência do feminismo brasileiro de 1970.

Podemos destacar duas grandes fases do movimento feminista. A primeira transcorre durante a segunda metade do século XIX e no começo do século XX, correspondendo primordialmente à luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres; seu principal exemplo é a luta das mulheres por obterem direito ao sufrágio (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Esta primeira onda atuou como instrumento para questionar e desconstruir inúmeras formas e práticas que sustentavam e reproduziam estratégias de dominação masculina (MATOS, 2008).

A segunda onda, localizada na metade dos anos 1960 e totalidade dos anos 1970, se caracteriza pela denúncia das estruturas ideológicas – principalmente o patriarcado e o contrato social - enraizadas na sociedade, que legitimam a hierarquia existente entre homens e mulheres, sendo estas últimas colocadas no plano da dominação (LECHTE, 2006). Nesta segunda onda, o primordial foi valorizar o diferencialismo e a afirmação política das diferenças (MATOS, 2008). A categoria “diferença” é apropriada, pois distancia da ideia de neutralidade e universalidade da

---

<sup>10</sup> As expressões “movimento feminista” e “feminismo” são citados neste trabalho como sinônimos.

categoria “homem”, ou seja, considera as mulheres indivíduos diferentes que deveriam ser incorporadas às análises a partir de suas especificidades.

Segundo Goldeberg (1989), o feminismo propôs um movimento de libertação das mulheres em busca de uma transformação global da sociedade. Ao colocar na pauta discussões em torno da condição da mulher na sociedade, o feminismo promoveu o debate sobre as desigualdades existentes nas relações entre homens e mulheres em todas as bases do tecido social. Sendo assim, espaços antes não ocupados por mulheres são invadidos e problematizados, novas vozes emergem nas discussões políticas e científicas, promovendo formas inovadoras de fazer e pensar o conhecimento.

Neste sentido, Machado (1997) aponta o surgimento do que ela nomeia de “campo intelectual e interdisciplinar dos estudos de gênero” a partir da tensão entre a militância e a pesquisa, a saber, a transformação do conhecimento científico e a inserção de estratégias no campo das ciências humanas, bem como a articulação no campo político com base nas experiências vividas e nas reivindicações militantes. No entanto, a tensão fundadora deste campo não apresenta contornos rígidos.

Sobre o campo brasileiro, esta autora afirma que sua constituição ocorre na interlocução simultânea e paralela com autoras do campo francês e americano<sup>11</sup>. Podemos perceber que, por sua forma constituinte, o campo dos estudos de gênero no Brasil apresenta como característica peculiar justamente o diálogo entre ambas vertentes.

Machado (1997) aposta que a inovação não está na temática, mas sim na perspectiva de análise, isto é, a possibilidade de abrigar tanto as(os) pesquisadoras(es) ditas(os) feministas quanto aquelas(es) que se denominam intelectuais. Esta relação, mesmo que por vezes conflituosa, propiciou a construção do objeto “feminino” em um lugar situado:

Como a cultura científica tradicional jamais constituiu o feminino como paradigma do neutro, o sujeito que se diz metodologicamente feminino e feminista jamais passará por uma fala neutra, não podendo repetir o feito da visão masculina que propicia o contínuo deslizamento entre masculino e neutro. (MACHADO, 1997, p.134-135)

---

<sup>11</sup> Algumas diferenças substanciais podem ser apontadas entre o campo francês e o americano. Um exemplo é a denominação que cada corrente faz sobre a temática: as francesas trabalham com a noção de “relações sociais de sexo”, enquanto as americanas utilizam o termo *gender* (gênero) (MACHADO, 1997).

Logo, as teorias feministas possuem diversas correntes que se unem pelo compromisso de erradicar a subordinação das mulheres enquanto categoria social, através do rompimento da visão masculinizada de sujeito neutro-universal. Sem pretender reduzir a pluralidade e a polissemia do feminismo, que não se resume a um único projeto, Sarti (2004) propõe que a ideia basilar deste movimento é a busca pela desnaturalização do ser mulher, ou seja, a superação das diferenças biológicas com o recorte nos processos sociais e culturais de tornar-se mulher, o que nos remete à célebre frase de Simone de Beauvoir (1980, p.9): “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.”. Butler (2008), por sua vez, avança ao incluir a perspectiva do gênero no apontado de Beauvoir (1980). Ela pontua que não há nada na explicação de Beauvoir que garanta que o sujeito que se torna mulher seja necessariamente uma fêmea. Assim, Butler caminha na direção da dissociação dos pares fêmea/feminino e macho/masculino.

Desta forma, o problema das relações entre os sexos não é fruto de uma realidade ontológica naturalizada, mas sim resultado de processos culturalmente constituídos e, portanto, passíveis de mudanças. As reivindicações por lugares antes não ocupados na sociedade propiciam a reflexão acerca da condição das mulheres em todas as esferas, partindo inclusive do questionamento sobre os processos de formação desta identidade: mulher.

No entanto, algumas feministas começam a perceber que a categoria mulher não poderia pretender-se universal, pois a intenção não era valorizar a polarização entre homens e mulheres, e sim denunciar a dominação presente nestes polos. Além do mais, afirmar a universalidade da categoria mulher pode se tornar um veículo de dominação por uma parte das mulheres. Dizer-se mulher não traduz a diversidade das experiências cotidianas, ou seja, a transversalização com outras dimensões - como de classe, raça/etnia e geracional - evidencia as diferenças dentro da diferença. Logo, emerge a discussão sobre a pluralização desta identidade: mulheres.

Mulheres no plural, levando-se em conta não apenas as diferenças intergênero, mas igualmente intragênero. A visão da diferença dentro da diferença acende outra concepção, apoiada na ideia de pluralidade e diversidade. O sujeito deixa de ser um modelo acabado, fechado, pronto para ser classificado e passa a ser lido a partir de suas experiências vividas, que está em constante construção e transformação.

Butler (2008) é uma das principais autoras que problematiza os modelos dicotômicos. Para ela a construção da identidade “mulher” universal, em oposição ao modelo de homem universal, constitui uma construção fantasística e excludente de parte da minoria que o feminismo busca representar, apontando a inexistência desse sujeito uno. Esta autora coloca em xeque a estrutura fundante do feminismo, que se articula politicamente em torno da presença de um sujeito imutável e universal, pois o fundamental é desconstruir a ideia de identidade fixa que organize a pluralidade. A crítica aqui se refere ao fato de que, internamente, a definição prende e restringe aqueles que almeja libertar e representar.

No entanto, o feminismo se traduz principalmente como um movimento que busca viabilizar melhores condições para as mulheres, desafiando lugares legitimados através da diferença sexual. Este movimento traz muitos avanços, dentre eles a inauguração de um lugar propício para a formulação de um conceito capaz de analisar as relações entre os sexos: o conceito de gênero.

Izquierdo (1998) propõe que façamos a distinção entre gênero enquanto termo, conceito e categoria analítica, ressaltando os usos descritivos do termo e analíticos do conceito. Para esta autora, tal diferenciação se faz necessária para que não se perca a força conceitual quando gênero passa a ser utilizado amplamente como termo.

O termo gênero foi apropriado da gramática e “é o fenômeno da presença em algumas línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas.” (SOIHET e PEDRO, 2007, p.288). Portanto, as palavras feminino e masculino podem ser utilizadas para nos referirmos tanto a sexo quanto a gênero, sem que exista distinção conceitual.

O uso do gênero enquanto termo também foi empregado *a priori* pelas feministas, em seu sentido mais literal, para nomear a organização social das relações entre os sexos (SCOTT, 1990). A autora anuncia que as discussões sobre o termo gênero parecem ter ganhado força entre as feministas americanas, que buscavam não somente rejeitar o determinismo biológico contido na palavra “sexo”, mas também destacar o aspecto relacional entre homens e mulheres. Nesta lógica de pensamento, tais relações só podem ser compreendidas através da dinâmica existente entre ambos.

O conceito de gênero é um instrumento teórico importante para a análise das relações sociais e, em linhas gerais, podemos defini-lo como a elaboração cultural da diferença sexual. Hita (2002) propõe entender o gênero como conjunto de fatores sociais, culturais e psicológicos que diferenciam homens e mulheres. Já Almeida (1997) amplia tais definições ao apresentar gênero:

(...) como uma categoria de análise relacional-situacional-histórica que irá descrever, ao mesmo tempo, práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais atribuídos à diferenciação sexual, que serão, por sua vez elaborados ao longo da história, presentificados através da cultura e compartilhados por todos os indivíduos. (ALMEIDA apud MOREIRA, s/d, p.14)

Scott (1990) apresenta sua explicação do conceito de gênero ao dizer que, se por um lado, gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças sexuais, por outro é o primeiro campo no qual o poder é articulado. Neste ponto, Izquierdo (1998) dialoga com Scott ao afirmar que a primeira desigualdade vivenciada pelos seres humanos é a de gênero.

Entretanto, este conceito é acionado principalmente como ferramenta analítica dos problemas relativos à subordinação feminina. Scott (1990) observa que, por muitas vezes, gênero foi utilizado como sinônimo de mulheres, e até hoje ainda é possível encontrar tais associações. Supomos que isto ainda ocorra por ser uma discussão emergente das reivindicações feministas e/ou também devido à necessidade de enfatizar os lugares excludentes que as mulheres ocupam. A autora reitera que estudar as mulheres de forma separada dos homens perpetua o mito de uma esfera em detrimento da outra. Neste raciocínio, a correlação entre os sexos é tratada como uma experiência tênue. Izquierdo (1998) pontua que as mulheres não podem ser definidas apenas em si mesmas, mas a partir de suas relações com os homens. Portanto, referir-se ao gênero como equivalente apenas às posições ocupadas por mulheres tem como consequência a subversão de seu aspecto relacional.

O conceito de gênero tem sido acionado quase sempre de forma binária, compreendido pelos termos feminino e masculino. Como tais termos também são utilizados para nomear o sexo<sup>12</sup>, a conclusão incorreta de que gênero e sexo são

---

<sup>12</sup> “Categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico” (MATOS, 2008, p. 336) ou “entendido então como diferenças físicas entre os

sinônimos é um risco iminente. Matos (2008) acrescenta que o conceito de gênero, enquanto dimensão que enfatiza traços da construção histórica, social e política, foi reformulado, em meados dos anos de 1970, justamente para se distinguir da categoria sexo e dos aspectos biológicos naturalizados que tal categoria evoca. Outro ponto significativo é considerar que a negativa da distinção entre sexo e gênero é o mesmo que negar ao gênero um lugar específico nos marcos teóricos que estudam as desigualdades sociais das mulheres.

A separação entre sexo e gênero ocorre a partir do momento que as mulheres revelam que ser fêmea não pressupõe incapacidade de adotar quaisquer posições e/ou comportamentos na sociedade (IZQUIERDO, 1998). No entanto, Butler (2008) critica essa distinção ao afirmar que o sexo também pode ser considerado um construto cultural da mesma forma que gênero. Assim, a autora supõe que sexo é também um meio discursivo de tal forma que não cabe fazer distinção entre sexo e gênero. De fato, não podemos negar os impasses que o sexo biológico impõe, como no caso da procriação - que é uma profunda fonte de desigualdade social -, mas não podemos reduzir a análise das posições de gênero aos limites da materialidade do corpo.

O corpo não é tampouco uma tábua rasa em que se inscreve a cultura e a história: “o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção.” (BUTLER, 2008, p.27). Logo, não podemos sair do reducionismo biológico e cair no reducionismo cultural. A posição sugerida por Izquierdo (1998) é intermediária, ou seja, considerar que existe uma relação dialética entre sexo e gênero, na qual o corpo está interrelacionado aos aspectos sócio-históricos.

É também comum confundir a discriminação de sexo com desigualdade de gênero. Izquierdo (1998) exemplifica tal questão dizendo que a discriminação em razão de sexo ocorre quando se prefere um macho em detrimento de uma fêmea quando ambos estão em igualdade de condições. Já a desigualdade de gênero se manifesta quando um lugar, que seja ocupado por um macho ou uma fêmea, é menos reconhecido simplesmente por ser considerado lugar do feminino. Portanto, sexo é uma base de diferenciação dos seres humanos, mas a desigualdade está relacionada à produção de significados.

---

corpos, isto é, diferenças anatômicas entre homens e mulheres” (HITA, 2002, p. 321). Izquierdo (1998) sugere o emprego dos termos feminino e masculino para gênero e macho e fêmea para sexo.

Vemos que *a priori* a intenção contida no conceito de gênero é a necessidade de escapar do reducionismo biológico e de explicações essencialistas e universais sobre a desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres. Entretanto, por ser o gênero uma categoria imposta sobre um corpo sexuado não pode ser reduzido apenas ao âmbito cultural, que acaba por negar ou ignorar as diferenças sexuais. Butler (2008) pontua que os atributos de gênero não são expressivos por si só, mas performáticos, ou seja, constituem as identidades que pretendem revelar. A ideia aqui é de que “ser” um gênero é um efeito, uma atuação. Não uma atuação no sentido de um jogo livre ou uma teatralização, nem tampouco uma escolha por representação de um papel, mas “aquilo que impulsiona e sustenta a realização graças a um processo de interabilidade ou de repetição construída em certas normas que nunca determinam por completo o sujeito.” (FEMENIAS, 2003, p.115). Logo, podemos concluir que gênero é um conceito construído dentro do espaço híbrido das diferenças sexuais, sociais, históricas e culturais.

Assim, podemos supor que as representações do feminino e do masculino são patrimônios de qualquer indivíduo independente do seu sexo e que todos manifestam simultaneamente aspectos da masculinidade e da feminilidade. Essa relação não é uma equação exata, se definindo e redefinindo a partir da representação que cada indivíduo constrói de si mesmo e de seus papéis sociais, em um movimento contínuo e dinâmico.

O par binário feminino e masculino não é excludente, pois existem pontos que convergem entre ele e, tampouco, é possível de o par ser concebido se não está referido reciprocamente. Ademais, Scott (1990), em congruência com a noção de performatividade de Butler (2008), ressalta que as ideias do que correspondem a cada um do par não são fixas, já que elas variam de acordo com os usos em cada contexto.

Izquierdo (1998) pontua, no entanto, que não existe uma relação direta de complementaridade entre os gêneros, apenas uma relação hierárquica de dependência. Esta hierarquia conduz ao estabelecimento de relações de dominação/submissão entre os gêneros, independente de qual seja o sexo. Neste ponto, a questão emergente é: será que este binômio dominação/submissão ocorre apenas nas relações entre os gêneros? Se os gêneros podem ser representados por qualquer indivíduo de qualquer sexo, como explicar o viés sexista da dominação dos homens em relação às mulheres?

Na tentativa de clarear tais questões iremos evocar o conceito de patriarcado, pois analisar articuladamente as relações de gênero que emergem a partir da nossa história escravista e patriarcal é fundamental para compreensão de estruturas que operam atualmente na produção de desigualdades em termos de acesso e recursos de poder presentes nas relações homem-mulher.

### 3.1 Patriarcado

Os estudos sobre gênero comportam não apenas as discussões em torno das diferenças entre os sexos, mas principalmente uma análise histórica das relações entre homens e mulheres nas diversas sociedades, estudos estes que propiciam a desconstrução de discursos naturalizados sobre as relações entre os sexos.

No entanto, por se tratar de um conceito amplo, gênero não evidencia, necessariamente, a desigualdade entre homens e mulheres. Saffioti (2004), citando Scott, observa que esta autora argumenta a favor da neutralidade do conceito de gênero, por este não presumir a existência de desigualdades e não evidenciar a presença do homem no lugar de dominador, deixando aberto o vetor da ligação existente entre dominação e exploração. Assim, nas relações entre os gêneros a desigualdade não é um pressuposto, mas pode ser construída processualmente.

Para preencher essa lacuna, Saffioti (2004) sugere a utilização do conceito de patriarcado simultaneamente às análises de gênero, com o objetivo de sistematizar o foco e denunciar a relação de dominação/subordinação entre homens e mulheres.

O exposto permite verificar que o *gênero* é aqui entendido como muito mais vasto que o *patriarcado*, na medida em que neste as relações são hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o *gênero* compreende também relações igualitárias. Desta forma, o *patriarcado* é um caso específico de relações de gênero. (SAFFIOTI, 2004, p.119, grifos da autora)

A cultura do patriarcado nas sociedades ocidentais elevou o sujeito homem à categoria universal, a saber, determinante para a comparação das relações entre os sexos. Destarte, a categoria “homem”, homogeneizada e legitimada, operou, e talvez ainda opere, como padrão que justifica a dominação masculina na sociedade.

Desde o renascimento dos movimentos sociais feministas nas décadas de 1960 e 1970, diversas feministas, principalmente as nomeadas como radicais<sup>13</sup> americanas, trabalharam com o conceito de patriarcado, denunciando a dominação masculina nas relações entre homens e mulheres. Considerava-se fundamental a transformação de todas as estruturas sociais, bem como a emergência da discussão em torno do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade para iniciar mudanças emancipatórias.

Pateman (1993) aponta algumas discussões feministas sobre a utilização do termo patriarcado, dentre elas: se patriarcado deve ser considerado um acontecimento histórico localizado ou uma condição humana universal; se deve ser entendido apenas pelo seu sentido literal de governo paterno; se matriarcado e igualdade sexual ocorreram em algum lugar na história; se o patriarcado perpassa essencialmente a vida familiar ou se é estruturante da vida social como um todo. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho adentrar em tais discussões, podemos perceber que não há consenso nestas reflexões, o que aponta a polissemia do termo patriarcado.

Apesar de algumas feministas não apoiarem a utilização do conceito de patriarcado por achar “esse conceito inoportuno e a-histórico.” (PATEMAN, 1993, p.52) e ser repleto de contradições, Saffioti (1992) defende sua utilização ao afirmar que se trata de um conceito essencial por expressar a força desta instituição. A ideologia patriarcal opera principalmente para mascarar uma estrutura de poder que legitima a supremacia masculina e coloca as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas do convívio social. Além do mais, rejeitar a utilização do termo implicaria na perda “pela teoria feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens.” (PATEMAN, 1993, p.39).

O patriarcado é um fenômeno histórico, com aproximadamente seis mil anos de vida, e tem apresentado diferentes formas no decorrer de seu curso. Pateman (1993) acrescenta que, mesmo analisado em sua forma atual, o que podemos observar são diferentes graduações no domínio exercido pelos homens sobre as

---

<sup>13</sup> Para esta corrente as origens das desigualdades sexuais e dominação das mulheres estavam localizadas no patriarcado, caracterizado pela supremacia e dominação masculinas. As feministas

mulheres; todavia, em sua base material, o patriarcado continua o mesmo: “Assim, o novo e o velho coexistem até que prevaleça o primeiro, sem, contudo, desaparecer completamente o velho, que se apresenta de outras formas.” (SAFFIOTI, 2004, p.68).

Saffioti (2004), citando Hartmann (1979), apresenta o conceito de patriarcado da seguinte maneira:

(...) um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres. Patriarcado é, pois, o sistema masculino de opressão das mulheres. (SAFFIOTI, 1992, p.232)

Vemos que o patriarcado é, sobretudo, um pacto realizado entre homens, que asseguram para si mesmos e para seus dependentes o domínio sobre as mulheres. Estas ocupam o papel de objeto para a reprodução, tanto de herdeiros quanto de novas reprodutoras. Além do mais, nesta lógica, cabe à mulher satisfazer sexualmente seu companheiro e também realizar gratuitamente os serviços domésticos, serviços estes que criam a base de sustentabilidade do patriarcado.

Neste ponto, vale a pena recorrer novamente a Pateman (1993), que trabalha com a ideia de contrato sexual, parte suprimida dos estudos sobre o contrato social. Segundo esta teoria, “uma nova forma de sociedade civil e de direito político foi fundada por meio de um contrato original” e “a nova sociedade civil criada através do contrato original é uma ordem social patriarcal.” (PATEMAN, 1993, p.15-16). Neste caso, o contrato sexual seria uma parte importante que não é examinada.

Seguindo a mesma lógica de pensamento utilizada por Hartmann (1979) e corroborada por Saffioti (2004), Pateman (1993) afirma que o contrato original é um contrato realizado por homens na busca de garantia para seus interesses próprios e também para a dominação/exploração das mulheres.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é

---

radicais acreditavam que a liberdade das mulheres só aconteceria com a erradicação do patriarcado e de seus efeitos (GOLDEBERG, 1989).

universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento do acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de “lei do direito sexual masculino”. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado; ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno. (PATEMAN, 1993, p.16-17)

Este trecho permite perceber que o contrato sexual compreende a dominação da sexualidade da mulher. Assim, o contrato legaliza os direitos sexuais que, em teoria, o homem já tem sobre a mulher, seu corpo e sua sexualidade. Neste caso, as mulheres são o objeto do contrato.

A sociedade civil tem como característica a divisão antinômica entre as esferas pública e privada<sup>14</sup>. Embora atualmente essa divisão não apresente contornos bem definidos, em muitos momentos, a esfera privada não é considerada relevante politicamente. Logo, considerar o contrato sexual assunto privado é o mesmo que retirar sua importância política. No entanto, temos que admitir que: “As duas esferas da sociedade civil são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo.” (PATEMAN, 1993, p.19). Compreender a sociedade a partir desta dicotomia faz com que o patriarcado não apresente relevância para o mundo público.

A referida autora também ressalta que a interpretação de patriarcado como direito paterno pode ocultar a relação entre marido e esposa. Nesta lógica, esta relação precede a paternidade e revela a incidência da dominação primeiramente sobre a mulher. Neste caso, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, a partir de uma lógica de fraternidade entre eles. Sendo assim, o patriarcado enquanto modelo de dominação dos homens adultos em relação às mulheres adultas é reduzido a uma forma velada quando entendemos o patriarcado apenas pela ótica do parentesco, a saber, a relação entre o patriarca e seus filhos. Além do mais, o poder do homem sobre a sexualidade da mulher não é um poder paterno e sim, um direito que os homens exercem enquanto homens.

Logo, se na pirâmide social do patriarcado as mulheres ocupam lugar inferior ao dos homens, é sugestivo pressupor que, na formação do contrato de união conjugal, a mulher já entra em situação desfavorável. Saffioti (2004) reitera que a

---

<sup>14</sup> A dicotomia público e privado será discutida com mais detalhes no próximo subcapítulo.

análise do contrato sexual revela o caráter desigual deste pacto, uma vez que se troca sujeição por proteção, o que Pateman (1993) chama de dominação e subordinação civil. Esta autora ressalta que a base do patriarcado é um contrato tácito de troca, na qual o homem oferece proteção e sustento econômico e recebe subordinação, assistência sexual e doméstica oferecidas pelas mulheres.

Vemos que o valor central é o controle, neste caso, das mulheres, que perpassa todas as áreas do convívio social. Assim, seguindo a lógica proposta por Saffioti (2004), no regime patriarcal a relação entre dominação/exploração coloca o domínio nas mãos do patriarca, deixando livres os demais para legitimar ou questionar suas bases. Desta forma, não parece correto afirmar que o regime patriarcal retira totalmente o poder das mulheres, uma vez que este regime é decorrente da atuação de ambas as partes. A autora também nos lembra que toda relação de subordinação pressupõe a dominação, a saber, a existência de dois sujeitos – dominador e dominado – ambos com atuação. Neste sentido, podemos pensar que a atuação das mulheres pode ser tanto de resistência ou oposição quanto de legitimação da dominação.

Para ilustrar a lógica do patriarcado enquanto ideologia, Saffioti (2004) recorre ao filme *Lanternas vermelhas*<sup>15</sup>, que mostra a competição entre três esposas de um patriarca chinês. Em uma determinada parte do filme, a quarta esposa denuncia a terceira, que estava cometendo adultério, à segunda esposa, que imediatamente faz valer a tradição, assassinando a traidora. A autora observa que, além de o patriarcado fomentar a disputa entre as esposas, suas raízes são tão engendradas que podem ser acionadas por qualquer pessoa, inclusive pelas mulheres, sem sequer a presença do patriarca. Logo, as bases ideológicas do patriarcado estão enraizadas a ponto de as próprias mulheres desempenharem o papel de patriarca e, ainda que não sejam cúmplices, corroborarem para a sua legitimação.

É importante ressaltar que o exposto não tem a intenção de justificar, nem tampouco responsabilizar as mulheres por sua participação na estrutura patriarcal, mas de ampliar a concepção de tal fenômeno e demonstrar que as raízes patriarcais

---

<sup>15</sup> Sinopse do filme: “China, anos 1920. Com a morte do pai e o conseqüente empobrecimento da família, Songlian, uma jovem universitária é pressionada pela madrasta a se casar e se torna a quarta esposa de um homem rico e poderoso que ela nem sequer conhece. De repente, ela se vê sozinha em uma casa onde as tradições seculares são seguidas como uma lei por seu marido e todos que a habitam. Uma das mais importantes regras é a das lanternas vermelhas. A esposa escolhida pelo senhor da casa para passar a noite tem a lanternas de sua casa acesas e recebe um tratamento

estão dissolvidas no tecido social de tal forma que temos a tendência à sua naturalização. Dada a devida importância ao fenômeno, podemos sim compreender as desigualdades entre homens e mulheres e problematizar as tensões na busca por papéis sociais mais equânimes.

Outro ponto relevante para a discussão é a ideia proposta por Chodorow (1979) ao argumentar que o fato de as mulheres criarem os filhos pode corroborar com as desigualdades sexuais e de gênero. A autora pontua que a criação dos filhos sob o cuidado materno aproxima as crianças da representação do que é feminino, tanto para as meninas quanto para os meninos. As meninas se identificam com a mãe, enquanto os meninos negam e destituem tudo o que é do feminino, reproduzindo a legitimação dos papéis dicotomizados. Nesta lógica, se espera que as meninas se identifiquem com o lugar feminino - do afeto e do cuidado mais voltado para a família, enquanto que os meninos negam os sentimentos e a afetividade, voltando-se para o mundo público. Desta maneira, a socialização das crianças reproduz o retrato dos ideais generificados de sexo. No entanto, não podemos afirmar que a ideologia patriarcal deriva da posição das mulheres enquanto mães, ou até mesmo dos sentidos adquiridos pelas crianças, pois os significados da maternidade e das referências de feminino e masculino também são derivados da construção patriarcal da diferença sexual.

Para Saffioti (1992), é fundamental perceber que, mesmo com os avanços das mulheres, as bases materiais do patriarcado ainda não foram extintas, pois independente do nível de exploração-dominação das mulheres pelos homens, a essência do patriarcado continua a mesma, embora de forma mitigada.

A autora ressalta que devemos considerar a importância do patriarcado em termos específicos, principalmente no seu valor central, ou seja, o que revela uma cultura generificada e pautada pelas relações de dominação e exploração. Assim, Saffioti (2004) completa dizendo que ninguém escapa do que ela nomeia como “esquema de gênero patriarcal”, a saber, o patriarcado como uma forma que se estende por toda a organização social de gênero.

As relações patriarcais contaminam toda a sociedade através de suas hierarquias e estruturas de poder, com primazia masculina, sendo o conceito de patriarcado o único que expõe claramente a supremacia masculina na sociedade. O

referido esquema de gênero patriarcal perpassa não apenas as relações familiares, mas contamina também o Estado. Portanto, ao não mencionarmos a operação entre dominação e exploração, estaremos corroborando com a naturalização e operando segundo a ideologia patriarcal.

Por fim, Saffioti (2004) ressalta que tanto gênero quanto patriarcado exigem uma análise de mão dupla, isto é, que tenha também a participação masculina. Ela afirma que a busca por papéis sociais mais igualitários não deve ser exclusivamente uma demanda das mulheres, pois a inserção dos homens é fundamental por se tratar de uma questão posta nas relações sociais.

Parte das discussões sobre o patriarcado também se localiza na tentativa (ainda sem conclusão) de compreender a origem da família patriarcal. Como vimos anteriormente neste trabalho, a família patriarcal é caracterizada pela concentração da autoridade nas mãos do patriarca, o pai, que determina os poderes políticos e econômicos, bem como rege toda a vida familiar. Apesar de ser um modelo dominante enquanto ideal no período colonial brasileiro, a família patriarcal não era a única forma de vivenciar a família. Desta forma, Pateman (1993) observa que este modelo não pode ser considerado a unidade basilar da constituição da sociedade ocidental.

Apesar de toda a crítica existente acerca da utilização ou não do conceito de patriarcado, para o presente trabalho tal análise ajusta-se à discussão no contexto familiar. Pateman (1993) nos recorda que ainda existem muitos que consideram a família como o lugar social mais adequado para as mulheres. Mesmo que a ideologia patriarcal não se resuma apenas ao âmbito doméstico – pois se estende por todo tecido social e inclusive é determinante para as leis do Estado – a figura do patriarca e a dominação masculina adotam suas formas mais marcantes no mundo privado. É no espaço da vida intrafamiliar que a mulher tem não apenas o seu lugar legitimado, mas (talvez) o seu lugar de maior opressão.

### **3.2 Público versus Privado**

O debate acerca das oposições binárias é uma preocupação das discussões feministas. Um dos principais pontos amplamente debatidos foi, e ainda é, a

separação entre as esferas pública e privada. De acordo com Pateman (1996), a crítica feminista está interessada, basicamente, na separação e oposição entre as duas esferas.

A “sociedade civil” diferencia-se das outras formas de ordem social através da separação das esferas pública e privada; a sociedade civil é dividida em dois domínios contrários, cada qual com modos de associação característicos e distintos. Contudo, presta-se atenção somente a uma esfera, tratada como o único domínio de interesse público. (PATEMAN, 1993, p.27)

Essa esfera para a qual se atenta mais – a pública - concerne a algo que é conhecido por todos, ou um espaço que a todos pertence, o ambiente do trabalho, da rua, da cultura, da política e das relações sociais de maneira geral. O domínio público refere-se ao lugar onde os homens adultos transitam e se relacionam. Já o termo privado nos remete à ideia de algo que é particular, pessoal, que não deve ser de conhecimento ou acesso de todos. O domínio privado é referenciado como o espaço familiar, da vida doméstica, da privacidade, das questões que ocorrem da porta de casa para dentro e só dizem respeito aos que compartilham deste espaço. No campo político, privado é utilizado em referência à esfera social na qual a intromissão ou interferência requer justificativa satisfatória. Já o público reporta à esfera mais acessível. Neste caso, o Estado é a representação do público e a família é a representação do privado.

O binômio privado/público é mais uma forma de expressar os binômios natureza/cultura e mulher/homem, ou seja, dicotomias sobrepostas e que se sustentam mutuamente. O papel da mulher naturalizado na esfera privada em oposição ao papel masculino na esfera pública são legitimados pela ideologia patriarcal.

Retomando a discussão sobre o contrato sexual - parte importante para a constituição familiar – vimos que a formalização da união confere à mulher o papel de esposa, instituindo a sua sujeição ao homem com aparente consentimento desta. Pateman (1993), ao ressaltar o contrato sexual, insere na pauta das discussões as relações contratuais nas quais as mulheres se submetem e pactuam através de parâmetros definidos pelos homens.

Neste contexto, a família é a principal organização para a manifestação da privatização das relações patriarcais, reificando o privado como espaço naturalizado

do não-político. Ao considerar a dicotomia público/privado como polos basilares da sociedade, estamos operando pautadas na lógica da diferença sexual patriarcal, confinando a mulher no espaço da domesticidade, enquanto o homem circula livremente por ambas as esferas. Assim, as mulheres são excluídas do espaço público e, conseqüentemente, não adquirem status de indivíduo. É exatamente neste ponto que se localiza a crítica feminista, isto é, na posição coadjuvante da mulher ao longo da história.

As feministas, de um modo geral, afirmam que a dicotomia entre público e privado mascara a dominação dos homens em relação às mulheres através de uma ordem aparentemente natural. Segundo Pateman (1996), as feministas radicais sustentam que a origem de tal submissão está ancorada principalmente na questão biológica, ou da natureza, uma vez que é no corpo da mulher que ocorre a procriação. Algumas feministas desta corrente chegaram a propor a eliminação das diferenças sexuais através da reprodução artificial, eliminando a participação do homem no processo reprodutivo. Nesta linha de raciocínio, não haveria famílias, nem tampouco a vida privada e, portanto, todos os indivíduos poderiam circular livremente pelo tecido social.

Porém, a realidade não pode ser lida de uma forma tão linear. Vimos que a ideologia patriarcal não se refere apenas à naturalização dos papéis da mulher na vida familiar, mas da posição subalterna que estas ocupam perante os homens em todos os espaços.

Como vimos neste trabalho, as mulheres sempre transitaram pela esfera pública, apesar de não serem reconhecidas e valorizadas. De maneira processual, cresceu a participação feminina nestes espaços, o que promoveu a migração da ideologia patriarcal para além dos muros domésticos, contagiando todo o tecido social. Grande parte da luta feminista foi justamente promover a inserção da mulher na esfera pública por meio de reivindicações nas mais diversas áreas, como o acesso à educação, à cultura, ao trabalho remunerado, à igualdade jurídica, do direito ao voto e, até mesmo, direito à sexualidade e ao aborto.

A concepção das mulheres como seres naturalmente inferiores implica na falta de condições formais e reais na circulação pela esfera pública, confinando-as ao lugar de única capaz de cuidar da esfera privada em todos os aspectos da domesticidade, principalmente o cuidado dos filhos e do lar, reificando este lugar de opressão e desigualdade.

Pateman (1993) reitera que o movimento feminista revelou, em sua prática, que as esferas pública e privada estão relacionadas, são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo e, portanto, para que existam reais transformações na condição feminina é necessária a produção de mudanças em ambas as esferas. Logo, apesar da ideia ser de esferas opostas, não é possível pensar em estruturas impermeáveis que não se articulam.

Além do mais, pensar nesta dicotomia pelo viés da lógica oposicionista despolitiza temas relevantes para a emancipação feminina, como a divisão sexual do trabalho, a violência intrafamiliar<sup>16</sup> e, em especial para esta pesquisa, o trabalho doméstico:

Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p.257)

Podemos observar na citação acima duas questões importantes: a gratuidade do trabalho doméstico e a realização do mesmo pelas mulheres. Pensando a partir da lógica ocidental, o trabalho doméstico atua como base mantenedora da organização capitalista, isto é, ao ser gratuito e realizado na esfera privada por mulheres, oferece condições para que os homens transitem livremente na esfera pública, produzindo e gerando capital. Mesmo quando formalizado e remunerado, esta forma de trabalho é realizada de forma majoritária por mulheres. Até mesmo aquelas inseridas no universo do trabalho formal raramente escapam do trabalho doméstico e cotidianamente encaram essa dupla jornada.

Pateman (1993) ressalta que só será possível fazer uma análise da forma como opera o capitalismo quando se levar em conta a participação da dona-de-casa. Portanto, a dicotomia entre público e privado também legitima a exploração econômica das mulheres, bem como alimenta e sustenta a máquina capitalista.

A máxima feminista de que “o pessoal também é político” derruba a argumentação de que o espaço privado é natural e não-político. Lamoureux (2009) ressalta que este *slogan* foi adotado para evidenciar que toda relação de poder e subordinação é um fato político, o que contribui para sustentar as reivindicações das

---

<sup>16</sup> Por se tratar de uma temática associada à esfera privada, no senso comum é habitual que a violência doméstica e de gênero, que ocorre com maior frequência no seio familiar, seja percebida

mulheres no mundo público. Temas como sexualidade, maternidade, aborto, trabalho doméstico e violência de gênero começam a ser pautados politicamente na busca por melhores condições dentro e fora da domesticidade e pela emancipação das mulheres.

Portanto, a família ocupa um ponto central nas discussões feministas. A ideia aqui é de que o uso da dicotomia entre público e privado, e a despolitização da família velam e corroboram com as relações de subordinação e as desigualdades entre os gêneros, uma vez que se alimenta do discurso “natural” da dicotomia entre os sexos.

Finalmente, podemos afirmar que ambas as esferas não podem ser interpretadas de forma isolada, pois as desigualdades entre homens e mulheres, de uma forma geral, estão inextricavelmente relacionadas às desigualdades na família, bem como em toda a sociedade.

Lamoureux (2009) pontua que, mesmo baseadas na busca por relações igualitárias entre homens e mulheres, não existe consenso entre as feministas sobre o sentido que devemos dar para a relação entre as duas esferas. A conclusão mais simples parece ser que a reprodução biológica não tem prazo para deixar de ser um limitador para as mulheres, mas pode ser possível um compartilhamento equânime, em todas as áreas, no mundo do trabalho, no mundo político, nas tarefas domésticas, inclusive na criação dos filhos.

No entanto, essas questões contemporâneas tensionam as relações entre homens e mulheres na família, oferecendo inúmeras possibilidades para debater os papéis femininos e as relações de gênero. Fica então a próxima pergunta: que mulher é essa dos dias atuais? Sabemos que não é mais aquela mulher patriarcal, que aceita seu lugar legitimado dentro da esfera doméstica, nem tampouco é a mulher do feminismo radical, que se liberta deste lugar de reconhecimento. Parece, então, que temos uma mulher múltipla, que atua nas várias faces possíveis dos gêneros.

### 3.3 A mulher contemporânea

As mudanças nos papéis das mulheres ao longo da história ampliaram as possibilidades de representação dos gêneros na sociedade contemporânea. Ainda que o rígido e hierárquico modelo patriarcal não tenha desaparecido completamente e se manifeste de maneira velada por todo o tecido social, não podemos mais pensar em definições rígidas para os papéis representados por homens e mulheres.

Borram-se as fronteiras entre os polos dicotômicos, constituindo espaços híbridos, e esta condição inovadora reorganiza as relações sociais de tal maneira que nos faz questionar quais são as possibilidades para a atuação da mulher na contemporaneidade, ou melhor, de que maneira podemos mapear a inserção da mulher e dos papéis femininos na atualidade?

Vimos que, até a década de 1960, os papéis representados pelas mulheres eram legitimados e valorizados dentro da esfera doméstica. Muitos foram os fatores que desestabilizaram esta ideologia social e, entre eles, destacamos principalmente as reivindicações feministas por condições de igualdade, superando o recorte sexista.

Assim, a sociedade contemporânea inaugura uma época que rompe paradigmas ideológicos sobre os papéis de gênero e confere à mulher a possibilidade de governar a si mesma. Lipovetsky (2000) sustenta que a sociedade atual atribui ao feminino uma abertura estrutural, na qual nada mais é (em teoria) empecilho para a atuação das mulheres.

Nossa época iniciou uma transformação sem precedente no modo de socialização e de individualização do feminino, uma generalização do princípio do livre governo de si, uma economia dos poderes femininos: é esse novo modelo histórico que chamamos de a terceira mulher. (LIPOVETSKY, 2000, p. 231)

Como podemos observar, Lipovetsky (2000) se refere à mulher contemporânea como “a terceira mulher”, terceira pois não é mais a figura da mulher diabolizada e desprezada, que perdurou até o século XIX, nem tampouco a segunda mulher, adulada e idealizada, sendo que ambas são caracterizadas primordialmente pela submissão ao homem. A terceira mulher é a representação da lógica regente nas sociedades ocidentais a partir de meados do século XX e início do século XXI.

Nesta lógica, tanto a primeira quanto a segunda mulher, que estavam subordinadas ao homem e eram pensadas e definidas por ele, cedem lugar para a terceira mulher, que é aquela que governa a si mesma (LIPOVETSKY, 2000).

A terceira mulher se diferencia principalmente pelo maior investimento na vida profissional e a rejeição a uma identidade constituída apenas na esfera doméstica. No entanto, a época da “terceira mulher” não traduz o desaparecimento das desigualdades sexistas, especialmente na divisão dos papéis familiares e no mundo do trabalho. Lipovetsky (2000) ressalta que, apesar de mulheres e homens serem reconhecidos como donos de seus destinos, as desigualdades não desapareceram e continuam baseadas no recorte sexista. O que vemos hoje é uma reatualização com limites menos ostensivos.

A liberdade de auto dirigir-se se aplica agora, indistintamente, aos dois gêneros, mas se constrói sempre “em situação”, a partir de normas e de papéis sociais diferenciados, sobre os quais não há nenhuma indicação de que estejam destinados a um futuro desaparecimento. (LIPOVETSKY, 2000, p. 239)

Prova disso é que ainda podemos encontrar diversos exemplos de desigualdades nos papéis representados por homens e mulheres nas duas esferas: pública e privada. Como já ressaltamos anteriormente, as fronteiras entre público e privado apresentam contornos borrados na sociedade contemporânea que, por vezes, nos conduz ao pensamento de que a oposição e a desigualdade deixaram de existir. No entanto, o que podemos observar é que, ainda hoje, a mulher é chamada a responder primordialmente pelo lar e pelos filhos, assim como o homem ainda é preferencialmente responsabilizado pelo provimento material da família.

É bem verdade que hoje as mulheres atuam com maior impacto na vida pública, pois o trabalho feminino perde o caráter secundário que ocupava até o começo dos anos 1960 e passa a ser uma exigência individual e identitária para a terceira mulher (LIPOVETSKY, 2000). As mulheres contemporâneas recusam a ideia de uma identidade construída exclusivamente a partir das funções domésticas e o trabalho feminino aparece como uma exigência para a realização pessoal. O trabalho feminino torna-se reconhecido socialmente, mas não adquire a mesma legitimidade que o trabalho masculino ainda sustenta. Ainda podemos observar a distribuição sexista desigual entre cargos, qualificações profissionais e salários.

Portanto, apesar das desigualdades ainda existentes, as mulheres adentraram o mundo público, ganharam o direito à independência econômica e concorrem livremente por qualquer função no mercado de trabalho. E, ao contrário do que ocorre com os homens, o investimento na carreira profissional das mulheres acontece, muitas vezes, em detrimento do papel familiar. Essa nova configuração faz emergir questões antes não colocadas como, por exemplo, quem deve ser responsável pelo cuidado das tarefas domésticas e dos filhos na ausência desta mulher trabalhadora?

Por sua vez, as relações familiares ganham um caráter mais democrático. O que antes estava bem desenhado, hoje apresenta contornos tênues. O trabalho feminino apresenta-se como uma exigência para a mulher, ainda que ela continue sendo a principal responsável pelas tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. O homem é convidado a participar da distribuição de tais tarefas e, ainda que sua atuação aconteça de forma incipiente, nota-se a diferença em relação a outras épocas marcadas pela tradição patriarcal. Assim, as relações familiares ganham maior flexibilidade e, por vezes, tornam-se objetos de debates e negociação entre homens e mulheres.

Lipovetsky (2000) observa que ainda estamos longe de uma democracia doméstica, apesar de tais mudanças serem bastante significativas, pois a realidade constatada pelo autor é de que ainda são as mulheres quem assume a maior parte das responsabilidades pela educação dos filhos, bem como pelo trabalho doméstico. Ele também ressalta que, enquanto este cenário apontar o foco para a mulher como figura parental responsável pela domesticidade, a paridade entre os gêneros estará longe de se concretizar.

Além do mais, o autor pontua que a manutenção dos papéis femininos na esfera doméstica não ocorre apenas pela legitimidade do homem na vida pública, mas também por conferir à mulher um lugar investido de poder e autonomia, que acompanha historicamente o papel materno. Por tal fator, muitas mulheres que conciliam o trabalho com as tarefas domésticas evidenciam sentimento de culpa e o desejo de dedicar mais tempo aos filhos e ao lar. Assim, a mulher contemporânea busca sua realização ao tentar equilibrar dupla, e até mesmo tripla, jornada de trabalho, demonstrando sua vontade em contrabalancear a vida profissional com a vida familiar, ou seja, o público e o privado.

É evidente que as mulheres não são mais destinadas exclusivamente à privacidade, pois são responsabilizadas também pelo mundo do trabalho. Destarte, a tensão entre os dois polos dicotômicos (público e privado) parece ganhar novos contornos na sociedade contemporânea:

Não podemos nos enganar. A época que relegava a mulher ao espaço doméstico e a punha à margem da sociedade política está definitivamente terminada. Mas essa imensa transformação não significa de modo algum permutabilidade entre os dois sexos diante da dicotomia privado/público. Sob o novo, o antigo prossegue: se a clivagem sexual privado/público já não se escreve em letras maiúsculas, nem por isso deixa de governar muitas aspirações e comportamentos dos dois gêneros. Na verdade, a vida familiar, o íntimo, o relacional permanecem dominados pelo feminino; a posição, o papel profissional, o poder, o sucesso conservam uma prevalência no masculino. Na superfície, eis-nos convencidos da reversibilidade dos papéis sexuais; na realidade, a divisão sexual dos papéis privados e públicos se prolonga, ainda que de um modo novo, eufemizado e aberto, sem atribuição exclusiva. (LIPOVETSKY, 2000, p.293)

Como podemos observar, a contemporaneidade reescreveu e reciclou as fronteiras entre as esferas do público e do privado, mas não as extinguiu. Ainda que as mulheres ocupem e sejam reconhecidas por lugares antes não legitimados, as relações entre os gêneros ainda sustentam o viés da diferença sexual, que, por sua vez, reproduz lugares dicotomizados na sociedade contemporânea.

Este cenário plural engatilha o início de uma cultura igualitária entre os gêneros, ou seja, a inexistência de um modelo social diretivo. Entretanto, não é possível desconsiderar o aspecto relacional embutido nas análises de gênero, que direciona o olhar para normas e ideologias sociais que ainda estão longe de promover condições adequadas para a igualdade entre homens e mulheres.

As mudanças recentes na condição feminina promoveram sim algumas mudanças nas desigualdades entre os gêneros; no entanto, isto não significa a homogeneização de papéis. O que ainda vemos é o predomínio da mulher como figura de referência na esfera doméstica, muitas vezes em conflito com a exigência – social e individual - de maior participação na vida pública.

Lipovetsky (2000) acrescenta que esta mulher, que atua no mundo público e também cuida da família, ilustra a figura da terceira mulher, aquela que se traduz como misto do avanço pela igualdade e também pela manutenção dos papéis não igualitários. Desta maneira, a sociedade contemporânea é marcada pela coabitação de papéis pós-modernos e antigos.

Logo, o modelo da terceira mulher, ou a mulher contemporânea, é marcado pela lógica da indeterminação social e identitária. Butler (2008) reitera que a própria definição de ser mulher não pode ser mais compreendida em termos estáveis e permanentes, uma vez que dizer-se mulher não define tudo o que este alguém é, pois a constituição dos gêneros não se define de forma coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos e sociais.

Portanto, resta-nos a seguinte questão: dentro deste cenário plural, de indeterminação social e identitária, quais são as perspectivas para a relação dicotômica entre público/homem e privado/privado? Como as mulheres performatizam seus papéis na sociedade contemporânea? Quais são os conflitos e tensões inerentes dessa dinâmica social?

No último capítulo – de análise das entrevistas - tentaremos nos aproximar da realidade vivida por cinco mulheres de diferentes configurações familiares. A partir do discurso de cada uma delas, procuraremos clarear tais questões, na busca por algumas pistas que nos aproximem das possibilidades e limites que estas mulheres encontram para se apropriarem das tensões inerentes à disparidade dos papéis de gênero na sociedade e na família contemporânea.

Para tanto, iremos iniciar a busca por tais respostas abordando, no próximo capítulo, o que estamos chamando de família contemporânea, bem como as especificidades de cada um dos modelos selecionados para a presente pesquisa.

#### 4. A FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

A história da família revela a ocorrência de diversas mudanças nos papéis e nas relações estabelecidas por seus membros, bem como alterações na sua composição e estrutura. Evidencia-se que, mesmo com tantas transformações, a família continua existindo e, mais que isso, continua sendo um referencial basilar para o desenvolvimento humano e também para a sociedade.

Vimos que as transformações da família conjugal moderna nos lançou a um diferente contexto social, promovendo formas diversas de constituições familiares. Vaitsman (1994) caracteriza o período histórico atual como Pós-modernidade<sup>17</sup>. Esta autora, baseando-se em Harvey (1989), revela que a sociedade pós-moderna é caracterizada pela fragmentação, descontinuidade, caos e efemeridade. Nesse contexto a heterogeneidade é reconhecida e valorizada. Sendo assim, as configurações familiares, influenciadas pelo movimento pós-moderno, se caracterizam pela coexistência de diferentes modelos de família.

Singly (2000), ao falar sobre a família contemporânea ou pós-moderna, ressalta seu paradoxo, caracterizado por ser ao mesmo tempo relacional e individualista. O autor entende que é na tensão entre esses dois polos que as relações familiares acontecem, ou seja, uma dicotomia entre o coletivo (a família) e o individual. Simionato e Oliveira (2009) observam que a distinção atual está na ênfase que as famílias dão aos processos de individualização, transformando-se em um espaço privado a serviço dos indivíduos.

Essa família é regida ainda mais pela lógica do afeto, isto é, as relações estão cada vez mais pautadas na afetividade. Kehl (2003) acrescenta que a sociedade contemporânea só legitima as uniões firmadas a partir da busca pelo amor e satisfação sexual. Podemos supor que os vínculos familiares pautados na afetividade são firmados em busca de satisfações pessoais, nas quais as pessoas se unem com a condição de se amarem, bem como os filhos devem ser prioridade para os pais. As uniões duram enquanto durar o amor individual, enquanto o afeto entre pais e filhos deve ser eternizado.

---

<sup>17</sup> Pós-Modernidade: termo utilizado por Vaitsman (1994) para designar o período que se inicia na década de 1960 até os dias atuais. Existem também as designações “Modernidade Tardia” Hall

Peixoto e Cicchelli (2000) observam que a redução das taxas de natalidade, o aumento no número de separações e divórcios, o declínio do número de casamentos e o aumento da longevidade são fatores que podem atestar a plasticidade da família. Essas mudanças podem nos levar a concluir equivocadamente que o futuro da família caminha na direção da dissolução enquanto organização basilar da sociedade. Porém, autoras e autores como Costa (2004), Roudinesco (2003), Kehl (2003) e Matos (2000) constroem a ideia de um futuro promissor para esta organização, uma vez que a família se constrói e reconstrói continuamente, em um movimento dinâmico e processual.

Pereira (1995) aponta para esta visão mais otimista ao afirmar que as mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, pois a aparente desorganização da família é mais um dos aspectos de sua reestruturação. Apesar de caracterizar-se por um processo contraditório que, ao mesmo tempo em que promove um sentimento de insegurança, essa aparente desorganização cria a possibilidade de emancipação de segmentos marginalizados ao longo da história.

Fato é que a família continua existindo e sua suposta crise não parece se conjugar com a sua falência, mas sim com o surgimento de novos modelos, baseados em relações de gênero um pouco mais igualitárias. Esta reflexão nos leva a questionar se a hipótese de uma suposta crise da família ou sua dissolução não se refere à ruptura de um modelo dominante, que por muitas décadas ocupou o imaginário social como a única forma saudável de estruturar a família.

Kehl (2003) propõe a seguinte reflexão sobre a família contemporânea: “A cada novo senso demográfico realizado no Brasil, renova-se a evidência de que a família não é mais a mesma. Mas a ‘mesma’ em relação a quê?” (KEHL, 2003, p.164). É oportuno ressaltar que para estabelecer uma comparação torna-se necessário retomar a avaliação da história da família, que nos mostra a inexistência de um único modelo nos mais diversos períodos históricos e sociais.

Essa afirmação de que a família não é mais a mesma nos remete a um modelo idealizado: a família nuclear<sup>18</sup> burguesa. Várias famílias, que não vivem de acordo com a estrutura da família conjugal moderna (ou nuclear), são consideradas

---

(2003) e Matos (2000), “Modernidade Avançada” e “Segunda Modernidade” de Singly (2000), bem como “Modernidade Líquida” de Bauman (2004) tratando do mesmo período histórico.

<sup>18</sup> É importante ressaltar que para este estudo a família nuclear é o modelo que corresponde à estrutura pai-mãe-filhos vivendo sob o mesmo domicílio. Apesar de histórica, a família nuclear é uma forma de nomear a família conjugal moderna.

“incompletas” ou “desestruturadas”, como ressalta Szymanski (1995). Stengel parece concordar com essa reflexão por fazer a seguinte afirmação sobre a família nuclear: “Ela é hoje tomada como referência de família, lembrada com nostalgia e é considerada como ideal. Este modelo também é tomado como base para considerar as famílias como estruturadas e não estruturadas.” (STENGEL, 2004, p.38).

Entretanto, observamos que a existência propriamente desta família idealizada gradativamente vai deixando de existir, uma vez que as possibilidades de vivenciar a família se ampliam. Vaitsman (1994) observa que não se trata de uma substituição de um modelo dominante por outro, já que a família estruturada a partir da dicotomia estereotipada entre os sexos continua existindo.

Logo, vemos que o modelo de família conjugal moderno não deixa de existir nem tampouco foi substituído, pois as condições pós-modernas viabilizam a existência e legitimação da heterogeneidade das estruturas familiares e rompe com a dominação de um único modelo, que gradativamente deixa de ser sustentado, uma vez que as possibilidades de família se ampliam. Podemos sim observar que a família conjugal moderna, apesar de nunca ter se apresentado como modelo hegemônico, aparece, muitas vezes, como um modelo idealizado, fruto de processos históricos, que, por muitos anos, legitimaram sua dominação.

As transformações são evidentes. Já não podemos falar de modelos únicos e sólidos para definir papéis sexuais, formas de vida e a própria família. A sociedade contemporânea é marcada pela pluralidade e complexidade. A crise de certos paradigmas levou à revisão das relações conjugais (MATOS, 2000) e, por consequência a família teve que se reorganizar e flexibilizar os modelos idealizados, principalmente no que se refere aos papéis de gênero estereotipados. Surgem vários modelos possíveis de família, formados a partir de uma vasta rede de interações entre os indivíduos, como podemos observar a partir da seguinte citação:

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo uma das famílias de origem; as chamadas ‘produções independentes’ tornam-se mais frequentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. (SIMIONATO e OLIVEIRA, 2009, p.60)

Estas construções e reconstruções da família promovem uma extensa e confusa árvore genealógica, cada vez mais ramificada. Uniões que se desfazem; que se refazem; filhos que convivem com novos parceiros de seus progenitores, às vezes também com os filhos destes parceiros; filhos não biológicos ou biológicos gerados por reproduções assistidas; adoções; famílias homoparentais; famílias unilaterais, dentre outras. As variações são amplas e complexas, e os mais variados estudos correm para tentar conceituar e nomear tanto as relações quanto as formas familiares.

Kehl (2003) propõe chamar esse novo tipo de “família tentacular”, remetendo à ideia de um polvo, com seus vários tentáculos, alcançando os mais diversos lugares. A autora ressalta que as separações e as novas uniões, que podem acontecer sucessivamente na vida dos adultos, favorecem a formação gradativa de novos modelos familiares, diferenciados da família extensa patriarcal e do núcleo familiar da Modernidade.

A lógica familiar oitocentista está de fato superada e a participação da mulher nas transformações da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero atribuídos segundo o sexo foi fundamental para romper com as antigas normas e valores, conquistando assim novas possibilidades. Cabe retomar a explanação de Vaitsman (1994):

Vimos que o fato de as mulheres terem desafiado a dicotomia entre público e privado fragmentou a concepção de um indivíduo universal, porém patriarcal, que corresponde a um momento da divisão social e sexual do trabalho em que a família conjugal moderna encontrava-se no apogeu. A participação da mulher nas diferentes esferas sociais e sua constituição como indivíduo abalaram o individualismo patriarcal institucionalizado na família conjugal moderna. (VAITSMAN, 1994, p.51).

Estas transformações sugerem outro lugar para a mulher na sociedade. Nas estruturas familiares contemporâneas, o papel da mulher não é mais rigidamente definido como anteriormente. Podemos citar muitas conquistas, dentre elas: o aumento no nível de escolaridade, inclusive no acesso às universidades, garantindo à mulher a sua inserção na maioria das profissões; uma maior aceitação e reconhecimento social referente ao trabalho feminino e, conseqüentemente, emancipação financeira; inserção mais consciente nas decisões e discussões políticas; controle da sua sexualidade e de seu corpo, resultando na possibilidade de obter satisfação sexual, dentre outras.

Enfim, percebemos a reatualização da dicotomia entre o público e o privado, bem como das relações de gênero baseadas na diferença sexual. Tais alterações proporcionam novas maneiras de identificação e representação do que se define como masculino e feminino, ou seja, as atribuições por papéis deixam de ter significados marcantes. E, como vimos, os reflexos destas transformações afetam diretamente as experiências familiares.

Assim, qualquer que seja o nome para o atual período histórico, bem como para as configurações familiares, é relevante o estudo sobre os papéis da mulher em relação às diferentes formas que a família apresenta na atualidade. O objetivo aqui é perceber qual o impacto do modelo idealizado nas vivências familiares, bem como na relação entre os papéis desenvolvidos pelas mulheres na privacidade. Para este estudo serão selecionadas mulheres pertencentes às famílias nomeadas como: nuclear, monoparental feminina, reconstituída, uniparental feminina e homoparental nuclear feminina. A ideia é analisar como se opera o trânsito destas mulheres entre o mundo público e o privado, e se acaso existem diferenças quando há ou não a presença de um homem na configuração familiar.

Portanto, faz-se necessário abordar as características de cada uma dessas famílias.

#### **4.1 A família nuclear**

O modelo de família nuclear é formado pelo núcleo pai-mãe-filhos. A pesquisa realizada pela Associação Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte - AMAS (1995) acrescenta que no núcleo familiar o homem e a mulher devem ser os pais de todas as crianças e/ou adolescentes presentes, não podendo existir a presença de outro adulto, caracterizando o que a pesquisa nomeia de “família nuclear simples”. Caso existam outros adultos agregados, a pesquisa classifica como “família nuclear extensa”.

Este modelo aparece em vários períodos históricos e sociais, com características diferentes. Como vimos anteriormente, Vaitsman (1994) ressalta a importância da nomenclatura, pois a referência a este modelo deve acontecer de

maneira diferenciada, uma vez que em cada contexto esse tipo de família poderá apresentar características similares e distintas.

A pesquisa realizada pela AMAS (1995) coletou dados sobre o percentual das famílias no município de Belo Horizonte, oferecendo uma pequena amostra desta realidade. Conforme a análise dos dados, verificamos que no total das configurações pesquisadas, as famílias nucleares simples ocupam 57%. Somando-as com as famílias nucleares compostas (ou extensas), que ocupam 8% do total, vemos que as famílias nucleares são a maioria, com o total de 65%. Estes dados são corroborados com as estatísticas apresentadas pelo IBGE (2009) referente ao território nacional: 56,6% no ano de 1997 e 48,9% no ano de 2007. De acordo com a pesquisa, podemos concluir que embora o número de famílias nucleares simples tenha diminuído no período de dez anos, cedendo espaço para outras configurações e perdendo sua posição de modelo majoritário, ainda é o modelo mais encontrado.

Na história da família brasileira, desde o período colonial, verificamos a existência da família nuclear, seja ela simples ou composta (extensa). A família patriarcal era composta pelo núcleo pai-mãe-filhos, bem como outros agregados. Este modelo era caracterizado pela divisão sexual do trabalho, limites ostensivos da dicotomia entre público e privado, rígida hierarquia e autoridade patriarcal, ou seja, o pai detinha todo o poder e autoridade sobre os demais membros da família e agregados. A família conjugal moderna, caracterizada como família nuclear simples, também era pautada na relação patriarcal e na divisão sexual do trabalho. Vimos que a família conjugal moderna, fundada sob a lógica do amor romântico, valorizava a dicotomia entre o público e o privado, e estimava as relações íntimas e afetivas entre seus membros.

Com as mudanças econômicas, sociais e culturais, as premissas basilares da sociedade moderna foram questionadas, abalando a estruturação da família conjugal deste período histórico. Neste ponto, o processo emancipatório das mulheres foi fundamental, questionando a divisão sexual do trabalho, a dicotomia entre o público e o privado, e pleiteando a liberdade sexual.

A sociedade contemporânea legitima a pluralidade. Contudo, mesmo com este novo contexto, a família nuclear ainda se mantém como modelo idealizado. Braga e Amazonas (2005) concluem que a família nuclear ainda se constitui como ideal hegemônico em todas as camadas sociais. Vimos que este é o modelo que serve de base para classificar as demais famílias como estruturadas ou não,

legitimando um discurso totalizante e excludente. Provavelmente por ser tão valorizada e moralmente aceita, na atualidade este ainda é o modelo mais presente no tecido social.

Diferente do modelo nuclear do período colonial e também da Modernidade, a família nuclear contemporânea apresenta contornos mais indefinidos, principalmente quando se trata das questões de gênero, como, por exemplo: limites borrados entre as fronteiras do público e do privado, bem como da divisão sexual do trabalho; vínculos plurais para as relações conjugais com base na democracia afetiva; novos contornos para os papéis materno e paterno; relações mais dialógicas no que tange a autoridade. Como vimos, processualmente as relações entre homens e mulheres ganham novas representações, que se tornam menos opressivas e mais igualitárias.

O relacionamento conjugal é mais equânime, pois as mulheres ganharam independência econômica e a autoridade patriarcal perdeu sua força. As uniões são baseadas no afeto, porém com um novo e contraditório ingrediente: a individualidade. O casal deve conciliar os seus desejos individuais com a relação afetiva. A conjugalidade fica mais efêmera, na medida em que se desfaz quando os interesses pessoais não são mais satisfeitos. Novos vínculos se refazem, assim como novas formas de parcerias ganham mais espaço (MATOS, 2000). Na atualidade é legítima a dissolução do vínculo conjugal a partir da falência do amor.

Apesar das mudanças nas relações de gênero, a mulher ainda é a figura parental considerada mais capaz de cuidar dos filhos. Os homens aparecem de maneira mais participativa na vida doméstica (ainda que de forma incipiente), construindo novas formas de paternidade e auxiliando nas atividades domésticas. Entretanto, essa atuação masculina é de coadjuvante, pois ainda hoje a domesticidade é uma responsabilidade da mulher.

Desta maneira, na família nuclear, assim como nos demais modelos, geralmente a mulher desempenha várias funções, acumulando jornadas de trabalho e desenvolvimento profissional, enquanto cuida dos filhos e da casa. Vimos que a participação do homem se amplia e que se borram as fronteiras entre o público e o privado. Portanto, elegemos o modelo nuclear não apenas como um exemplo de organização familiar contemporânea, mas também pelo seu valor enquanto modelo idealizado.

## 4.2 A família monoparental feminina

O estudo realizado pela AMAS (1995) classificou as famílias monoparentais a partir da convivência entre os filhos (crianças e/ou adolescentes) com apenas um dos progenitores. Classificou-as também como simples ou extensa. Famílias monoparentais simples são aquelas que têm a presença de apenas um progenitor, enquanto as famílias monoparentais extensas contam com a participação de outros adultos.

Para este estudo iremos trabalhar com a família monoparental feminina (com a presença da mãe) simples, tanto em função da necessidade do recorte de gênero quanto pela hegemonia desta em relação ao formato monoparental masculino. Veremos ao longo do texto dados que indicam essa hegemonia, bem como fatores sociais e históricos que a favorecem.

Ao longo deste trabalho, vimos a dificuldade para encontrar um conceito que defina a família em todas as suas vicissitudes. Com a família monoparental não é diferente. Na literatura é possível encontrar várias nomenclaturas utilizadas para referenciar a família monoparental ao longo dos séculos, mas para este estudo adotaremos este termo para nomear as organizações familiares formadas por progenitoras separadas ou viúvas convivendo com filhos menores de 18 anos sob sua responsabilidade.

É importante ressaltar que, embora o arranjo formado por mães solteiras e seus filhos possa ser reconhecido como família monoparental feminina, para este estudo esta configuração será abordada quando estivermos falando da família uniparental. Ou seja, a família uniparental será considerada como aquela formada por mães solteiras que tenham optado por ter filhos sem que homem assuma a paternidade (jurídica e/ou social).

Vimos neste capítulo que os valores e normas sociais se modificam no percurso do tempo, alterando as formas de legitimar as famílias. É possível encontrar relatos da existência da família monoparental em diferentes épocas da história, ou seja, sempre existiram viúvas, mães solteiras e mulheres separadas que assumiam a responsabilidade do cuidado e criação de seus filhos. No entanto, seu reconhecimento jurídico só acontece na década de 1980, com a Constituição de 1988 que a classifica como entidade familiar.

As uniões conjugais firmadas sobre os preceitos da afetividade, basilares da Modernidade, foram, e ainda são, mais propensas à dissolução. A mudança cultural, das normas e valores sociais, que não mais marginalizam aqueles que desfazem suas uniões, bem como o reconhecimento, até mesmo jurídico, de uniões informais são fatores que impulsionaram o aumento no número de separações e divórcios a partir da década de 1980 (KALOUSTIAN, 2002).

Como consequência da dissolução das parcerias, surge a questão da guarda dos filhos. Kaloustian (2002) ressalta que a análise estatística do período de 1984 a 1990 revela que 80% dos deferimentos de guarda dos filhos nas separações eram a favor da mulher. Tal dado reflete a legitimidade que a mulher ainda tem na sociedade contemporânea como principal responsável pelo cuidado dos filhos. Logo, com o aumento no número de dissolução das uniões conjugais associado à legitimidade do papel materno, o número de famílias chefiadas pelas mulheres teve um aumento nas últimas décadas.

A pesquisa realizada pela AMAS (1995) evidenciou que as famílias chefiadas por mulheres são maioria em relação às chefiadas por homens. No território analisado, foram encontradas 17% de famílias monoparentais femininas (simples e extensa) e apenas 1% de famílias chefiadas exclusivamente por homens.

Os dados obtidos pelo site do IBGE (2009) corroboram com a análise da AMAS (1995). O IBGE fez um estudo comparativo entre os anos de 1992 e 2002 em todo o território nacional. No primeiro período, 15,1% das famílias eram chefiadas por mulheres, enquanto que, em 2002, o número elevou para 17,9%. Este estudo não categorizou as famílias monoparentais masculinas, o que nos leva a crer que elas foram contabilizadas como “outros tipos”, que totalizam 5,2% em 1992 e 5,7% em 2009.

Essa situação na qual mulheres chefiam sozinhas os domicílios também foi representada através de um estudo elaborado por regiões geográficas (IBGE, 2009). Conforme esses dados, no período de 1992 a 1999, as famílias monoparentais femininas tiveram um aumento no seu percentual em todas as regiões, sendo mais significativo no Norte (20,4%) e no Nordeste (18,5%) do país. Porém, neste mesmo período, as regiões que apresentaram um maior crescimento desta estrutura familiar foram o Sudeste (com crescimento de 15,33%) e o Centro-Oeste (com crescimento de 13,91%).

A história da família patriarcal e moderna aponta que a maternidade foi o principal componente da construção identitária da mulher. Apesar das muitas mudanças ocorridas, principalmente na constituição da maternidade, que perde seu caráter natural e se dissocia da prática sexual, na sociedade contemporânea ainda verificamos resquícios da ideologia fundada nas desigualdades dos papéis femininos e masculinos. Desde a década de 1960 observamos o crescimento do modelo de família chefiada pelas mulheres. Esta realidade reflete os valores sociais que, aparentemente, ainda atribuem como papel da mulher a criação e o cuidado com as crianças, principalmente nos casos de divórcio e/ou separações.

Na atualidade muitas questões são traçadas. As mulheres ocupam quase todos os espaços sociais, transitando pelas esferas pública e privada (ainda que de maneira ilegítima). O papel tradicional de mãe, que cuida da casa, do marido e dos filhos finalmente não é mais satisfatório para as mulheres contemporâneas, que buscam outras possibilidades. Como vimos, a terceira mulher valoriza o investimento na vida profissional e rejeita uma identidade constituída apenas na domesticidade (LIPOVETSKY, 2000). Não que a maternidade tenha perdido seu papel relevante na vida destas mulheres, pois o crescente número de famílias monoparentais femininas atesta justamente o contrário; mas, a emergência de valores contemporâneos traduz novas formas de maternidade e, conseqüentemente, de paternidade.

Este cenário nos leva a questionar quais são as vivências destas mulheres na monoparentalidade, ou seja, quais os sentidos que elas atribuem aos papéis femininos desempenhados a partir desta forma de configuração familiar. Neste trabalho proponho investigar tal questão a partir do relato de uma mulher que, após a separação ou viuvez, assume a responsabilidade de criação de seus filhos, conciliando tal tarefa com os demais papéis que ela deseja ou necessita assumir na sociedade contemporânea.

#### **4.3 A família reconstituída**

Vimos que a família composta pelo núcleo pai-mãe e filhos ainda é um modelo idealizado na sociedade contemporânea, apesar de estarmos vivenciando uma sociedade mais plural em termos de organizações familiares. Constatamos

também o aumento no número de separações e divórcios nas últimas décadas, ou seja, observamos um processo de dissolução, desconstrução e, talvez, reconstrução do núcleo familiar.

Dados apresentados pelo IBGE (2009) mostram que em 2007 foram registrados no Brasil 916.006 casamentos civis, o que representa um aumento de 2,9% no total de casamentos em relação ao ano anterior, mantendo a tendência observada desde 2003. Eles atribuem tal fator, em grande parte, ao incentivo gerado pela ofertas de casamentos coletivos.

Outra análise realizada por este Instituto se refere ao estado civil dos cônjuges, e a evidência é de que o maior número de casamentos é realizado por pessoas solteiras. Porém, eles observaram o declínio constante de casamentos entre solteiros, que passou de 90,1% em 1997, para 83,9% em 2007. Em contrapartida, o percentual de casamentos entre pessoas divorciadas com pessoas solteiras aumentou, principalmente entre homens divorciados com mulheres solteiras, que passou de 4,4% em 1997 para 7,1% em 2007, enquanto que o percentual de casamentos entre mulheres divorciadas com homens solteiros aumentou de 1,9% em 1997 para 3,7% em 2007. O número de casamentos entre homens e mulheres divorciados também cresceu na comparação entre os anos de 1997 e 2007, passando de 1,1% no primeiro ano para 2,5% no segundo.

Os dados comprovam que, apesar do crescimento no número de separações, os indivíduos, de maneira geral, continuam se unindo, seja através de casamentos ou através de outros tipos plurais de união (Matos, 2000). Tais dados refletem a possibilidade do núcleo conjugal se constituir, desconstituir e reconstituir. Retomando as considerações apresentadas por Kehl (2003) sobre a família tentacular, é possível observar que esse cenário estatístico nos apresenta justamente a complexidade apresentada pela autora, que ressalta a promoção de árvores genealógicas cada vez mais ramificadas. Grisard Filho (2003) observa que a complexidade desta estrutura familiar está na sua formação que configura a existência de múltiplos vínculos, dificultando a eleição de um termo que a nomeie:

Tendo os primeiros estudos sobre estas famílias surgido das pesquisas em ciências sociais, estas forneceram distintas significações: família reconstituída, família recomposta (*famille recomposée*, para a doutrina francesa), família transformada, rearmada, agregada, agrupada, combinada ou mista, ensamblada (para a doutrina dos países de língua espanhola), *stepfamily* ou *blended family* (para as doutrinas inglesa e americana). À

míngua de um termo específico e comum, terapeutas e psicólogos definiram as famílias reconstituídas por comparação (segundas ou posteriores núpcias) ou por negação (não intactas, não biológicas), indicando com ambas as opções a desestimação da nova família. Deste modo, sem uma peculiar denominação, só contribui a sua própria invisibilidade estatística, social e jurídica (GRISARD FILHO, 2003, p.261, grifos do autor).

Desta maneira, percebe-se a dificuldade em nomear essa complexa organização familiar e, para este estudo, adotaremos a denominação proposta por Grisard Filho (2003), que nomeia a configuração familiar formada a partir do casamento ou da união estável de um casal na qual um ou ambos tenham filhos de uniões anteriores como família reconstituída. O estudo realizado pela AMAS (1995) também define a família reconstituída como composta pela mãe ou pai que se une novamente com outros parceiros (de forma consensual ou legal), convivendo com os filhos de ambas as partes, caso existam. Roudinesco (2003) chama este formato de família recomposta, “que remete a um duplo movimento de dessacralização do casamento e de humanização dos laços de parentesco.” (ROUDINESCO, 2003, p. 153).

A formação de um novo núcleo familiar após a dissolução de um anterior configura um somatório de vínculos familiares. Os vínculos de parentesco ficam cada vez mais ramificados e confusos, o que dificulta a sua nomeação. Em outras palavras, podemos citar o seguinte caso: uma mulher, mãe e separada, responsável pela criação de seus filhos, decide realizar uma nova união. Surgem então seguintes reflexões: qual é a relação deste novo companheiro com os filhos de sua atual parceira? Como nomear esta relação? No senso comum, utilizamos o termo padrasto ou madrasta em referência ao novo cônjuge do progenitor, mas este termo não era utilizado apenas para nomear o novo cônjuge apenas em caso de falecimento do anterior? E se acaso este novo parceiro também tiver outros filhos de uma união anterior, e com a constituição deste novo núcleo todos tenham que coabitar o mesmo domicílio, como podemos nomear as relações entre as crianças? E se acaso este novo casal decidir ter outros filhos? Todos serão irmãos? E as relações mais extensas da família, as relações intergeracionais, como avós, tios e primos, como podem ser nomeadas?

Padrastos, madrastas, enteados, enteadas, meio-irmãos; será então que tais termos são usados em função da ausência de nomes específicos? E o afeto presente nas relações familiares? Grisard Filho (2003) observa a expectativa do que

ele nomeia de “mito do amor instantâneo”, ou seja, todos os integrantes da família devem ser igualmente queridos para evitar rivalidade, ciúmes e exclusões.

Embora não seja o objetivo deste trabalho responder tais questionamentos, é fundamental sinalizar a discussão no intuito de demonstrar a complexidade dos vínculos familiares e das relações de parentesco na atualidade. Múltiplas uniões podem acontecer, uma vez que as relações amorosas são - utilizando o termo proposto por Bauman (2004) - líquidas e duram enquanto durar o amor e a satisfação pessoal. As várias possibilidades de reconstrução dos vínculos e das relações de parentesco vão formando complexas teias, ligadas primordialmente pelo afeto ou a humanização dos laços de parentesco.

Grisard Filho (2003) ressalta que a formação desta nova rede de relações gera muitas crises e conflitos de autoridade e lealdade. Cada um de seus integrantes origina-se sob condições individuais, culturais e sociais diferentes, isto é, antes da formação deste novo núcleo conjugal, cada integrante vivenciou a perda de uma relação familiar primária. Toda essa complexidade proporciona a esta família a tarefa de construir a sua própria identidade.

Na família primária, os laços de parentesco e os papéis são bem definidos, pai, mãe, irmãos, avós, tios, primos. Nas famílias reconstituídas, porém, tais laços são duplicados, dois pais, duas mães, meio-irmãos, outros avós, tios e primos, aumentando as dificuldades iniciais de entendimento destas novas relações (GRISARD FILHO, 2003, p. 261-262).

No campo jurídico temos a questão da concessão de direitos para este modelo de família, ou seja, em caso de falecimento do companheiro do progenitor, terão os filhos não biológicos direito à sucessão e à herança? E os demais direitos no caso de futuras dissoluções, como pensão alimentícia e visitas? Atualmente apenas os progenitores legais, aqueles que registram a criança, são detentores destes direitos e deveres. No entanto, as relações de parentesco estão cada vez mais ampliadas, o que nos leva a questionar quais são, de fato, os direitos destes novos pais, mães, filhos, irmãos, meio-irmãos, padrastos e madrastas.

Para este trabalho o que nos interessa é a constatação da pluralidade e ambiguidade das relações familiares nos dias atuais e, conseqüentemente, da dificuldade que estes indivíduos podem encontrar para significar suas experiências. Como o foco é nas relações femininas na família, questionamos como esta mulher, mãe, que constitui uma nova união significa suas experiências e as novas relações

de parentesco, bem como a constituição deste novo núcleo familiar. Enfim, quais são os papéis que ela desempenha neste complexo arranjo familiar.

#### **4.4 A família uniparental feminina**

A família uniparental pode ser definida por ter em sua composição um progenitor convivendo com os filhos. Tal definição é igual a utilizada por diversos estudos, inclusive este, para classificar as famílias monoparentais. Entretanto, a diferença aqui está no processo de constituição da família, ou seja, iremos chamar de família uniparental aquela em que apenas um progenitor reconhece legalmente a parentalidade com a criança. Nesta tipologia de família, sua constituição acontece sem haver existido a intenção de realizar uma união conjugal.

Portanto, para esta pesquisa, iremos considerar como família uniparental feminina aquela constituída pela mãe convivendo com seus filhos, desde que a maternidade tenha se realizado a partir de práticas como adoção, inseminação artificial ou outras técnicas reprodutivas. Também consideraremos as mulheres que engravidaram sem o consentimento e/ou conhecimento de seus parceiros. As mães solteiras que abandonam ou são abandonadas pelo progenitor masculino também serão incluídas no rol das famílias uniparentais.

É importante ressaltar a existência de poucas pesquisas sobre este modelo de família, tanto em análises qualitativas quanto em quantitativas. Nas pesquisas realizadas pelo IBGE (2009), bem como na realizada pela AMAS (1995) não encontramos nenhuma referência a este tipo de família, o que nos leva a crer que elas são contabilizadas como famílias monoparentais.

Ramos (2003) observa que no Brasil a escolha por uma família uniparental, formada a partir do que chamamos no senso comum de “produção independente”, é basicamente uma escolha da mulher. Em parte pelo fato de que os homens estão menos interessados na paternidade fora de uma relação conjugal, como também pelo reconhecimento que a maternidade teve por séculos na vida das mulheres: “Historicamente (principalmente a partir do século XVII), a maternidade tem sido construída como o ideal máximo da mulher, caminho da plenitude e realização da

feminilidade.” (BRAGA e AMAZONAS, 2005, p.15). Outro fator importante é a maior facilidade que a mulher tem de realizar o projeto de ter um filho em comparação ao homem, já que é ela quem tem condições de gerar uma criança.

Assim, a maternidade pode ser vista não só como tradução da diferença entre os sexos, mas também das relações de gênero, pois só a mulher que pode engravidar. As autoras observam que o movimento feminista colocou as discussões sobre a maternidade no seio do debate sobre a posição de homens e mulheres na sociedade, ressaltando o caráter de escolha autônoma da mulher sobre a reprodução biológica em busca da igualdade.

Ramos (2003) ressalta que, embora existam poucas experiências no Brasil, está aumentando o número de mulheres que fazem esta escolha, apesar das dificuldades encontradas, principalmente pela ausência de um terceiro que as auxiliem. Nesta prática fica evidente a dissociação da maternidade da união conjugal, ou seja, não é mais necessário estabelecer uma relação conjugal para procriar e cuidar destes filhos, o desejo da maternidade é legitimado por ser um lugar de reconhecimento da mulher, como podemos observar: “O desejo por uma criança se sustenta no senso comum pelo pressuposto social de que é natural da mulher, e isso legitima socialmente a demanda, tornando-a incontestável.” (BRAGA e AMAZONAS, 2005, p.16).

A mulher que deseja ser mãe pode recorrer a diversas opções na atualidade. Ela poderá contar com a ajuda de um parceiro que concorde com o seu anonimato, bem como poderá recorrer à adoção ou às novas técnicas de reprodução. O desenvolvimento biotecnológico tem contribuído para ampliar as práticas da reprodução assistida. Podemos citar várias formas, dentre elas a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*.

Braga e Amazonas (2005, p.14) afirmam que “as novas tecnologias reprodutivas são uma realidade que se oferecem ao consumidor.”. As autoras chamam a atenção para a complexidade do processo do desejo de ter um filho até o nascimento de uma criança. Tais práticas desvinculam a procriação do ato sexual e, como ressalta Almeida (2003), a procriação deixa de ser um fato natural para se subjugar à vontade do ser humano.

No entanto, em todos os métodos de reprodução é imprescindível a existência de indivíduos de sexos diferentes, ou seja, a fusão de células masculinas e femininas. Portanto, a produção nunca poderá ser de fato independente, mesmo que

a identidade de um dos progenitores não seja revelada, sua existência é uma condição *sine qua non*. Braga e Amazonas (2005) observam que esta forma de maternidade foi apelidada de “produção independente” após os anos de 1960. Ramos (2003) observa que esta terminologia é inadequada para referenciar esse tipo de experiência, pois a tecnologia ainda não evoluiu o suficiente para deixá-la de fato independente.

Ramos (2003) ressalta os possíveis inconvenientes da produção independente, ou seja, a falta de uma paternidade reconhecida pode acarretar uma condição de exceção para a criança. “Desconhecer o pai ou a mãe é vivido como uma perda importante, que estimula fantasias dolorosas e promove incógnitas a respeito da história e dos progenitores.” (RAMOS, 2003, p.297).

As mulheres que optam por esta constituição familiar vivenciam a experiência de criar sozinhas seus filhos, muitas vezes conciliando as tarefas domésticas com a de provedora financeira. Ramos (2003) diz que frequentemente as mulheres acreditam que são capazes de sustentar esta escolha totalmente independente quando o filho é apenas um desejo, mas a realidade pode se apresentar de forma diferente.

Portanto, esta pesquisa pretende analisar como uma mulher que é, basicamente, a única responsável pelo cuidado de seus filhos articula seus diversos papéis sociais, sobretudo, o trânsito pelas esferas pública e privada.

#### **4.5 A família nuclear homoparental feminina**

A família nuclear homoparental feminina é caracterizada pela união de duas pessoas do sexo feminino – homossexuais<sup>19</sup> - convivendo com filhos sob sua responsabilidade. O termo homoparentalidade foi criado na França em 1996, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (ROUDINESCO, 2003). A autora ressalta que, a partir da década de 1970, a homossexualidade deixa ser vista

---

<sup>19</sup> Embora não seja o objetivo deste trabalho, é importante sinalizar a questão da homossexualidade. Este termo é derivado do grego (*homos* = semelhantes). Roudinesco (2003) afirma que ele foi criado em 1869, pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny, para designar todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo, a partir da oposição ao termo heterossexualidade.

como uma doença<sup>20</sup> e passa a ser considerada como mais um componente multiforme da sexualidade humana.

Este modelo de família, ao mesmo tempo em que rompe com a lógica da família estruturada a partir da diferença sexual – heterossexista -, pode reproduzir as representações dos gêneros da conjugalidade nuclear. É interessante notar que tal família, assim como a nuclear heterossexual, é constituída com base em uma tríade, que, neste caso, é representada pelo esquema: mãe-mãe-filhos. Chamamos, portanto, de nuclear homoparental por conter um núcleo conjugal formado por duas mulheres, possivelmente dicotomizado genereficadamente.

Embora a existência de famílias estruturadas desta maneira não seja uma questão atual, a discussão política e a reivindicação por direitos é um tópico contemporâneo. Roudinesco (2003) relata que, no período de 1965 a 1970, gays e lésbicas da costa californiana reivindicaram “tornar-se pais”. Se, à primeira vista, parece ser uma contestação da norma cultural familiar baseada na diferença sexual, revela também um desejo de normatividade. Para além da conjugalidade, que neste caso ainda é pouco reconhecida socialmente, a família homoparental traz em sua gênese outra questão: a filiação.

Em 1975, a Associação Americana de Psicologia recomendou que os profissionais da saúde mental empreendessem pesquisas de campo sobre a família homoparental (ROUDINESCO, 2003). A partir de então, muitos estudos focaram neste modelo, colocando na pauta a discussão sobre a salubridade desta organização. Gays e lésbicas quiseram provar que eram bons pais e que seus filhos se comportavam tão bem quanto os filhos das famílias heterossexuais.

A discussão apresentada pela autora vai na contramão dessa lógica, ou seja, ressalta que a família baseada na diferença sexual nunca foi garantia de produção de indivíduos saudáveis. A comparação em torno de um modelo idealizado não considera as especificidades da família composta por homossexuais. Para a autora, os filhos de casais homossexuais apresentam sim um traço singular, bem como as relações de parentesco. Não considerar esta singularidade é agir em nome do preconceito e da marginalização.

---

<sup>20</sup> “Em 1974, sob a pressão dos movimentos gays e lésbicos, a American Psychiatric Association (APA) decidiu, após um referendo, retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais,

Eis por que nossa sociedade deve aceitar que eles existem *tais como são*. Ela deve lhes conceder os mesmos direitos. E não é obrigando-se a serem “normais” que os homossexuais conseguirão provar sua aptidão a criar seus filhos. Pois, ao buscarem convencer aqueles que o cercam de que seus filhos nunca se tornarão homossexuais, eles se arriscam a lhes dar, de si próprios, uma imagem desastrosa (ROUDINESCO, 2003, p.195, grifos da autora)

Dias (2003) ressalta que a resistência em aceitar a homoparentalidade decorre da falsa ideia de que as relações entre os homossexuais são, necessariamente, promíscuas, acarretando um ambiente insalubre para o desenvolvimento das crianças. A autora também afirma que existe a alegação de que a falta de referências comportamentais acarretaria desordens psicológicas e dificuldade de identificação sexual dos filhos.

No que tange o campo da psicanálise, é importante ressaltar que a discussão é bem mais ampla do que realizaremos neste estudo; a intenção aqui é sinalizar alguns pontos. Roudinesco (2003) escreve que Freud não classificava a homossexualidade como uma anomalia ou prática sexual perversa, pois considerava o caráter universal da bissexualidade psíquica e, sendo assim, todo sujeito seria capaz de fazer essa escolha. No entanto, alguns discípulos de Freud revelaram intolerância extrema em relação à homossexualidade. Para alguns conservadores do campo da psicanálise, a alegação é de que as relações homoafetivas conferem risco através da ruptura do complexo de Édipo pela ausência da função paterna, resultando comportamentos sexuais impróprios. Entretanto, Perelson (2006), parafraseando Joël Dor, aponta que não é necessário que exista um homem para que exista um pai, nos remetendo-nos à ideia de funções simbólicas que estão à disposição na sociedade.

Uziel (2004), em seu estudo sobre homossexualidade e parentalidade, apresenta algumas exposições sobre a discussão da salubridade das relações de parentesco nas famílias homoafetivas. Dentre elas, cita que estudos comparativos não revelaram diferenças significativas na escolha do objeto sexual de crianças que convivem com um dos progenitores heterossexual e aquelas que convivem com um progenitor homossexual. A autora observa também que pesquisas comparativas entre pais homossexuais e heterossexuais não apresentam diferenças consideráveis. Finalmente, conclui que, aparentemente, não há nada que

---

rebatizadas “desordens mentais” pelo *Manual diagnóstico e estatísticas dos distúrbios mentais (DSM)*” (ROUDINESCO, 2003, p.186, grifo da autora).

comprometa a maternidade ou paternidade pautada na homoparentalidade, e que insistir na discussão sobre a sanidade dos pais e das crianças reforça o que as pesquisas não conseguem comprovar.

Matos (2006) lembra que as pesquisas realizadas pela Associação Americana de Psicologia evidenciaram que não existe nenhum estudo capaz de atestar que crianças oriundas das famílias homoparentais teriam qualquer prejuízo em relação às crianças oriundas das famílias heterossexuais. Dias (2003) completa a exposição ao afirmar que não considerar o desejo de gays e lésbicas para constituir uma família com a presença de filhos é usar o mecanismo da invisibilidade para negar direitos.

Dias (2003) constata que as uniões homoafetivas começam a ser reconhecidas como entidades familiares. No campo jurídico já podemos observar algumas mudanças - Na França, é realizado em 2006 o "Pacto Civil de Solidariedade", permitindo a união de casais do mesmo sexo sem, contudo, incluir o direito à afiliação por parte do casal. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia promulgou - em março de 1999, a resolução 001/09 que confere a isonomia para os homossexuais, despatologizando e desestigmatizando a homossexualidade. Tal resolução estipula que os profissionais da psicologia devem construir práticas e intervenções que não reforcem os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais, bem como não deverão exercer qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas.

Apesar dos avanços, Dias (2003) observa ainda que a negativa de reconhecimento das formas de maternidade e paternidade homossexuais contradiz direitos e garantias fundamentais, como o respeito à dignidade e à igualdade. A autora ressalta que rejeitar a regulamentação reafirma uma postura homofóbica e confere aos filhos deste modelo a dificuldade de proteção e acesso a direitos, tais como guarda, pensão, visitas e sucessões.

Tais reflexões apresentam a paternidade e a maternidade como constructos baseados na lógica socioafetiva. Segundo Dias (2003), de tal lugar da afetividade emergiu uma nova figura jurídica, que ela nomeia como filiação socioafetiva, sobrepondo-se à realidade biológica, ou seja, a concepção moderna da doutrina do direito não mais define o vínculo de parentesco em função da identidade genética. Medeiros (2006) também revela em sua pesquisa sobre a família homoparental feminina o caráter premente dos laços afetivos em detrimento dos biológicos. Assim,

além de romper com a lógica da família baseada na diferença sexual, a homoparentalidade aponta como norte para as discussões as relações de parentesco com base na afetividade.

É exatamente neste ponto da discussão que se inserem os questionamentos da presente pesquisa, ou seja, tentaremos compreender como uma mulher, mãe e homossexual significa suas experiências familiares. A partir de um modelo de família constituído principalmente pelos vínculos afetivos e vitimizado historicamente pelo discurso social da ilegitimidade, queremos pensar como esta mulher percebe suas relações de parentesco, bem como vivencia as possibilidades e limites dos seus papéis de gênero e articulação destes nas esferas pública e privada.

## 5. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a realização desta pesquisa qualitativa os delineamentos propostos são: levantamento bibliográfico acerca do tema e entrevistas semiestruturadas.

A pesquisa bibliográfica traz como aporte teórico discussões sobre a família e as teorias de gênero, principalmente no contexto contemporâneo, através de diferentes fontes das ciências humanas e sociais. Esta tarefa tem como finalidade promover a interlocução entre tais temáticas e o objeto da presente dissertação, em ambos os campos teóricos aqui citados. Para Gil (1991), a principal vantagem desta modalidade de pesquisa está na possibilidade que o pesquisador encontra de ampliar a cobertura de uma gama de fenômenos que dificilmente ele poderia pesquisar diretamente. Este autor cita como exemplo a pesquisa histórica, que iniciou a presente dissertação.

As entrevistas semiestruturadas se caracterizam por ser instrumento de pesquisa que introduz questões pré-formuladas. Este instrumento é adequado para esta pesquisa por proporcionar a exposição de elementos culturais e subjetivos que circunscrevem os discursos e narrativas das entrevistadas. Formulou-se um roteiro para a realização das entrevistas (Apêndice A) com questões que orientam, mas não excluem a possibilidade do surgimento de outras demandas durante a sua aplicação. As entrevistas foram realizadas com cinco mulheres, mães, de 30 a 40 anos, pertencentes a diferentes configurações familiares das camadas médias, na cidade de Belo Horizonte.

A caracterização das entrevistadas pelo nível socioeconômico se deu de acordo com a escolaridade e a profissão de cada mulher, ou seja, mulheres trabalhadoras que tenham escolaridade superior ou o ensino médio completo ou, ainda, cuja ocupação profissional seja a de autônoma com empreendimento de médio porte ou profissional liberal. Esse critério se justifica tendo em vista o capital cultural e o acesso a bens simbólicos que circulam entre as famílias.

Outro recorte considerado nesta pesquisa é a vivência da maternidade, ou seja, pressupomos que as mulheres – mães – vivenciam contradições mais evidentes em suas relações familiares e de gênero por ocuparem um lugar social de reconhecimento legitimado historicamente. A maternidade promove espaços de poder e de afirmação que se manifestam em nossas práticas discursivas cotidianas.

Assim, pretendemos observar qual a valoração que as mulheres entrevistadas atribuem à sua vivência materna. Além do mais, essa mulher, mãe, trabalhadora ocupa dois espaços distintos e por vezes contraditórios, repletos de conflitos, que oferecem várias possibilidades de negociações. Pretende-se, portanto, compreender como estas mulheres articulam o trânsito entre estes lugares (público e privado) e também pensar como essa geração de mulheres percebe os ganhos e as perdas das somas destes papéis.

As configurações familiares eleitas para esta pesquisa representam uma parcela dos possíveis arranjos que a família pode adotar na contemporaneidade. Consideramos os diferentes conceitos e definições sobre famílias, com referência ao estudo realizado pela AMAS (1995), com famílias de crianças e adolescentes em Belo Horizonte, a problematização das famílias homoparentais apresentada por Passos (2005) e a exposição de Ramos (2003) referente às famílias unilaterais. Além do mais, este estudo se propõe a considerar como família todos os indivíduos que estabelecem relações afetivas e, de comum acordo, se consideram (se nomeiam) como tal.

A partir destas concepções de família, selecionamos as seguintes configurações familiares:

- Família Nuclear;
- Família Monoparental Feminina (simples);
- Família Nuclear Reconstituída;
- Família Uniparental Feminina;
- Família Nuclear Homoparental Feminina.

Para acessar as mulheres com o perfil descrito acima foram enviados *e-mails* para uma rede pessoal de relacionamentos com a descrição necessária. Também foi criado um perfil no site de relacionamentos *Orkut* para divulgar a pesquisa nas seguintes comunidades: “Produção Independente”; “Mãe – Produção independente”, “Mãe solteira”, “Mãe Solteira, algum problema?”, “Sou mãe solteira sim, e daí?”, “Mãe que está solteira e é feliz”, “Sou mãe solteira + sou feliz”, “Sou mãe e pai ao mesmo tempo”, “Lésbicas BH” e “Entendidas BH!”. Por fim, foi enviado um *e-mail* para o site da Associação Lésbica de Minas – ALEM – com o conteúdo da pesquisa. O objetivo foi selecionar mulheres que tivessem, além do perfil delineado,

disponibilidade e interesse para a participação. No entanto, as respostas enviadas vieram apenas como indicações da rede de amigos.

As entrevistas se realizaram no ano de 2009, no município de Belo Horizonte, em locais escolhidos pelas participantes, por considerar a importância das mesmas acontecerem em um ambiente acolhedor que favorecesse a verbalização de questões da intimidade de cada uma delas. Apenas uma das entrevistadas – a de família nuclear homoparental feminina – escolheu seu ambiente de trabalho para a realização da entrevista. As demais participantes escolheram o ambiente doméstico. É importante ressaltar que todas as entrevistas foram gravadas por meio digital e transcritas, preservando sempre a identidade das participantes. Para tanto, foram dados nomes fictícios escolhidos pelas entrevistadas a partir da inicial proposta pela pesquisadora, a saber, a letra inicial do modelo de família correspondente. Os nomes selecionados foram: Natália, Melissa, Roberta, Uacila e Hosana. É importante ressaltar que todas as participantes desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Como método de análise das entrevistas realizadas esta pesquisa utilizou a análise do discurso, objetivo é produzir indicadores e conhecimentos relativos baseadas no referencial teórico a partir de um tema ou palavra. Este método se define como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações” e o ponto de partida é a mensagem, considerando-se o contexto de seus produtores, bem como os sentidos atribuídos por eles (BARDIN, 1977). Minayo (2000) acrescenta que a análise de conteúdo também visa descobrir o que está por trás de cada conteúdo manifesto, isto é, o conteúdo latente, Este último é levado em consideração por ampliar a investigação na busca por ideologias, tendências e características dos fenômenos sociais, possibilitando também a contextualização do tema em estudo, garantindo a relevância das conclusões socializadas.

Para agregar os dados qualitativos obtidos através dos conteúdos apresentados pelas mulheres em cada entrevista foi necessária a divisão em cinco pontos analíticos: (1) A concepção de família: abrangendo a formação desde o casamento ou união estável – exceto no caso da família uniparental –, até a dissolução da união – nos caso das famílias monoparentais e reconstituídas; (2) A maternidade e, como consequência, a paternidade segundo as mulheres; (3) O trabalho e seus sentidos para a vida das mulheres entrevistadas; (4) Diferenças

geracionais: permanências e mudanças; (5) Os papéis sociais e as esferas pública e privada. As análises serão apresentadas no próximo capítulo.

É importante salientar que esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP –, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com o número de registro CAAE 0058.0.213.000-09.

## 6. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Antes de iniciarmos as análises das entrevistas, faremos uma apresentação das mulheres entrevistadas. Ressaltamos que os nomes utilizados são fictícios e foram escolhidos pelas participantes a partir da inicial proposta pela pesquisadora, qual seja, identificar o nome escolhido pela entrevistada correlacionando à letra inicial do modelo de família. Os nomes dos filhos, maridos e companheira foram substituídos por códigos, que também respeitam a letra inicial do modelo de família, com o intuito de garantir a privacidade e facilitar a leitura.

| <b>Família</b> | <b>Nome</b> | <b>Idade</b> | <b>Profissão</b>                               | <b>Estado Civil</b>         | <b>Filhos</b>                                                                                               |
|----------------|-------------|--------------|------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Monoparental   | Melissa     | 32           | Fonoaudióloga                                  | Divorciada<br>Judicialmente | [Filho M] - 10 anos<br>[Filha M] - 2 anos                                                                   |
| Nuclear        | Natália     | 31           | Geóloga e<br>Engenheira Civil                  | Casada                      | [Filho N] - 1 ano                                                                                           |
| Reconstituída  | Roberta     | 40           | Administradora                                 | Casada pela<br>segunda vez. | [Enteada 1R] - 23<br>anos<br>[Enteada 2R] - 26<br>anos<br>[Enteado 3R] - 19<br>anos<br>[Filha R] - 16 anos) |
| Homoparental   | Hosana      | 38           | Enfermeira                                     | União Estável               | [Filha H] - 2 anos                                                                                          |
| Uniparental    | Uacila      | 40           | Psicóloga, Artista<br>Plástica e<br>Professora | Solteira                    | [Filha U] - 15 anos                                                                                         |

Agora será apresentada a análise das entrevistas por categorias.

## 6.1 A concepção de família

Nesta categoria pretende-se analisar qual a ideia que cada mulher tem sobre família e como elas percebem a constituição familiar, passando pelas formas de união até a possível dissolução do vínculo conjugal, bem como o desejo de maternidade e o nascimento dos filhos. Entretanto, os aspectos da maternidade e da paternidade serão discutidos no próximo tópico deste trabalho. Por fim, iremos observar os sentidos que as mulheres entrevistadas conferem às suas famílias.

Na análise das entrevistas, poderemos observar qual a ideia de família que perpassa o imaginário das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, seja com referência à família de origem, seja a família que elas mesmas constituem. Podemos citar diversos exemplos em todas as entrevistas realizadas. Melissa classifica sua família de origem como “tradicional” e explica: “Constituída pai, mãe, filhos. Aquele casamento pra vida inteira (...) família católica, moralista, essas coisas”. Uacila e Roberta também citam e explicam o que elas nomeiam como família “tradicional”: “Aquele que tem os valores todos bonitinhos, sabe? A pessoa tem que casar.” (UACILA); “(...) é aquela bonitinha, que a mulher estuda, casa depois de formada, já com a casa comprada, tem dois filhos, um menino e uma menina [risos]. (...) é aquela família tradicional, que a minha não é.” (ROBERTA). As características aqui apresentadas nos remetem à suposição de que a tradicionalidade se refere ao modelo nuclear conjugal que, como vimos ao longo desta pesquisa, é considerado o modelo dominante enquanto ideia. Logo, vemos que para estas três entrevistadas o desenho criado sobre a aqui chamada “família tradicional” difere dos modelos que elas próprias vivenciam, ou seja, família monoparental (MELISSA), família unilateral (UACILA) e família reconstituída (ROBERTA), o que nos leva a pensar que o modelo “tradicional” ocorra, para elas, apenas no plano da idealização.

Já no caso de Natália (família nuclear), podemos observar que ela organiza o que nomeia como sendo sua constituição familiar incluindo parte da família extensa (o núcleo conjugal da família de origem) no que considera ser sua família:

Então, eu não sei, família pra mim é tudo. É tudo. Hoje meu é filho é tudo, meu marido também tá incluído na minha família, ele é minha família também. Hoje minha família sou eu, [marido], [Filho N], meu pai, minha mãe e pronto. (...) É porque é o seguinte, eu não consegui separar a minha família dessa minha família. Engraçado, por exemplo, o [marido] liga e fala:

- onde você tá? – Tô na minha casa. – Que casa? Porque eu ainda chamo a casa dos meus pais de minha casa. (NATÁLIA)

Vemos que Natália, por sua vez, constitui sua família com base na tríade nuclear, ao mesmo tempo em que incorpora parte da sua família de origem na sua concepção atual, revelando que, além de repetir um modelo, tem dificuldades para romper seus vínculos com o núcleo de origem. Isto nos leva a supor que a força da dominação de um modelo (o nuclear) em detrimentos aos outros é um dos fatores que ocasiona a sua repetição.

No caso de Hosana, que constitui um modelo de família – a homoparental - que rompe com a lógica da família estruturada a partir da diferença sexual, podemos observar a constituição da tríade mãe-mãe e filha, ou seja, uma família formada por mulheres: “minha família, né, moro eu, minha esposa, né, e a minha filha (...). Então, minha família é essa”. Vemos que o modelo nuclear ainda é muito forte enquanto ideologia para as mulheres desta pesquisa, até mesmo no caso de Hosana que, a princípio, nos remete a uma ideia de constituição de um modelo inovador, ou seja, formado por mulheres, mas ao aproximarmos o foco, percebemos que ainda assim acontece a reprodução dos papéis legitimados. A análise do conjunto da entrevista sugere que Hosana incorpora majoritariamente o papel feminino, tanto na sua relação conjugal quanto na experiência da maternidade, enquanto sua companheira incorpora em sua maioria os papéis do gênero masculino. Sendo assim, o discurso de Hosana também reflete os valores desta organização familiar culturalmente hegemônica, pois podemos perceber a reprodução das mesmas representações dos gêneros da conjugalidade nuclear nos papéis destas mulheres.

Deste modo, podemos associar a imagem que as entrevistadas apresentam de suas famílias com a concepção teórica proposta por Szymanski (1995). A autora observa que, muitas vezes, a família idealizada - que ela chama de família pensada – é descrita pelos indivíduos com características muito semelhantes às da família nuclear. Já a família real, nomeada como família vivida, nem sempre corresponde a este modelo idealizado pelas entrevistadas, como fica evidente no discurso de Roberta, que admite que seu modelo familiar difere do que ela considera ser o ideal de família. Logo, o que Melissa, Roberta e Uacila chamam de modelo “tradicional” se aproxima da definição da família nuclear contemporânea que, conforme citamos anteriormente, é aquela constituída pela tríade pai-mãe-filhos, com contornos das

relações de gênero mais flexíveis, mesmo que ainda na prática se evidencie a dicotomização destes papéis entre o casal.

O processo de formação (ou não) do vínculo amoroso é mais uma evidência desta reprodução ideológica de um só modelo familiar. No relato de Melissa o casamento é realizado a partir da vontade do casal, o que salienta o viés afetivo: “A gente se gostava e se queria bem”. É possível observar também a influência da sua família de origem como mais um incentivo para a união, quando afirma que seu pai era um homem muito “bravo e ciumento” e criava situações para dificultar o namoro. Desta forma, Melissa aponta que o casamento foi a solução encontrada pelo casal: “ah, vamos casar pra resolver isso logo, eu quero, você também quer, e é bom pra todo mundo”. Roberta e Uacila também apontam a influência familiar e a transmissão geracional dos papéis de gênero: “Eu nunca tive a intenção de casar, eu nunca tive essa, essa ideia. Mas logicamente, a minha criação foi direcionada ao casamento” (ROBERTA); “Então, meu pai achava que eu tinha que casar” (UACILA). Podemos notar que o casamento é pautado pelas famílias destas entrevistadas como um destino esperado para as mulheres e ponto inicial para a constituição das famílias.

Natália, por sua vez, evidencia a reprodução dos papéis de gênero pautados na ideologia patriarcal ao relatar as resistências do seu marido para formalizar a união:

O [marido] tinha muito medo de casar comigo, por causa da condição que o meu pai me dava. – Ah, você tem tudo, você tem seu carro, você trabalha, o dinheiro que você trabalha é seu, e quando a gente casar você não vai ter mais isso. Então, ele tinha muito medo de me tirar de casa, ele queria, o sonho dele era me tirar de casa, casar comigo e me dar tudo o que meu pai me dava. Somente porque eu era menina, filha única, né, mulher na minha casa. (...) viu que eu ia ser a dificuldade do casamento, eu não ia dar conta de, de ter dificuldades, né, principalmente financeiras, (...). De ter que dá pra mim as coisas boas que os meus pais me davam.

Percebe-se que o marido de Natália (assim como a própria) desejava reproduzir o modelo da família de origem da entrevistada, ou seja, assumir o lugar de provedor antes ocupado pelo pai. Desta maneira, ficam evidentes algumas características do patriarcado, a saber, a dominação masculina a partir de relações solidárias entre homens, com o intuito de manter as relações hierárquicas, que, neste caso, se revela na transferência da tutela da mulher de um homem ao outro após o casamento.

Ainda adotando uma lógica linear, com base no modelo nuclear, pode-se pensar que o casamento é visto não apenas como o destino esperado para as mulheres, mas também como ponto importante para a formação da família e, por vezes, é pensado como a primeira etapa, anterior à chegada dos filhos. Natália aponta em seu relato tal característica:

Eu que pedi. Foi meio que obrigatório (risos). Não é porque eu já estava com 26. E eu sempre pensei em ter filho até os 30. Então eu falava, não, se eu demorar um pouco mais pra casar, eu vou ter que casar e ter filho. E eu queria um pouco curtir meu casamento, né. Que eu tinha o sonho de casar, tudo lindo, dormir juntinho, acordar juntinho, tudo essas coisas.

Natália pressupõe que o casamento é um fator *sine qua non* para o nascimento do filho. Parece que Melissa também reproduz tal lógica ao afirmar: “eu saí da família dos meus pais e casei para constituir logo uma família”. Assim, podemos perceber que ambas repetem o modelo da família de origem e buscam, através do casamento, formalizar o desenho da família nuclear.

Hosana, por sua vez, também parece se pautar nesta mesma lógica cronológica, a saber, casamento (ou união estável) precedendo a chegada dos filhos: “(...) com a minha união, acho que isso veio reforçar, porque também era um desejo da [companheira], da gente ter um filho (...)”. Sabemos que a união de Hosana ainda não conta com um reconhecimento jurídico/legal; no entanto, a entrevistada se reconhece casada e também manifesta seu desejo de realizar uma cerimônia que formalize a relação:

(...) É na verdade, eu considero, como eu falei com você, eu tive uma relação anterior de nove anos, eu nunca me considerei casada, porque a gente não morava juntas. (...) E com a [companheira], assim, com três meses de relação a gente já tava morando juntas, né. Então, na verdade a gente já se considera casada desde o início, (...) e hoje, né, a gente fala casado, porque é uma vida de casal mesmo assim, de definir tudo junto, sabe? (...) Eu acho que sim, a gente chega a falar, né. A [companheira] sempre fala assim: “não, eu quero casamento com duas noivinhas em cima” (risos). (...) Ela fez um seguro de vida que ela me incluiu.

É interessante observar como Hosana constrói a legitimidade de sua união, com a coabitação e a relação afetiva como justificativas para se considerarem casadas. Além do mais, a inclusão de uma das parceiras em documentos juridicamente reconhecidos – como no caso do seguro de vida – confere um lugar de dependente para a outra parceira, reafirmando a situação conjugal, bem como os

papéis generificados. O desejo de realizar uma cerimônia, um rito social que reconhece e legitima a união heterossexual, mas, neste caso, com “duas noivinhas em cima”, reforça ainda mais a repetição da lógica dominante.

No caso de Roberta, o primeiro casamento também ocorre antes do nascimento de sua filha: “Eu já tinha dois anos de casada quando engravidei”. Em seguida, ela reafirma essa ordem cronológica de formação familiar quando cita a constituição da sua configuração atual, ou seja, constituída após seu segundo casamento: “E se deu a constituição, eu namorava com o [marido], e aí a gente resolveu se casar”. Portanto, Roberta também repete a lógica do casamento como ponto de partida para a formação do núcleo, pois, mesmo com a separação, o início da sua nova família é localizado a partir da segunda união<sup>21</sup>.

Uacila, apesar de não ter constituído nenhuma relação conjugal anterior ao nascimento de sua filha, revela ter introjetado, em alguma medida, esta mesma lógica: “Eu planejava, na verdade, eu planejava construir uma relação afetiva, (...). Agora, se eu ia casar, se eu não ia casar, isso nunca foi prioridade”. Vemos que ela não descarta a ideia de ter uma relação afetiva, apenas não localiza a lógica do casamento como pressuposto para a concretização dessa possibilidade.

Outro ponto fundamental para compreendermos as concepções de família apresentadas pelas entrevistadas é destacar a presença dos filhos. É interessante notar que, ao se falar sobre família, é quase um pressuposto considerar a existência de filhos. Natália, conforme descrito em citações anteriores, pensou ter seu filho antes dos trinta anos: “Aí veio a vontade de ter um filho, isso dois anos depois que a gente tava casado, mas porque essa ideia minha, essa fixação de ter filho com trinta”. Posteriormente ela completa: “E quem vê de fora também a família, até com filho, constituído, a família já constituída com filhos”. Tal planejamento reforça a ideia de que o nascimento do filho é o que irá compor a tríade familiar (mãe-pai-filho), ou seja, não basta apenas uma relação conjugal para se considerar uma família, existe ainda a necessidade da existência de filhos para dar forma ao modelo idealizado. Já Uacila e Roberta pontuam que não planejaram a gravidez: “Foi um susto, porque eu não esperava” (UACILA); “(...) A [filha 1] não foi programada. Eu já tinha dois anos de casada, quando eu engravidei. Eu esqueci de tomar pílula durante três dias, e eu

---

<sup>21</sup> É importante destacar que as uniões conjugais aqui citadas ocorrem simultaneamente à coabitação no mesmo domicílio. Não temos a intenção de desconsiderar as uniões que são firmadas por casais

engravidei” (ROBERTA). Em ambos os casos, a ocorrência da gravidez não planejada não é uma consequência da formação de um vínculo conjugal, o que nos leva a supor que o vínculo afetivo entre o casal não é tão imprescindível para a formação familiar quanto o vínculo parental.

Seguindo essa mesma lógica, Hosana e sua companheira optam pela adoção para a constituição familiar, tanto por uma identificação com a família de origem da entrevistada, quanto pelo desejo de constituir uma família:

Na verdade já era um desejo, né, de adoção, que a minha família mesmo, pais, irmãos, a gente já tem uma história assim de adoção na família. (...). Então, assim, a gente tem uma história, sempre, assim, bem sucedida, né. Então, na verdade já era um desejo, essa questão da adoção. E, com a minha união, acho que isso veio reforçar, porque também era um desejo da [companheira] também, da gente ter um filho. (...) Mas eu entrei individualmente, né, como solteira. (...) Então, assim, o que na verdade eu acho que se não fosse a minha companheira eu não teria, né, é assim realmente adotado, porque eu acho que é uma decisão muito, né, muito, não é única, né, eu acho que a pessoa que tá com você, a gente tem que, uma família mesmo que a gente tem que tá constituindo. (HOSANA)

Mais uma vez fica claro que, apesar do vínculo conjugal ser um fator importante para esta entrevistada, o desejo de adoção parece compor o quadro desta família inacabada. A idealização perpassa o discurso de Hosana até mesmo no futuro que ela imagina para sua família: “é uma relação muito gostosa, cheia de sonhos, de adoção no ano que vem de novo, né. Então, mais um irmãozinho pra [filha H]”. Mesmo dizendo que não faz questão de eleger o sexo da criança no processo de adoção, Hosana manifesta seu desejo por uma criança do sexo masculino para dar forma ao seu desenho de família e deixa claro que sua fantasia gira em torno do modelo idealizado constituído pela representação de mãe, pai, filha e filho. Melissa também reproduz essa lógica ao afirmar que, desde a infância, planejou ter dois filhos: “De preferência um casal, caso não fosse um casal, seriam dois filhos de qualquer forma”.

A convivência com os filhos também pode se apresentar como um fator determinante para caracterizar a família. Podemos notar, por exemplo, que a concepção que Melissa tem sobre a constituição familiar parece estar diretamente relacionada com o convívio cotidiano com os filhos, principalmente no ambiente doméstico, isto é, com o fato de as crianças permanecerem sob seus cuidados. Tal

---

que não habitam no mesmo local, apenas estamos retratando as experiências das mulheres que

suposição emerge quando ela não considera que o ex-marido tenha hoje uma família: “ele não, por exemplo, eu acho que por estar sozinho, talvez ele queira constituir uma nova família”. Deste modo, ela entende que o ex-marido, por estar sozinho e não coabitar o mesmo domicílio que as crianças, não tem uma família, mesmo com a paternidade sendo exercida, como veremos com mais elementos na próxima categoria.

Portanto, o casamento e o nascimento dos filhos e, por vezes, a convivência cotidiana entre eles perpassam o cenário para a constituição familiar idealizada pelas entrevistadas. Logo, ao verbalizarm a ideia do modelo familiar formado pela tríade pai-mãe-filhos, ou mãe-mãe-filhos – neste caso com ênfase na reprodução dos papéis de gênero – associado também ao casamento (preferencialmente indissolúvel), essas mulheres evidenciam a reprodução do discurso social que ainda legitima e sustenta a família nuclear como modelo idealizado e hegemônico, e até mesmo como sinônimo de satisfação e realização, como nos revela Natália:

(...) E como eu sempre achava o casamento: - ah ,tudo lindo! E quem vê de fora também a família, até com filho, constituído, a família já constituída com filhos. Vê também só a parte que vai pro shopping, tudo lindo, vai pro parque brincar, tudo lindo, não sabe o que é que passa dentro da casa, né.  
(NATÁLIA)

A última frase da citação acima nos aponta para outro eixo da presente análise, ou seja, a contradição entre a configuração desejada, esperada e idealizada e os problemas enfrentados no cotidiano. Nem tudo é de fato tão lindo quanto o ideal. A convivência cotidiana, “dentro da casa”, apresenta diversos desafios que, por vezes, culminam na dissolução do núcleo conjugal, como no caso de Melissa e Roberta.

Após cerca de oito anos de casamento, Melissa e seu ex-marido decidem pela separação. E ela justifica: “a gente resolveu se separar, por diversos motivos, a gente não dava mais certo e aí cada um resolveu seguir o seu caminho”. No caso de Roberta a falência do primeiro vínculo conjugal ocorre por o que ela chama de “desgaste na relação”: “Foi uma decisão assim, do desgaste do casamento mesmo e da gente falar assim: - Nossa, o que que a gente está fazendo com a vida da gente?”.

Parece, então, que a dissolução do vínculo conjugal se justifica pela falta de afinidade do casal - o não dar mais certo, o desgaste da convivência cotidiana -, reafirmando o caráter efêmero destas relações. Vale recordar que Matos (2000) considera que a efemeridade das uniões conjugais é uma prova da autonomia individual para realização de escolhas. Fato este que reflete a construção de formas conjugais dialógicas com base na ruptura da condição subalterna conferida historicamente às mulheres. Também podemos pensar que a escolha pela permanência na relação está vinculada ao desejo de cada um dos parceiros, o que corrobora com a colocação de Kehl (2003, p.165): “A sociedade contemporânea (...) só reconhece o amor e a realização sexual como fundamentos legítimos das uniões conjugais”.

No entanto, a dissolução da união parecer ser de difícil sustentação para as entrevistadas. Roberta pontua claramente tais dificuldades: “É muito difícil você ser divorciada. A gente vive num mundo ainda muito preconceituoso. (...) é muito difícil ser convidada pra ir nos lugares, você ir sozinha”. De tal modo, podemos supor que o vínculo conjugal oferece à mulher um lugar diferenciado na sociedade, ou seja, a mulher casada, vinculada a um homem, dificilmente é alvo de preconceitos. Tal lógica nos remete novamente à dicotomia generificada de dominação masculina. Além do mais, a separação gera um sentimento de frustração pelos sonhos não realizados, pelos planos não concretizados: “(...) ver o projeto indo por água abaixo. É muito difícil isso” (ROBERTA).

No caso de Melissa, tais dificuldades parecem justificar uma nova tentativa de reatar a relação. A retomada do casamento é significado por Melissa da seguinte maneira: “E foi até bom, porque a gente precisava desse momento, pra se dar uma chance, até pra perceber que não ia dar certo mesmo, senão ia ficar com aquele negócio e se, e se, e se”. Podemos pensar que não é fácil para Melissa, nem para Roberta, vivenciar a falência do vínculo conjugal, mais que isso, a perda de um modelo idealizado de conjugalidade e de família. Por tudo isto, no caso de Melissa, foi necessária a experiência de reatar a relação e reviver o “não ia dar certo mesmo” para legitimar a decisão de que a separação seria a melhor escolha para o casal.

A separação não atinge apenas o casal, mas se estende, muitas vezes, às famílias de origem. Com o rompimento do vínculo conjugal, Melissa imaginou que seu pai seria contra a dissolução da união por ser uma pessoa “moralista” e que sua mãe a apoiaria. Entretanto, o oposto aconteceu, o que a surpreende. Tal surpresa

parece se relacionar com a maneira que ela interpreta os papéis e as relações de gênero estabelecidas por seus progenitores. O pai, representante da autoridade e da moral, teria como papel preservar a “tradição” – neste caso, o casamento – enquanto a mãe, por representar o lado afetivo, emocional, deveria apoiá-la. Outro argumento que Melissa ressalta é o fato de os pais também terem se divorciado e, por isto, ela se identifica com a mãe, esperando o seu apoio.

Podemos pensar que a experiência da separação de Melissa faz sua mãe reviver a própria separação, isto é, a falência do modelo “tradicional” de família. Reviver significa falir novamente, só que agora a falência está na projeção que ela faz no casamento da filha e, talvez por isto, seja tão difícil apoiar a opção pelo divórcio. Além do mais, as contradições são evidentes. A mãe, que no imaginário de Melissa “iria ficar do meu lado”, adotou uma postura em defesa da relação, dizendo para a filha: “você tem que pensar direito, coitadodele, olha o lado dele”. Assim, esta mãe, ao mesmo tempo em que rompe com a “tradição” ao se divorciar, reproduz o discurso social que atribui responsabilidade à mulher pela falência do vínculo afetivo.

Como vimos ao longo das discussões teóricas do presente trabalho, a mulher é usualmente considerada a principal responsável pela manutenção dos vínculos afetivos na esfera privada, fato que constantemente reafirma o lugar da mulher como mantenedora da família, bem como vincula a performatização do gênero feminino como exclusividade de seu papel. Roberta reproduz esse sentimento ao verbalizar que:

Foi muito difícil, porque não teve motivo assim: ah, ele me traiu, ou eu o traí. Não teve um motivo, uma coisa assim. Então, é muito difícil pra você, é, eu ficava várias vezes me sentindo culpada: - Ah, mas eu não devia ter feito isso. (...) eu pensava: não devia ter separado. Devia ter segurado mais, ter sido mais compreensiva. (ROBERTA)

Logo, o rompimento do vínculo conjugal é atribuído como falha, ou até mesmo, uma falta na atuação da mulher na relação conjugal. Na fala de Roberta fica evidente que ela pensa que se fosse mais “compreensiva” ou tivesse outra atitude poderia manter a relação conjugal. Esses comportamentos podem sugerir uma possível submissão da mulher na relação com seu marido. Natália, apesar de não ter se separado, nos oferece sua percepção:

Porque, assim, eu não entendo porque os casamentos estão acabando tanto. Aí eu te falo, nessa questão de desaforo, todos os casamentos que eu vejo que separou, foi porque não chegaram num consenso, porque a mulher não aguenta ser submissa, ela que não quer mais, ela não é mais submissa. E a ideia de casamento era: pro seu casamento dar certo, você tem que abaixar a orelha, você tem que, como que falo? Parece feio essa expressão, baixar a orelha, mas ela tem que engolir muito sapo. É essa a expressão, engolir sapo. E como ela tem o trabalho dela, as coisas dela, e tudo, ela, tem uma hora que não quer mais engolir sapo. Aí ela vai seguir o rumo dela sozinha.

Ainda que na atualidade as relações se apresentem de maneira mais igualitária, e as mulheres ocupem lugares com maior autonomia, parece que atitudes submissas – “engolir sapo” – são esperadas como um fator pré-determinante para a manutenção da união.

Este complexo processo de construção, desconstrução e reconstrução da estrutura familiar modifica a percepção que Melissa tem do que é uma família. Como vimos, seu relato evidencia o modelo nuclear como esperado e até planejado. Entretanto, a dissolução da sua união, do “casamento para vida inteira” provoca a ressignificação da sua percepção:

Porque eu tenho a minha família constituída (...). Eu não penso hoje, hoje em dia em casar novamente, hoje em dia, amanhã eu posso mudar de ideia, e não penso mais em ter filhos. Então, a minha família, neste momento pra mim, somos eu e meus filhos.

Interessante perceber o aspecto “momentâneo” de sua situação, uma vez que, aparentemente, Melissa percebe o dinamismo e a instabilidade da dinâmica familiar. Apesar da negativa inicial, ela considera que no futuro poderá ter outro envolvimento afetivo, o que provavelmente promoverá mais uma alteração na sua concepção do que é a sua família. Caso outras pessoas sejam incluídas no ambiente doméstico, seja pela entrada de outro parceiro, seja pelo nascimento de mais filhos, a família poderá vivenciar outras reestruturações, promovendo novas dinâmicas, tensões e conflitos.

Roberta, por sua vez, apesar de afirmar em vários momentos da sua entrevista que não planejou sua atual configuração, a saber, o nascimento da filha biológica, a primeira separação, o recasamento e a inclusão dos filhos do atual marido na formação familiar, significa esta experiência de maneira positiva e motivadora: “(...) Eu sou movida a estímulo. É engraçado, porque isso aqui que eu

vivo hoje, essa nova constituição de família é estimulante, porque é o tempo inteiro uma coisa diferente”.

Parece que o modelo de família nuclear, apesar de ser o modelo vivenciado por apenas uma das entrevistadas, permeia o discurso de todas no que tange a temática da família. Se pudéssemos traçar uma ordem cronológica, com base na análise discursiva de todas as entrevistadas, poderíamos supor que o roteiro para se constituir uma família “arrumadinha” (NATÁLIA) se iniciaria pela constituição do núcleo conjugal ou, até mesmo, de uma relação afetiva estável. Em seguida, dá-se início ao próximo passo, ou seja, providenciar a inclusão de filhos, preferencialmente um do sexo feminino e outro do sexo masculino. No entanto, a realidade vivida pelas participantes da presente pesquisa não reflete esta ordem tão linear. A gravidez pode ocorrer sem o devido planejamento, os vínculos conjugais se desfazem e se refazem, a convivência cotidiana é repleta de conflitos e negociações, novos membros chegam para fazer parte da família.

Roberta resume sua experiência de família da seguinte maneira: “Então família é isso, você administra problema a vida inteira. Então, que que acontece, só muda de endereço”. Enfim, a família vivida, inacabada, dinâmica, repleta de desafios constantes coloca o modelo idealizado em xeque a todo o momento, trazendo a emersão de angústias e conflitos. Natália aponta parte desta dificuldade ao sintetizar seu ideal de família:

De família? Aí que ia ser tudo lindo. Uma imagem (...). Tipo que, o amor é lindo, tudo é lindo, eu vou dormir juntinho, vou acordar juntinho, vou fazer cafezinho, vai ser tudo lindo, a gente vai sair pra trabalhar, vai voltar, a gente vem pra casa, vai fazer as coisas juntos. É, o que mais? E aí, eu ia ter um filho, a gente ia brincar com nosso filho, fazer aniversário. Pensava nessas coisas. (...) Então, quando eu casei, o mais difícil foi ter que dividir uma cama com alguém, o quarto com alguém, o mesmo quarto.

Portanto, essa imagem da família organizada, fantasiada, desejada, imaginada não encontra os mesmo contornos na dinâmica cotidiana da vida destas mulheres entrevistadas. Cada configuração aqui analisada reafirma a pluralidade das formações familiares atuais, bem como evidencia que o ideal de família está cada vez mais distante da realidade experienciada por estas mulheres, mas ainda permeia os discursos com vigor considerável enquanto ideal de realização.

## 6.2 Maternidade e paternidade

A presente categoria tem como objetivo discutir os sentidos da maternidade para as mulheres entrevistadas e, conseqüentemente, da paternidade. Nesta categoria também será articulada a percepção que estas mulheres têm das relações que elas estabelecem entre a maternidade e os papéis de gênero.

A maternidade e a paternidade são construtos sociais, culturais e históricos, que, muitas vezes, são associados ao fator biológico. A reprodução biológica traz o viés da materialidade, uma vez que acontece no corpo da mulher, construindo diversos significados para a maternidade. Durante muitos anos, a mulher foi considerada a figura parental mais apta para cuidar dos filhos, em parte pelo processo de procriação, mas também pela representação social que associa a figura feminina às atividades de cuidado.

As diversas transformações nos papéis que as mulheres desempenham promoveram outras possibilidades para o exercício da maternidade e, conseqüentemente, da paternidade, em uma relação dialética. Porém, em função da trajetória histórica, é possível que os discursos e práticas sociais ainda legitimem a ideia de que o cuidado com os filhos é uma responsabilidade da mulher, com participação coadjuvante dos homens que, em muitos casos, se resume à dimensão econômica, apenas como provedor.

As experiências das entrevistadas em relação à maternidade revelam alguns aspectos desse movimento contínuo de interrelação entre antigos e novos valores sociais e culturais. Percebemos nos relatos a existência de tensões inerentes à dinâmica de coexistência de discursos modernos e pós-modernos sobre família, maternidade e paternidade, o que nos leva aos seguintes questionamentos: como e qual é, na vida e no imaginário das participantes desta pesquisa, o papel de mãe? Nestes mesmos termos, como e qual é o papel do pai? Como elas significam estas experiências?

A maternidade ainda é vista como um lugar diferenciado, inclusive na manifestação do amor. Badinter (1985) discute justamente essa forma de amor em seu livro “O mito do amor materno”, que, como já se refere o título, trabalha com a ideia da mistificação que existe em torno do amor existente entre mães e filhos.

Podemos verificar no discurso das entrevistadas que este amor é significado como algo único, diferente e até mesmo incondicional:

(...) Ser mãe é uma, é um amor único mesmo que você experimenta. Eu acho que este amor, é um amor que realmente só quem sente, quem, eu acho que o desejo de ser mãe veio por isso, sabe? Essa questão do amor, por uma, outra pessoa, é diferente do amor de ser mãe. Então, isso muda. (HOSANA)

No exemplo de Melissa, a relação com os filhos é também significada neste espaço enaltecido do amor materno, como podemos observar em um diálogo citado entre ela e o filho: “eu te amo incondicionalmente, mas eu sou sua amiga também”. Para Melissa, este amor é incondicional, isto é, um amor posto num contexto naturalizado, implícito na condição da mulher que se torna mãe. Tal lógica reflete a ideia que o amor entre a mãe e seus filhos é tão natural quanto a procriação biológica, quase uma condição *sine qua non* para a maternidade.

No entanto, Badinter (1985) ressalta que o amor materno não é uma qualidade inerente à natureza da mulher, mas sim um comportamento social variável. Sabemos que a construção do vínculo afetivo entre a mãe e seu filho é resultado de inúmeros processos psíquicos e sociais constantes e dinâmicos. Portanto, a incondicionalidade verbalizada por Melissa, bem como a exaltação do amor materno são reflexos dos discursos que as sociedades tecem acerca do exercício da maternidade.

O desejo da parentalidade e a construção do vínculo afetivo se apresentam como fatores importantes após a descoberta da gravidez. Como vimos na categoria anterior, apenas Natália afirma ter planejado o nascimento do filho, enquanto Hosana, em certa medida, também programa a parentalidade ao entrar na fila de adoção. Já Melissa, Roberta e Uacila pontuam que a gravidez foi uma surpresa, mas todas significam de forma positiva esta experiência, como podemos notar no relato de Melissa: “Embora não tivesse sido planejada, foi muito querida, muito desejada”. Esta entrevistada nos aponta a diferença entre uma gravidez não planejada para uma gravidez não desejada, ou seja, a cisão entre a concepção biológica e o desejo pelo filho. Sabemos que somente a gravidez não confere à mulher o papel simbólico de mãe, o que irá legitimá-la neste lugar é justamente a inserção desta criança em seu desejo. Podemos citar, como exemplos, o aborto e a entrega de crianças para

adoção<sup>22</sup> como possíveis formas de não inclusão da criança no desejo materno. Também é possível uma mãe ter seu filho, sem abortá-lo ou dá-lo para a adoção, e ainda assim não adotá-lo no seu desejo. Kehl (2003) exemplifica a inclusão do filho no desejo dos pais ao dizer que o cuidado e a criação dos filhos no contexto contemporâneo pressupõem assumir os riscos inerentes a este processo, a recusa – ou a não adoção afetiva – coloca as crianças em estado de abandono. Hosana é a única entrevistada desta pesquisa que recebe uma criança de fato pela via da adoção, adotando-a também pelas vias do desejo e do afeto:

(...) Eu falo que eu tive todos os sintomas. Todos. Olha, eu tive, a [Filha H] veio, foi assim, eu tive, quando eu voltei a trabalhar eu tive mastite. Eu tive uma, uma, uma inflamação, outra inflamação que dá, que quando a mulher tá no período do puerpério, e acumula líquido, ela tem umas limitações de movimento. Eu fui no ortopedista e eu não estava aguentando mexer a mão, aí ele falou: “Ah, isso é muito comum, você teve filho agora?”. Aí eu falei assim: “uê, tive, né, mas, né, realmente foi por adoção”. Então realmente assim, eu tive todos os, assim, eu acho que a questão mesmo, eu só não amamenteei, mas, assim, realmente, veio incorporando mesmo, sabe? Eu acho que o desejo era tanto que, realmente.

Ter todos os sintomas de uma gravidez demonstra que para Hosana a ausência do fator biológico não exclui os sentidos da maternidade nem tampouco a inserção da criança no seu desejo. Como ela mesma diz, o desejo por esta parentalidade era tamanho que ela realmente incorpora a maternidade, inclusive no próprio corpo. As demais entrevistadas, inclusive Natália – única que planeja a gravidez -, também adotam seus filhos após o nascimento pela mesma via, como podemos observar no depoimento de Uacila:

Se teve planejamento, pra mim, se teve planejamento ou não teve, era um detalhe, muito importante no começo, que fazia muita diferença, mas quando ela nasceu, uma coisa. É minha filha mesmo, com planejamento, sem planejamento e pronto.

Vemos que, mesmo nos casos em que não há um planejamento prévio, a experiência da maternidade é significada de maneira positiva pelas entrevistadas. Para Melissa é “a melhor coisa do mundo”; Natália acrescenta que “é perfeito”, enquanto Roberta e Uacila traduzem de maneira semelhante, respectivamente:

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que o aborto e a adoção foram utilizados neste ponto da análise apenas como exemplos de ações decorrentes da não inclusão da criança no desejo materno. Fato é que não é objetivo da presente dissertação adentrar com profundidade nestas questões, por serem estas, por si só, temas para futuras pesquisas.

“Maternidade é tudo de bom.”; “Nossa, maternidade? Tudo de bom!”. Hosana, por sua vez, destaca que é uma experiência “maravilhosa”. Assim, podemos perceber que as adoções dessas crianças no desejo materno atribuem um sentido positivo na vida destas mulheres.

Natália e Roberta associam a maternidade com um momento de amadurecimento:

(...) É, mas só que depois que eu tive o [Filho N], eu percebi o que é essa maturidade. A ficha da mulher cai mais rápido. De que, agora eu sou mãe, eu tenho outras responsabilidades. (NATÁLIA)

(...) acho que uma mulher amadurece muito depois que ela tem filho. Eu, pelo menos, amadureci muito. E aí, você via o comportamento, assim, mais imaturo do homem, que a gente sabe que é realmente diferente, né, o amadurecimento do homem e da mulher”. (ROBERTA)

Natália se apoia no fator biológico da amamentação para sustentar seu argumento:

(...) Administração do filho é, muito maior do que o homem imagina, muito maior do que o homem imagina. É, a gente como mãe, tem que pensar em tudo, 24 horas da criança, o homem não. Eu acho que a ficha dele demora um pouco mais pra cair, principalmente nos primeiros meses de vida, quando não tem muito contato, não é ele que amamenta.

Parece que, após tornar-se mãe, a mulher tem o seu passaporte carimbado para o mundo adulto, ganha sua entrada na maturidade através da responsabilidade de cuidar de outra pessoa. Já os homens ficam às margens neste processo, classificados aqui como imaturos. Logo, a maturação do corpo da mulher, que lhe oferece a possibilidade de gerar outra vida, parece ser uma marca visualmente real do processo simbólico da maturação social e psíquica.

Portanto, o reconhecimento da maternidade, do cuidado enquanto lugar feminino oferece também a possibilidade ímpar para o exercício do poder pela mulher. Roberta verbaliza esse sentimento por ter a capacidade de gerar outro ser em seu corpo: “Na gravidez eu me senti muito bem. Muito bem, muito bonita, achei interessante demais, achei que eu era muito poderosa, né. O Deus que tinha me dado esse poder de estar gerando uma pessoa”. Além do fato de a procriação ser um fator biológico exclusivo da mulher, os sentidos enaltecidos da maternidade também lhe oferecem um lugar de reconhecimento e valorização.

Desta forma, a idealização em torno da maternidade confere à mulher-mãe um lugar diferenciado. Natália aponta seu conflito por não conseguir ocupar este lugar, pois ela teve um problema de saúde que a deixou impossibilitada de cuidar do filho nos primeiros meses:

(...) E eu tava tendo um conflito muito grande com a babá. O [marido] falou que eu tava com ciúmes da babá, e realmente, depois eu até cheguei à conclusão de que eu estava com ciúmes da babá. (...) Porque ela ficava me irritando, ela falava que ele ia chamar ela de mãe primeiro que ia me chamar. Ela ficava, pegava o [Filho N] e ficava assim: - vai na sua mãe. Sabendo que ele não ia ir em mim, porque ele fica muito mais tempo com ela, sabe? Ficava me testando, testando o [Filho N]. (...) porque ela não, ela queria mostrar o tempo inteiro que ele gostava mais dela do que de mim, e isso me incomodava. (...) porque ele fica muito melhor no colo dela. Ele [o marido] não entendia o meu lado de mãe, que quando você tem um filho, você quer tirar a dor dele. Eu não ia entregar meu filho doente pra uma outra pessoa. Eu era a mãe, (...) ela [a babá] ficar mandando, dar as ordens no meu lugar.

Para a entrevistada ser mãe está intrinsecamente relacionado com o dever de cuidar de seu filho, assim como considera-se a mulher a figura parental mais preparada para este cuidado. A disputa com outra pelo cuidado, bem como pelo afeto do filho coloca em xeque o espaço materno da entrevistada; em suas palavras: o seu lugar. Lugar este investido de poder, que parece ser conferido à mulher como reflexo do que se espera ser um futuro certo baseado em sua natureza.

Roberta também apresenta tal questão em seu discurso: “Eu não sou aquela mãe super protetora, assim neurótica, mas eu fui feita pra ser mãe. (...) Logicamente eu entendo que eu recebi isso da minha mãe, né”. Ser feita para ser mãe, ser educada e criada para exercer a maternidade, a proteção e o cuidado, o lugar do afeto, ter este trajeto demarcado traduz o que Chodorow (1979) apontou em seu trabalho, isto é, a identificação da menina com os papéis representados por sua mãe – os papéis femininos - e, conseqüentemente, com o papel materno.

Ser mãe, ou melhor, a construção desta identidade materna é nomeada pelo filho de Melissa da seguinte forma: “Eu já sabia que você ia ser uma excelente mãe”. A criança, em seu imaginário, reproduz o discurso que valoriza a maternidade. Tal reprodução nos convida à seguinte reflexão: qual é o papel desta “excelente mãe” na sociedade contemporânea? Quais papéis ela deve representar?

A mulher-mãe que não aceita as incumbências deste destino certo, a saber, que não vivencia a maternidade integralmente ou não é a principal responsável pelo

cuidado dos filhos é, usualmente, vista de forma pejorativa. Natália revela esta angústia ao relatar um episódio em que se esqueceu de cuidar do filho:

(...) eu sou uma péssima mãe. Bem que todo mundo fala, eu sou uma péssima. A partir desse dia, acabou. É o [Filho N] primeiro. Cuido dele, faço as coisinhas deles, dou a comida dele na hora, na hora certinha, tudo certinho, depois os meus amigos, depois as minhas coisas.

Logo, por não colocar o cuidado com o filho em primeiro plano, Natália se nomeia como péssima mãe, leia-se a necessidade da sobreposição do papel materno em relação aos demais que esta mulher desempenha. O cuidado é tão valorizado que uma mulher-mãe parece não ter o direito de não desempenhá-lo, nem tampouco fazê-lo de qualquer forma.

Roberta também parece reproduzir esta lógica quando tenta explicar a maternidade ao discorrer sobre a posição da ex-mulher de seu atual marido - mãe de seus atuais enteados - quando há a decisão, aparentemente desta mãe, dos filhos irem morar com o pai: “a vontade da mulher dele de não ser mais mãe, né. Mãe assim, né, porque ela só é mãe no sentido figurado, porque quem convive que é mãe. (...) Muito largada nesse sentido. Não tem a mínima preocupação”. Neste trecho há um ponto que chama atenção: será que é possível deixar de ser mãe? Como? Parece que no entendimento da entrevistada, a outra deixa de ser mãe a partir do momento que não é mais a principal responsável pelo cuidado com os filhos. Mais adiante a entrevistada completa: “Enquanto mãe ela tem um conflito de maternidade que eu não sei o que que é”. É importante destacar que os enteados de Roberta só vão morar com o pai durante o período da adolescência, quando ele se casa novamente com a entrevistada. Portanto, o período de convivência desta mãe com os filhos – a infância e parte da adolescência - é parcialmente desconsiderado, e até mesmo desqualificado<sup>23</sup>, ou seja, na perspectiva de Roberta o fato de a mãe dos enteados não conviver cotidianamente com os filhos – porque neste caso existem visitas esporádicas – destitui o lugar materno e gera o que ela chama de “conflito de maternidade”. Podemos supor que a lógica aqui manifesta pelo discurso

<sup>23</sup> Em diversos momentos da entrevista Roberta critica a forma como a mãe de seus enteados criou e educou os filhos. Parece que Roberta, por ter uma maneira diferenciada de cuidar da sua filha, e até mesmo por ter referenciais distintos de maternidade – como veremos no decorrer da presente análise – discorda da maneira que seus enteados foram educados pela mãe.

de Roberta<sup>24</sup>, assim como no discurso já mencionado por Natália, relaciona claramente não apenas a necessidade da convivência cotidiana da mãe com os filhos, mas, sobretudo, a ausência desta mãe, principalmente no que tange ao cuidado, com o reconhecimento e a legitimidade materna. Parece que Roberta assume este cuidado e, conseqüentemente, o lugar materno, como podemos ver no caso da enteada que tem problemas de saúde:

Os meninos dele [o marido] comigo são extremamente respeitosos. Afinidade eu tenho com a [Filha 4], mais velha. Por uma questão, é, a [Filha 4] tem um problema mesmo, sério, ela tem TDH<sup>25</sup>, e também outros problemas de psicológicos mesmo, sério. Toma medicamento. Faz tratamento com psiquiatra. Faz psicoterapia. (...) Então, eu tenho meio que um sentimento mais materno, é, assim de mãe, por ela.

Ocupar ou não este lugar do cuidado parece se relacionar diretamente com a construção da identidade materna, ou seja, a mãe só é reconhecida como tal enquanto ela é a responsável pelo cuidado dos filhos. Este espaço parece ser tão importante que sua ocupação sugere a valorização e a legitimidade desta mulher enquanto mãe. Assim, vemos que apenas a gravidez, apesar de ser uma marca corporal com conteúdos simbólicos importantes, parece não ser a garantia para a manutenção desta identidade.

Uacila faz questão de dizer que ocupa sozinha este lugar, pois com a resistência do pai biológico em assumir a criança, ela se torna a principal responsável pelo cuidado:

Porque desde o princípio eu assumi esse negócio assim. Eu não queria. Aí eu passei a ver com outros olhos, não queria essa figura pra compartilhar nada. (...) Porque eu criei a minha filha sozinha, então, até hoje, porque eu cuido dela sozinha. E hoje a gente tem, eu tenho a minha casa, tenho meu apartamento, e tudo eu que banco mesmo assim. Ele é, é tão estranho ele na relação, que eu acho que eu não pensava nele, assim, como pai da minha filha, sabe? Eu nunca consegui incorporar, nem minha filha também. Então, ficou uma coisa meio.

No discurso da entrevistada esta paternidade, este lugar não ocupado é descrito como “uma coisa meio”, talvez no meio do caminho, sem uma identidade

<sup>24</sup> Também não podemos desconsiderar que a destituição que Roberta faz do papel materno da ex-esposa de seu marido provavelmente está relacionado à disputa existente entre elas enquanto mulheres. Nestes termos, a ex-mulher abre espaço para que Roberta mostre a sua atuação, pois além de cuidar de sua filha biológica, a entrevistada também cuida dos enteados.

<sup>25</sup> Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.

constituída. Mas, como seria a construção desta identidade paterna? Como as entrevistadas percebem as possibilidades e os limites desta atuação? Uacila reflete sobre tais questões ao analisar a paternidade biológica e a participação de seu namorado na vida de sua filha:

Ele é o pai biológico, é o pai biológico. Eu acho que pai é quem cuida. É quem acompanha, é quem cuida, quem constrói esse papel, é o pai. E o pai biológico é só pra falar pai, mas não, não, é sem significado. Então, eu posso dizer assim, pensando nisso agora, porque eu nunca tinha pensado, eu acho que o pai biológico dela não, não, não é pai. Na cabeça e no coração dela. Agora, o meu namorado também não é pai, biologicamente eu tenho certeza disso, né, e tem uma relação muito afetiva, muito próxima com ela. Só que, também não é pai, não é pai. Não tem como ligar pra ele, por exemplo, a gente já ficou terminado, é, um tempão. Ele ficou puto comigo, porque ele queria que eu ligasse pra ele pra chamar pra ele vim ver a minha filha. Como que eu vou fazer isso? Eu não conseguia, eu não me sentia com a autoridade, com a liberdade pra fazer isso. Então, ele não era pai. Ele achava que eu devia ter feito, sabe? E ela eu acho que sentia isso também, ela era pequenininha. E como que eu ia fazer isso? Não dá, então, é assim. Ele tem uma relação muito, mas não é pai. E o outro também não.

Ao verbalizar sobre a não participação destes homens na vida de sua filha, Uacila diz não sentir-se “autorizada” para realizar esta inclusão. Tal fato nos leva a questionar se não é a mãe quem “autoriza”, ou melhor, que inclui a paternidade na vida da criança, quem o fará? Atualmente temos testes que conferem à criança a garantia desta paternidade nos casos com alguma suspeita. No entanto, podemos pensar que é possível, por exemplo, que uma mãe não diga quem é o pai de seu filho, ou seja, tem a “autoridade” de inserir ou não um pai real para sua criança. Uacila não encobre esta paternidade biológica, mas também não abre espaço para qualquer manifestação:

(...) Desde pequenininha, assim, que ela, que eu namoro com essa pessoa, a gente termina e volta, e tal, mas ela tem um contato muito bom com ele. Tem um contato melhor com ele do que com o pai. Porque a gente viaja, a gente, enfim, tem uma história. E com o pai, como eu nunca tive, acho que eu nunca consegui passar isso pra ela, ela nunca conseguiu efetivar, e ele nunca conseguiu, sabe? Assumir esse papel, assim, acho que por causa de toda a história mesmo.

Logo, para a entrevistada, o pai biológico de sua filha não é pai por não cuidar, enquanto o namorado também não é por não ser o pai biológico, apesar de ser presente na vida da criança e demonstrar o desejo de também compartilhar o cuidado. Neste caso, a paternidade é inexistente no discurso de Uacila através de

justificativas contraditórias, o que nos leva a supor que ela não deseja dividir este cuidado, ou melhor, este espaço de poder: “Porque desde o princípio eu assumi esse negócio assim. Eu não queria. Aí eu passei a ver com outros olhos, não queria essa figura [o pai biológico] pra compartilhar nada.” Assim, a entrevistada tenta resumir sua conclusão sobre paternidade: “Porque pai é construção, né. Mãe é uma coisa que tá ali, constrói também, mas já mais propício. Agora o pai é construção”. Vale questionar qual seria o espaço para esta construção, uma vez que não há o desejo materno para tal. Portanto, vemos que o poder materno pode, inclusive, definir os moldes da atuação (ou não) paterna.

Mais uma vez vemos que a maternidade, além de ser investida de poder, apresenta contornos com tendências à naturalização, enquanto a paternidade é vista como um construto. Nos discursos das participantes desta pesquisa a posição materna é apresentada como uma condição dada, ou seja, um pressuposto que capacita a mulher para o cuidado, enquanto a paternidade é vista apenas como um processo construído de forma coadjuvante ou até mesmo inexistente, como no caso de Uacila.

Roberta também discorre sobre a construção da paternidade do atual marido ao analisar a relação na nova configuração familiar<sup>26</sup>: “Ele tem um conflito paterno muito grande, que eu acho que esse período, né, essa constituição nova agora é muito bom. Porque ele tá agora resgatando o que ele nunca deu conta de cumprir”. Mais adiante ela tenta justificar narrando como era a vida do marido com a ex-mulher: “Ele sempre trabalhou muito, muito fora, o casamento ruim, então ausente também. Então, o que que acontece, os filhos vão, foram criados pela mãe, e são muitos parecidos com a mãe. Assim, o estilo de vida, da mãe”. A participação do marido de Roberta na vida dos filhos – enteados da entrevistada - é considerada por ela fundamental para a superação do que nomeia de “conflito paterno”, ou seja, para a reconstrução desta paternidade. Mais uma vez a entrevistada mostra aspectos da disputa com a ex-mulher, ao demonstrar que a nova união conjugal é o diferencial para a maior atuação do marido enquanto pai. Podemos imaginar que, na perspectiva de Roberta, é a sua relação como mãe e como esposa que oferece elementos favoráveis à participação mais ativa deste homem, enquanto pai, na vida

---

<sup>26</sup> Roberta está no seu segundo casamento. Após a separação da primeira união, a entrevistada ficou com a guarda da sua filha biológica. Posteriormente, casou-se novamente, havendo uma junção

dos filhos. Portanto, pela lógica da entrevistada, a atual relação conjugal confere também a oportunidade do marido ressignificar essa paternidade e ter uma atuação mais participativa.

A atribuição de guarda dos filhos parece ser pensada a partir da mesma lógica que dicotomiza os papéis parentais. Como o cuidado e a criação dos filhos são colocados como atribuição feminina não é surpresa que a realidade das entrevistadas corrobore com esta situação. Após a separação, Melissa e Roberta assumem a guarda judicial de seus filhos. Uacila, posterior à negativa do pai de sua filha para assumir a paternidade, pontua enfaticamente que introjetou esta função materna: “ele falou que não tinha nada com isso, e eu falei então que eu ia ter, já que eu tava grávida e o problema era meu e tal”. Hosana, mesmo sustentando que a decisão pela adoção foi tomada pelo casal, observa que teve que entrar no processo de adoção como solteira<sup>27</sup>, em função da atual legislação brasileira que ainda não reconhece a união de duas pessoas do mesmo sexo. Mas por que Hosana e não a sua companheira? Cabe lembrar que a análise do conjunto da entrevista desta participante mostra que ela adota majoritariamente os papéis femininos na sua configuração familiar, o que provavelmente justifica a escolha do casal, a saber, o papel materno intrinsecamente associado ao papel de gênero feminino.

Vale lembrar também que, no caso de Hosana, por serem duas mulheres em uma relação conjugal, há o rompimento da ideia de família nuclear baseada na visão heterossexista, mas que, ainda assim, reproduz as dicotomias generificadas:

(...) a gente no início falava mamãe, é mamãezinha do coração, mas a criança ela é muito esperta em algumas coisas, né, ela não chama a [Esposa] de mãe, ela chama ela de [nome da companheira], né. Então, ela fala [nome da esposa] e fala mamãe. (...) Então, assim, por serem duas mães, né, é o cuidado fica mais dividido, mais leve, né, e tal, não sei, se uma relação hetero, eu acho que existe também, aqueles pais que cooperam mais.

Por serem duas mães, ou melhor, duas mulheres, parece que há uma divisão mais igualitária no que tange o cuidado com a filha, pelo menos no discurso da entrevistada. Porém, a própria criança já faz uma diferenciação destes papéis na medida em que nomeia uma delas como mãe, enquanto a outra é chamada pelo

---

desta filha e dos filhos do marido no núcleo familiar, caracterizando-se uma família nuclear reconstituída.

<sup>27</sup> Fato que confere a guarda legal da criança a Hosana.

nome. Há também no discurso da entrevistada a verbalização do desconforto de parentes e amigos com esta vivência familiar, pois sempre lhe questionam: “mas como você vai lidar com isso, vão ser duas mães, como que vai ser?”. Pode-se traduzir tais questionamentos da seguinte maneira: como é que será a criação desta filha por duas mães/mulheres, ou melhor, por serem duas mulheres, como será articulado o papel paterno? Mais uma vez nota-se a vinculação dos papéis de gênero aos papéis parentais, permeados pela dicotomia sexista. Portanto, o que podemos observar não é a criação de novos espaços de negociação, ou melhor, de relações mais igualitárias, mas o surgimento de conflitos inerentes à reprodução de discursos ideologicamente dominantes, que parecem definir os papéis maternos e, conseqüentemente, os papéis paternos.

Vimos que Natália, fiel exemplar do modelo nuclear (pelo menos em seu imaginário), também tenta incorporar o discurso das relações mais igualitárias, mas parece que esbarra na realidade da dicotomia dos papéis:

(...) Porque eu acho assim, sabe, isso é triste, eu falar isso é triste, mas eu vou falar: comparando ele [o marido] com os outros homens, ele é um excelente pai, ele é um excelente marido. Só que eu, Natália, esperava mais, eu esperava que fosse tudo igual, sabe? Tudo igual, mas não é, por exemplo, tá na hora do futebol, ele larga o [Filho N] no chão e olha pra lá. Não é igual a mulher que tá olhando a novela, tá com um olho lá e outro cá, sabe? Ele olha pro futebol. Então isso, eu gostaria, acharia, eu acho que deveria ser igual. O meu marido quase que chega lá no igual, mas não é igual. (...) você viu o carinho que ele tem com ele [Filho N], ele é alucinado com o [Filho N]. (...), eu queria que ele tivesse a paciência de mãe. Até eu entender que ele não era a mãe, que é isso dos valores, como a gente é criado, assim, se é a mãe, se é o pai, mas no meu entendimento, como ele quis o neném também, ele tinha que ter o mesmo carinho, o mesmo amor, a mesma paciência. Aí até a ficha cair de que ele não era a mãe, eu sou a mãe, eu não podia cobrar dele a paciência que eu teria, foi muito complicado.

Vemos que, mesmo com uma participação paterna mais presente, a atuação deste pai ainda é considerada insuficiente para a entrevistada. Como ela mesma diz, comparado aos outros homens, leia-se os homens do discurso patriarcal, o seu marido vai além, apesar de não chegar à igualdade esperada por ela. Igualdade esta referenciada na comparação com a atuação da mulher, da mãe, o que descaracteriza a atuação deste homem – “ele não era a mãe”. Considerando nestes termos, os homens nunca serão bons pais. A contradição que perpassa o discurso da entrevistada, além de legitimar o cuidado com os filhos como espaço da mulher, configura-se conflituoso pela exigência contemporânea de relações mais igualitárias

*versus* a ideologia arraigada das dicotomias sexistas generificadas. Natália, ao afirmar “ele me ajudou”, marca este lugar investido de poder como seu e qualifica a atuação do marido como coadjuvante. No entanto, este marido vai além, além do estereótipo da paternidade não-participativa, transitando por um espaço feminino historicamente ocupado e valorizado pelas mulheres e que se apresenta com características híbridas na atualidade. Assim, Natália precisa destituir a atuação do marido como uma forma de defesa deste lugar de empoderamento materno.

Roberta, por sua vez, também se movimenta na mesma direção, ou seja, de desqualificação da paternidade e afirmação da maternidade enquanto lugar da mulher, ao relatar a participação do pai de sua filha após a separação: “(...), mas logicamente que aí de responsabilidade passou pra ajuda, né. (...) Mas ele sempre participou. Sempre tentou. Na limitação dele ele tentou ajudar”. Mais adiante ela completa: “O pai da [Filha 1] com ela é o pai. Carinhoso, compreensivo, é presente, de certa forma. Pra ela é. Pra mim não, porque eu gostaria que ele fosse mais atuante no sentido de referência paterna”. Mas, afinal, pai é para quem? Se a filha está satisfeita, o que será que a entrevistada espera deste homem enquanto pai? Novamente a participação do pai é caracterizada por aquilo que falta, ou seja, mesmo presente para a filha, esta presença parece ser insuficiente nos termos da mãe. Isto nos leva a considerar que a desqualificação da paternidade é uma forma de realçar o papel materno: “(...) É a mãe que resolve. Em tudo. Em tudo. (...) Em todo sentido. O pai dela participa disso depois que tudo aconteceu.” (ROBERTA). De tal modo, como podemos pensar em uma maior participação deste pai se é a mãe quem resolve tudo? Se o seu lugar é apenas de espectador: participar depois que tudo aconteceu.

No caso de Melissa também podemos perceber tais questões, pois, além de ter a guarda judicial dos filhos após a separação, fato que lhe atribui o poder sobre as crianças, ela se reconhece como a principal autoridade: “querendo ou não eu tenho que exercer um papel de autoridade aqui dentro, que se eu fosse casada, normalmente esse papel de autoridade é do pai”. Neste ponto, fica evidente que, além da reprodução da lógica patriarcal, que atribui a autoridade como uma função do pai, a maternidade monoparental oferece a esta mulher a possibilidade ímpar de somar o que ela entende ser o papel materno, bem como o papel paterno.

Contradições também são reveladas por Melissa, pois, por um lado, ela desqualifica a paternidade exercida pelo ex-marido, como no seguinte relato: “da

parte assim de educar mesmo, de o que é certo, o que é errado, o que pode, o que não pode, ele ainda fica um pouquinho aquém”. Por outro lado, ela também demanda mais participação dele: “por outro lado, é pai, né. Como é que você faz, você vai assumir tudo então?”. Aparentemente, o que ela chama de “assumir tudo” reflete a conciliação de diversos papéis, que poderiam ser divididos de maneira mais igualitária entre eles.

Sendo assim, ela assume não apenas o que entende ser o seu papel de mãe, mas também procura transmitir o que ela acredita ser os valores paternos. Ao relatar sua relação com os filhos, Melissa verbaliza essa condução: “A gente conversa muito, igual eu falo, eu procuro passar pra eles os meus valores, os valores que eu adquiri, e os valores que eu sei que o pai deles também tem”.

Estes construtos generificados também estavam presentes durante o casamento de Melissa. A divisão dos papéis fica evidente quando ela relata que: “e ele [o pai] ficava com o [filho N] à noite, pra mim, então ele foi um pai muito bacana nesse sentido”. Quando ela diz “pra mim”, fica claro que ela - assim como Natália e Roberta - reconhece que esse era seu papel e o fato de o pai ajudá-la significa que ele não é responsável pela tarefa, isto é, faz se quiser, o que o torna uma pessoa “muito bacana”. Vemos que Melissa assume a responsabilidade do cuidado com os filhos, atuando conforme a lógica de divisão de papéis da família tradicional. Após a separação, acontecem mudanças no exercício da paternidade: “ele não sabe muitas vezes o que se passa aqui, né, ele não mora com a gente.”. E completa: “mas eu converso com ele, mesmo que ele não procure saber”. Melissa se torna, então, mediadora da relação do ex-marido com os filhos. Além disso, é interessante pensar na ideia de que mesmo que o ex-marido não procure saber, ela lhe informa. Ao não ocupar este lugar, o pai, ex-marido, destituído oferece a Melissa a possibilidade de mover-se entre os dois papéis: materno e paterno.

Portanto, além das ideologias sociais que relacionam o papel materno ao gênero feminino, amparado na dicotomia sexista, vemos que a maternidade também é um espaço de poder e legitimidade para as mulheres que, em muitos momentos, é definido e sustentado por elas:

Eu acho que não tem uma definição bem estruturada, né. Porque eu faço, se você me perguntar qual é o seu papel, eu sou pai e sou mãe. (...), eu queria muito ser mãe, criar e cuidar da minha filha, e colocar os valores nela do jeito que eu acho, que eu gostaria, que eu penso da vida, enfim. (UACILA)

Melissa, por sua vez, evidencia a contradição que sua situação monoparental promove ao dizer que está “cansada de ser pai e mãe”, o que a leva a questionar esse lugar a uma amiga, que lhe responde: “olha, se você der conta de ser mãe tá ótimo, porque o seu papel é ser mãe, não ser pai”. Mas, o que elas estão chamando de ser pai e ser mãe? Será que a maternidade e a paternidade têm contornos tão bem definidos? No discurso parece simples: ser mãe e não ser pai, mas as experiências práticas das entrevistadas revelam que tais atribuições não são vivenciadas a partir de formas tão bem marcadas no cotidiano. Tais conflitos parecem criar o imaginário de que a reprodução das formas tradicionais que a sociedade nomeia como feminino e masculino simplifica as relações cotidianas. Logo, a emergência dos conflitos faz com que Melissa espere que o ex-marido ocupe o lugar imaginado por ela que ele tem que ocupar – o da autoridade: “o papel dele de pai é mostrar o lado dele de autoridade também, né, ele é pai, ele tem que participar, ele tem responsabilidades também, deveres com essas crianças, na criação dessas crianças”. Quando questionada sobre as despesas financeiras, ela ressalta que o pai “é muito correto nessa questão”. Mais uma vez, percebemos que a criação como atributo paterno está associada ao exercício da autoridade e também ao papel de provedor financeiro.

Vimos, ao longo deste trabalho, que apesar de o modelo nuclear sexista dicotomizado de forma generificada ser referencial enquanto ideia, não reflete todas as possibilidades de vivenciar a família na sociedade contemporânea, nem tampouco os papéis familiares. No entanto, parece que no imaginário das mulheres que participaram da presente pesquisa estes papéis ainda são estereotipados. Com a separação do casal, ou até mesmo com a ausência de uma relação conjugal, o modelo nuclear – pai autoridade e mãe protetora – cai por terra e o pai e a mãe são convidados a estabelecerem outras formas de papéis generificados.

Entretanto, a idealização em torno deste lugar investido de poder e reconhecimento, bem como as novas possibilidades de representação dos papéis de gênero na contemporaneidade trazem novos desafios para a vida das entrevistadas. Vimos que elas significam suas experiências enquanto mães de forma positiva, o que nos leva a questionar até qual ponto esta situação não é, em parte, a reprodução do discurso social que enaltece a maternidade. Vimos também que a maternidade ainda é, em certa medida, considerada um papel social legítimo para a mulher, com contornos muitas vezes naturalizados, nos quais a mulher parece ser

preparada para desempenhar bem o cuidado com os filhos. No entanto, com a chegada dos filhos, essas mulheres encontram um complexo cenário repleto de inseguranças e incertezas:

Eu me senti insegura, muito insegura. Eu tava com medo de tudo, meu Deus, como que vai ser isso, eu criar uma filha sozinha, (...) Então, foi muito difícil pra mim, eu fiquei com muito medo, insegura, mas aí passou, com muita dificuldade eu consegui andar pra frente. (UACILA)

Neste ponto, a entrevistada demonstra que esta suposta preparação da mulher para o exercício da maternidade não garante uma atuação linear do papel materno. Logo, podemos pensar que a experiência da maternidade é processual e, como tal, requer a adaptação e readaptação da mulher, em um movimento dinâmico e contínuo. Roberta também sinaliza este processo, principalmente em relação ao convívio com os enteados:

Difícil. Muito difícil. Porque, se você for analisar, eu num quis ter mais filhos. Foi opção minha. Porque que foi opção, porque eu tinha essa consciência que eu já não estava muito presente na vida da [Filha 1], eu tinha uma série de outros compromissos pra poder suprir a vida dela. Como que eu ia ter mais filho? (...) Conviver. Imagina uma convivência de um, com quatro, dentro de casa nessa idade toda. Eu acho complicado. O problema da [Enteada 2R] suga muita energia da gente. (...) É engraçado, porque isso aqui que eu vivo hoje, essa nova constituição de família é estimulante, porque é o tempo inteiro uma coisa diferente.

Vemos que ela já vivenciava dificuldades para conciliar o cuidado com a filha e as suas demais tarefas e, quando os enteados passam a fazer parte da convivência doméstica - espaço sob responsabilidade da entrevistada – são incorporados também no seu papel materno. Portanto, a inserção inesperada dos filhos do marido na configuração familiar traz novos desafios, ou seja, cria e recria os cenários para a desenvoltura do lugar materno da entrevistada.

Portanto, a maternidade enquanto um processo dinâmico nem sempre corresponde aos desejos e expectativas das entrevistadas, como podemos observar no relato de Natália:

Quando você tem filho, você não acha que vai passar por isso tudo, né. (...) é que eu imaginava que fosse uma coisa muito mais tranquila. Muito mais fácil. Eu não achava que neném desse tanto trabalho. E, por exemplo, essa questão de que, eu curtia muito, eu sempre fui de pegar os filhos dos irmãos do [marido]. Eu brincava que eu levava pro shopping e fingia que era meu, porque eu sou alucinada com criança. (...) Até hoje eu sou a tia legal, que

brinca, faz tudo, né. E com meu filho eu achava que ia ser desse jeito também, só que eu tenho que trabalhar, eu tenho que fazer as coisas e não tenho essa disponibilidade pra ele hoje, né. (NATÁLIA)

Vemos que a maternidade valorizada, enaltecida, idealizada, não encontra os mesmos contornos na experiência cotidiana. É interessante pensar que Natália é a única das entrevistadas que planeja a gravidez e, assim, investe esse seu desejo de ideais e expectativas. A imagem que ela forma da maternidade parece não incorporar as dificuldades e os desafios inerentes à conciliação do papel materno aos demais papéis desempenhados pela mulher contemporânea. Vimos, na discussão do capítulo sobre as relações de gênero, que hoje a atuação da mulher não se resume ao âmbito doméstico – esfera privada – pois, historicamente, presenciamos uma crescente atuação também na esfera pública. Este trânsito entre as esferas, antes marginalizado, cria uma atmosfera de possibilidades, mas também de desafios.

Logo, a maior dificuldade apontada nos relatos gira em torno da adaptação ao papel de mãe, ou seja, ocupar um lugar que, ao mesmo tempo em que oferece legitimidade e poder, requer dedicação e comprometimento. Hosana tenta definir este processo:

(...) adaptação de mãe, mas mãe como outra qualquer. Então, assim, a questão da mulher, dessa independência, de repente ter uma criança, né, um ser que precisa de você. Eu acho que a dificuldade foi essa, de adaptar mesmo, é, a sua vida pessoal, doar, de tá ali com aquela criança o tempo todo.

Nas palavras de Hosana, esta mulher independente, reflexo dos valores de uma sociedade contemporânea que amplia as possibilidades para a atuação da mulher, encontra sua maior dificuldade justamente na conciliação dos diversos papéis sociais. Roberta, por sua vez, traduz dizendo que sua maior dificuldade é “conciliar o cuidado com os filhos com as demais atividades”. Uacila também parece ter vivenciado tais dificuldades: “E aí depois eu tive essa filha, minha vida virou de cabeça pra baixo, e não consegui formar, eu dava aula, porque assim foi tanta coisa”. A gravidez inesperada transforma a vida da entrevistada, ou seja, esta mulher, que já ocupava outros papéis sociais (estudante, trabalhadora), teve que se reorganizar para dar conta de seu papel materno.

Assim, o exercício da maternidade concomitante com as exigências contemporâneas de maior participação da mulher na esfera pública configura um cenário complexo para a experiência cotidiana, repleto de conflitos e contradições:

É difícil, eu posso reclamar, mas é perfeito. É difícil eu administrar isso tudo. Porque antes eu tava acostumada, antes de ser mãe, ah, ignorar a minha casa se tivesse suja, né, eu preocupava comigo, com meu casamento, meu marido, e fazer sexo, a minha faculdade e pronto. Tava ótimo, não tinha preocupação nenhuma. Hoje eu tenho. Por causa do meu filho. Essa administração ficou muito mais complexa. E, eu vejo que é difícil. Só que ao mesmo tempo é maravilhoso, eu vejo, eu falo que a melhor hora do meu dia é ir pegar ele na escolinha, é ver ele rindo, é ver ele rindo, brincando comigo. (NATÁLIA)

Natália, assim como as demais participantes desta pesquisa, revela a contradição existente entre a satisfação que o papel materno lhe oferece a vivência de todas as dificuldades apontadas. Mais que isso, ela se reconhece nesse lugar e percebe os aspectos positivos que esta experiência lhe proporciona cotidianamente. Melissa, por sua vez, também reflete sobre este lugar, ou melhor, sobre os ganhos e as responsabilidades que este papel lhe propicia:

É uma questão de responsabilidade, né. Acima de tudo são duas crianças que dependem de mim, não só financeiramente, mas emocionalmente, em questão de formação de caráter, de constituição de cidadão, mas então demanda responsabilidade, mas é muito prazeroso também. A gente divide muita coisa boa, e são, a experiência é mútua, porque eles são pequenos, mas eles me ensinam grandes lições a vários momentos, então não só eu, mas isso é recíproco, é uma via de mão dupla, eu aprendo muito com eles também, é muito prazeroso. (MELISSA)

Por fim, podemos concluir que o lugar promovido pela maternidade é introjetado pelas participantes da pesquisa como mais um atributo das suas identidades; no exemplo de Melissa, é possível perceber que, além de se identificar, ela se legitima nesta posição quando dialoga com o filho: “eu sou sua mãe, acima de tudo eu sou sua mãe”. Acima de tudo Melissa é mãe! Neste momento, além de pontuar enfaticamente que ocupa esse lugar, ela reproduz o discurso social que legitima a maternidade como espaço de reconhecimento e, sobretudo, empoderamento para a mulher.

Portanto, vemos que apesar de a maternidade ser um espaço legítimo para a construção da identidade da mulher, as exigências contemporâneas não mais reconhecem o espaço doméstico como a única possibilidade de atuação da mulher.

A maternidade e a paternidade, que antes se apresentavam com contornos mais bem definidos, entram em cena com fronteiras borradas, assim como os limites entre as esferas pública e privada. Logo, a “excelência” materna, antes nomeada pelo filho de Melissa, parece que não se resume ao ato de cuidar dos filhos; aliás, o cuidado com os filhos exige das mulheres muitas responsabilidades. Este cenário pauta a necessidade das mulheres contemporâneas combinarem diferentes papéis sociais, assumindo, assim, outras responsabilidades sem, no entanto, que a domesticidade perca seu lugar de referência para elas.

Apesar de toda legitimidade que o mundo doméstico e o exercício da maternidade oferecem para as mulheres, tais papéis parecem não ser mais suficientes. As exigências se ampliam. A experiência de Melissa, principalmente após a separação, retrata a emergência da possibilidade (ou necessidade?) de as mulheres circularem entre os papéis de gênero: “Foi mais difícil depois que eu me separei, que a gente assume outros papéis”. Além da aspiração pelo reconhecimento profissional, podemos supor que as mulheres são convidadas ao trânsito pelo mundo do trabalho também para suprir necessidades domésticas, isto é, arcar com as despesas do lar e das crianças. Além do mais, conciliar o espaço doméstico com o mundo do trabalho não parece ser uma tarefa fácil, ou seja, requer uma série de habilidades para administrar conflitos e contradições inerentes à construção desta identidade híbrida que se apresenta para a mulher contemporânea. É sobre isso que trataremos a seguir.

### **6.3 Trabalho**

Historicamente as mulheres sempre atuaram em atividades profissionais, embora ocupassem essencialmente postos menos valorizados e, sobretudo, desenvolvessem atividades não nomeadas como trabalho. As atividades laborais eram e, por vezes, ainda são marcadas pela dicotomia generificada da divisão sexual, ou seja, as mulheres têm o reconhecimento pela sua atuação doméstica e os homens pela atuação pública, principalmente no desempenho das atividades profissionais. As atribuições para cada gênero se apresentavam com contornos bem

delineados, além de estarem claramente vinculadas à divisão sexual, como podemos observar na seguinte citação:

O trabalho, ou melhor, as atividades que a partir de então passaram a ser definidas como trabalho foram fundamentalmente aquelas exercidas na esfera regida pelo princípio universalista do mercado, (...). Esfera da qual as mulheres foram oficialmente excluídas, através da ideologia que legitimou a dicotomia entre público e privado segundo o sexo. (VAITSMAN, 1994, p.30).

As lutas pela igualdade entre homens e mulheres, o questionamento da dicotomia entre público e privado, bem como as reflexões sobre as relações de gênero promoveram mudanças em todo o tecido social, especialmente nas possibilidades para a atuação profissional, principalmente para as mulheres. A partir da década de 1960, as mulheres conquistaram outros espaços, legitimando gradativamente participações mais equânimes no mundo do trabalho e, dialogicamente, promovendo reestruturações no ambiente profissional e doméstico.

Destarte, pretendemos analisar os sentidos que o mundo do trabalho e a vida profissional têm para as mulheres entrevistadas em suas vidas cotidianas. Além disso, buscaremos compreender quais as tensões e as contradições inerentes à combinação entre o exercício profissional e a vida familiar a partir da representação dos papéis generificados, ou seja, as articulações entre as esferas pública e privada.

As experiências vivenciadas pelas entrevistadas nos oferecem vários elementos que contribuem com esta análise. É importante ressaltar que o exercício profissional foi critério de seleção para a presente pesquisa, justamente para que pudéssemos perceber qual a relação entre os papéis desenvolvidos pelas mulheres na contemporaneidade na relação entre o mundo público e o privado. Desta forma, iremos iniciar este ponto da análise buscando compreender qual é o lugar do trabalho na vida das mulheres entrevistadas.

O primeiro ponto analisador para esta categoria é a escolha profissional das entrevistadas. Melissa, Hosana e Uacila elegem atuações profissionais voltadas para o cuidado - respectivamente fonoaudiologia, enfermagem e psicologia - como bem define Melissa: "Cuido dos meus pacientes (...)". Profissões relacionadas ao ato de cuidar são tipicamente referenciadas pelo discurso hegemônico como femininas, fato que reproduz o que já problematizamos como lugar de reconhecimento da mulher. Logo, ao mesmo tempo em que elas têm a possibilidade emancipatória de

cursar o ensino superior e, posteriormente, exercer a profissão, elas reafirmam o que é esperado da mulher: uma atuação generificada feminina.

Natália, por sua vez, revela uma tentativa de romper com este estereótipo generificado ao escolher inicialmente uma profissão por identificação com o pai:

(...) eu fiz técnico em edificações porque eu queria ser igual o meu pai, que é engenheiro. Amei o curso, só que aí quando eu acabei o curso de edificações eu achei que eu, eu sei que eu vim pra esse mundo pra ajudar o próximo, e eu não via isso nessa profissão que eu tinha escolhido. Então, resolvi fazer uma área de humanas, porque eu queria lidar com pessoas, queria falar, queria poder ajudar as pessoas. (...) No meio da geografia eu quis engenharia de novo.

É importante lembrar que a família de origem de Natália é organizada com base na dicotomia dos papéis de gênero, ou seja, o pai da entrevistada é a referência da autoridade familiar, bem como é o responsável pelo provimento financeiro. Também vale relembrar que Natália tenta incorporar o discurso das relações mais igualitárias em sua entrevista. Assim, podemos supor que a identificação inicial da entrevistada com o papel que o pai desempenha pode ter como pano de fundo as exigências contemporâneas pelo trânsito entre os papéis de gênero, ou seja, ao escolher uma ocupação tipificada como masculina, a mesma profissão do pai, a entrevistada garante seu acesso ao mundo público historicamente legitimado como masculino. Ao mesmo tempo, eleger a mesma profissão do pai garante à Natália que ela possa articular seus horários para se dedicar ao cuidado do filho, uma vez que ela tem a possibilidade de trabalhar com o pai. Entretanto, a força da dicotomia generificada parece confundi-la, pois, mesmo com o aparente desejo de romper com a lógica dos estereótipos – ao ocupar um lugar tipificado como masculino –, ela acaba se identificando também com o lugar do feminino, isto é, do cuidado, do afeto e da ajuda ao próximo. Logo, o conflito de Natália para a escolha profissional parece emergir justamente na tensão entre a ampla possibilidade de escolhas que as mulheres encontram na sociedade contemporânea *versus* a legitimidade dos lugares generificados como femininos – inclusive a privacidade.

Já Roberta elege uma profissão generificada como masculina, como ela mesma classifica: “Eu trabalhava, eu trabalho, num segmento extremamente machista, que é numa mineração, muito homem. (...) Nessa área de mineração é muito complicado, porque é uma área muito machista.”. E se justifica:

Eu não deixo nada pros outros resolverem da minha vida. E eu acho que isso é um grande problema num casal, porque existem papéis, né. O marido tem o papel dele. E a mulher tem o papel dela. (...) Eu achava que eu tinha prover de um a tudo (risos) dentro de casa. Inclusive materialmente. É, você sabe que no mercado de trabalho a mulher tem uma defasagem de salário. E eu sempre muito presente. Então, ele nunca me sustentou, como aquele modelo de família antigo, né, o homem totalmente provedor. Não, ele nunca foi assim, e o meu referencial é esse.

Vemos que ela, além de incorporar o discurso da dicotomia estereotipada dos papéis de gênero, se desloca para o que entende ser o papel masculino. A leitura do seu discurso parece nos mandar o seguinte recado: ela achou necessário assumir o lugar masculino de provedor e, para tanto, acabou adotando a mesma postura generificada na escolha profissional: administração voltada para a área da mineração – espaço legitimado como masculino. Além do mais, Roberta ressalta que existem diferenças entre o reconhecimento do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino, conforme já vimos anteriormente com Lipovetsky (2000). Este autor pontua que mesmo que a Pós-modernidade reescreva continuamente os contornos da dicotomia entre o público e o privado e, cada dia mais, o trabalho feminino alcance maior reconhecimento, ainda assim é o trabalho masculino que sustenta maior legitimidade.

Por outro lado, também podemos pensar que a atuação dos homens nos cargos tipificados como feminino também causa certo estranhamento, como nos demonstra Hosana: “Eu acho que o enfermeiro, talvez ser um homem como enfermeiro tenha mais dificuldade, né? (...) essa questão mesmo de preconceito.”. A ideia aqui presente está relacionada ao discurso social que desqualifica o homem para o exercício das atividades de cuidado. Outro importante fator para tal desqualificação é a naturalização das diferenças corporais entre homens e mulheres, como nos é apontado novamente por Hosana:

(...) Um respeito muito grande pela gerente, a gerente é mulher. Não vejo assim, dentro da prefeitura, não existe assim essa questão da mulher ganhar mais que o homem no mesmo cargo, isso não existe, a remuneração é a mesma, independente se é o homem ou se é mulher. (...) talvez pela força, eu acho que existe essa questão genética mesmo, do homem ser mais forte, dependendo do lugar, por não ter filhos, dependendo da empresa, por exemplo, enfermeiro do trabalho, talvez prefira um homem, que não vai ter licença de gestação.

Esta citação nos oferece três elementos importantes para a análise. O primeiro ponto a ser destacado é o recorte sexista no âmbito do trabalho, que se justifica também pelas diferenças biológicas, ou seja, aspectos corporais da natureza dos homens e das mulheres – como no caso da força física dos homens e da maternidade para as mulheres. Em seguida, podemos pensar na contradição contida na frase “enfermeiro do trabalho”, ou seja, a enfermagem como atuação feminina *versus* o trabalho como representação do masculino, sendo que o segundo parece se sobressair sobre o primeiro. E, por fim, a questão da dicotomia entre público e privado, aqui expressa pelo direito (ou dever?) da mulher se ausentar por um tempo maior de seu posto de trabalho – no caso da licença maternidade<sup>28</sup> - para desempenhar seu papel historicamente legitimado: o materno.

Assim, chegamos a três importantes conclusões: primeiro, podemos pensar que a naturalização dos corpos é justificativa para que homens e mulheres não concorram de forma equânime para a ocupação dos postos de trabalho; segundo, que o mundo do trabalho é considerado espaço de atuação privilegiado para os homens, mesmo nos casos de atuações generificadas como femininas; e, por fim, que mesmo que as mulheres possam circular entre as esferas, ainda assim sua atuação na vida privada é vista como prioridade, por todos os atores do tecido social, em detrimento de sua atuação no mundo do trabalho.

As conclusões aqui apresentadas caminham na direção da lógica dominante que corrobora para a manutenção das desigualdades entre os sexos, entre os gêneros e, sobretudo, estabelece a dicotomia do público e do privado. Podemos pensar que a atuação profissional de homens e mulheres ainda hoje está imersa na lógica sexista da divisão generificada, isto é, mesmo que o trânsito entre estes polos seja possível para ambas as partes, não ocorre de maneira justa. Logo, a concepção das mulheres como seres naturalmente inferiores, bem como a representação social dos papéis da mulher associados à domesticidade apresentam como resultado a precariedade de condições formais e reais para a equânime circulação na esfera pública, assim como a necessidade de conciliar as atividades em ambas as esferas.

A partir da análise global do conjunto das entrevistas notamos que, de forma geral, as entrevistadas direcionam suas vivências profissionais em congruência com

---

<sup>28</sup> É importante destacar a dicotomia entre os sexos até mesmo na esfera dos direitos civis. De acordo com a atual legislação brasileira, a mulher trabalhadora tem direito à licença maternidade de

a vida familiar. Como exemplo, podemos citar o caso de Natália, que planeja sua maternidade levando em consideração sua carreira: “(...) eu sabia que de certa forma que o [Filho N] ia exigir muito de mim. Então, eu queria formar primeiro. Então, eu planejei. O último ano meu de faculdade eu quero tá grávida. Eu vou formar e vou ter meu filho. E assim eu planejei e fiz.”. Podemos pensar que Natália queria evitar justamente o que aconteceu com Uacila que, ao engravidar inesperadamente, encontrou dificuldades para se formar. Como Natália mesma relatou, e também podemos observar na categoria anterior, a maternidade exige grande envolvimento da mulher no cuidado com o filho, dificultando o desempenho em outras atividades.

Desta maneira, o que vemos nas entrevistas é a tentativa cotidiana dessas mulheres conciliarem suas atividades profissionais com os cuidados domésticos e como exemplo deste, o cuidado com os filhos. Natália se organiza para dar conta de tal tarefa colocando o filho em uma escola próxima do seu local de trabalho: “Porque eu pego ele na escolinha, e como eu coloquei lá, porque é do lado do meu escritório. (...) Só que é muito caro. Aí que desestabilizou tudo, por minha causa. Assim, capricho meu, né. Porque eu que quis colocar ele numa escolinha.”. Vemos que Natália, por considerar sua obrigação cuidar do filho e, ao mesmo tempo, ter que trabalhar, nomeia sua decisão de colocar o filho em uma escola como um “capricho”, porém é possível entender sua atitude como uma necessidade de organizar os diversos papéis que ela desempenha. Além do mais, nomear como “capricho” nos remete à ideia de uma relação de culpa pelo abandono do filho e, neste caso, para na tentativa de substituir essa carência, ela procura dar o melhor para ele: uma escola com custos elevados.

No exemplo de Melissa, o que vemos é que ela já estava na faculdade quando conheceu seu ex-marido e, durante os anos em que estiveram casados, também procurou conciliar a vida familiar com a acadêmica. Após sua formatura, iniciou sua atividade profissional como autônoma. No primeiro momento, Melissa destaca que “não foi difícil porque eu trabalhava só meio horário”, pois, assim, podia dedicar o restante do tempo aos filhos. No entanto, a separação do casal modifica esta dinâmica, como podemos observar na seguinte exposição:

---

120 dias consecutivos, enquanto o homem tem a licença paternidade de apenas cinco dias úteis consecutivos.

(...) eu passei a trabalhar o dia todo, mesmo porque quando a gente separa, as finanças apertam para os dois lados, são duas casas pra manter, embora a família seja uma, né, pelo menos pra mim, mas ele também tinha que manter o lar dele, não só o meu. Então, tive que ajudar mais, então isso tudo demandou um pouco mais de esforço da minha parte, né.

No discurso aparece novamente a visão estereotipada das relações de gênero. Melissa demonstra que, apesar de ser uma mulher atuante profissionalmente, é o ex-marido quem tem a tarefa de prover financeiramente o sustento familiar durante o casamento e mesmo com a dissolução do mesmo. Após a separação, surge a necessidade da manutenção de duas residências e, conseqüentemente, as despesas aumentam. De tal modo, Melissa é convidada a “ajudar mais”, evidenciando que ela o faz, mas com a ressalva de que tal tarefa não deveria ser sua responsabilidade. É importante destacar a reprodução do discurso que dicotomiza os espaços público e privado, ou seja, a delimitação dos espaços público/homem e privado/mulher, na qual os homens “ajudam” as mulheres nas tarefas domésticas, enquanto elas os “ajudam” com as despesas financeiras.

Vemos que este trânsito entre os papéis estereotipados, bem como entre as esferas do público e do privado promove vários desafios para a condição da mulher contemporânea. O acúmulo de tarefas e funções requer da mulher a necessidade de organizar bem o tempo e criar soluções criativas para lidar com os problemas do cotidiano, pois, além de conciliar o aumento da jornada de trabalho com o cuidado com os filhos, ela precisa também organizar o trabalho doméstico.

No capítulo sobre as relações de gênero, vimos que o trabalho doméstico é caracterizado como o conjunto de atividades relacionadas ao cuidado de outras pessoas no contexto da família. Usualmente é uma forma de trabalho não-remunerado e desempenhado essencialmente por mulheres. Hosana, integrante de uma família composta apenas por mulheres, apresenta o discurso das relações igualitárias no âmbito da domesticidade:

Nossa, super dividido. (...) Porque é assim, se eu levanto, eu chego do trabalho, ela chega antes, normalmente ela já lava tudo, coloca a roupa pra lavar, ou eu coloco, aí se ela coloca, no outro dia eu tiro. Então, assim, é muito dividido. Porque a gente já sabe que isso vai acontecer, automático, sabe? (...) mas a gente tem uma faxineira.

Assim, podemos supor que no caso de Hosana, por serem duas mulheres, as tarefas do lar se apresentam bem mais distribuídas. Podemos ver a mesma situação

no relato de Uacila, que mora junto com a filha adolescente: “O trabalho doméstico tem uma pessoa que limpa lá. Assim, como mora só nós duas, é mais tranquilo, não suja muito. (...) É uma mulher. É uma faxineira que vai algumas vezes na semana.”. Parece que em famílias formadas apenas por mulheres o trabalho doméstico é uma tarefa com uma divisão mais equânime entre elas. No entanto, vemos que, em ambos os casos, ainda assim elas contratam uma faxineira para auxiliar neste tipo de trabalho, ou seja, uma mulher que substitui o trabalho de outra, como problematizaremos mais adiante.

Nos demais casos, as tarefas domésticas são apontadas como responsabilidades exclusivas da mulher-mãe, como nos demonstra Natália:

Aí, depois administrar minha casa. Por mais que eu tenha uma empregada, que eu, que sou eu que pago, que a gente divide as contas, e eu faço questão de pagar o salário dela, pra ela me dar essa respirada, porque ela me deixa respirar. Porque se eu chegasse em casa e ainda tivesse que lavar, passar, cozinhar, limpar casa, aí eu surtava mesmo. Aí administrar minha casa. (...) ele [o marido] não faz, não ajuda em nada da casa (...) porque eu acho que eu trabalho também que nem ele trabalha, eu faço tudo também igual ele faz. Então, eu também tenho direito de descansar quando chega aqui, tenho o direito de sair pra tomar a minha cerveja, sair pra divertir. Só que eu faço questão de pagar porque ela tá me ajudando, né. Olha pra você ver, é. Era isso que você queria ouvir, né. (risos). É que ela tá me salvando. Não tá salvando ele, tá me salvando. É, eu não preciso lavar, não preciso passar.

Logo, mesmo buscando relações mais igualitárias – “a gente divide as contas.” – Natália percebe o trabalho doméstico como sua responsabilidade e, mesmo que ela não o desenvolva diretamente, faz questão de pagar o salário da empregada, pois, como ela mesma diz, a empregada a está “ajudando”, “salvando”. Pagar o salário da empregada é o mesmo que controlar a tarefa que deveria ser executada por ela, ou seja, ao pagar, Natália, além de garantir que será quem vai realmente administrar a casa, opera na lógica da substituição, isto é, se ela não faz tem que pagar alguém para fazer em seu lugar. Vemos, portanto, que a divisão de gênero permanece, mesmo Natália desempenhando um papel público. Roberta também retrata a mesma lógica, ou seja, não é quem executa o trabalho doméstico, mas por ser a responsável, é quem o organiza, quem o controla:

Às vezes eu encontro com a empregada, às vezes não. Se eu não encontro eu ligo pra cá: - e aí, tá precisando de alguma coisa, não, não, não. Com ela eu preciso de falar, no que eu falo com ela eu pergunto: e o fulano, e o beltrano, já chegou, não sei quem, e aí, e aí? Precisa de levar pão? Ou não

precisa? Você tá entendendo? Você tem que ter esse método. O dia que eu desligo, que eu não faço isso, as coisas desregulam. Eu chego em casa não tem pão, não tem isso, não tem aquilo, ou a roupa ficou no varal e eu tenho que dar um esbrega neles aqui pra eles darem um jeito de resolver a vida. É, então eu tenho que tá sempre no controle. Infelizmente. Porque às vezes eu queria ter [risos], ser mais controlada do que controlar. Mas, tem que tá, tem que tá no controle. Questão de organização é minha.

Outro ponto importante é que o trabalho doméstico nem sempre é reconhecido como trabalho e, geralmente, quando é classificado desta forma, se refere ao trabalho de uma pessoa contratada para exercer tal função, usualmente outra mulher, como podemos perceber nos relatos acima, bem como na entrevista realizada com Melissa: “eu tenho uma moça que trabalha comigo, que me ajuda muito.”. Este trecho nos fornece dois dados importantes: o primeiro é que Melissa reconhece, mais uma vez, que as tarefas domésticas são de sua responsabilidade; e o segundo é a substituição de tal responsabilidade por outra mulher, evidenciando a legitimidade que o espaço doméstico tem como lugar do feminino. A substituição do trabalho doméstico de uma mulher por outra também sugere a existência de relações de dominação e submissão intragênero, ou seja, entre os papéis femininos, embora as entrevistas não ofereçam elementos suficientes chegarmos a tal conclusão.

A tentativa em conciliar as esferas pública e privada faz com que as entrevistadas passem menos tempo com seus filhos. Vimos, na categoria anterior, o valor que o papel materno tem para as entrevistadas, bem como para toda a sociedade. A dedicação a outras atividades – como o trabalho - faz com que estas mulheres se ausentem da convivência doméstica durante grande parte do dia e, assim, tenham que criar formas compensatórias para significar a relação com os filhos. Roberta diz que vivenciou tal conflito quando resolveu retomar os estudos por uma exigência profissional:

(...) vou voltar a estudar, a primeira coisa era enfrentar a questão da [Filha 1], que era mais difícil pra mim, porque eu sempre trabalhei muito, horário integral, e deixar ela à noite também sozinha. (...) na época, eu nem ficava com esse sentimento de culpa. Não. Hoje às vezes vem assim: - Nossa, mas essa menina ficou tão sozinha. Mas eu era presente. Eu não estava fisicamente, mas ela tinha certeza, como ela tem até hoje que eu estava focada, eu sou focada na vida dela.

É possível ler esse trecho da seguinte maneira: não estar presente fisicamente na vida da filha coloca em xeque a legitimidade do lugar materno,

expresso aqui pelo sentimento de culpa. Desta forma, a atuação materna precisa ser significada de outra maneira, ou seja, pelo reconhecimento da importância que a filha ocupa em sua vida. Natália, por sua vez, é vencida pelo sentimento de culpa e resolve não realizar outras atividades para conviver mais com o filho:

(...) realmente eu achei que eu não ia ter isto, esse negócio de ter filho, e você se sentir culpada porque tá deixando seu filho. (...) Então, eu me sinto culpada sim, não adianta eu falar que não. (...) E eu também tenho as minhas vontades, né, que eu quero fazer uma ginástica, eu quero fazer meu inglês, eu quero fazer meu mestrado. Só que hoje eu não sou capaz de abrir mão do meu filho pra poder estudar. (...) Porque eu sei que a maioria das mulheres hoje, que eu sei, não, vai estudar, né, mas eu preciso disso pra eu poder não me sentir culpada depois, eu prefiro me sentir culpada porque eu não estudei, ter esse negócio.

É importante frisar o sentimento expresso por Natália e Roberta: a culpa. Culpa por não estar presente no cotidiano dos filhos, por não exercer diretamente o cuidado com os filhos. Culpa, no caso de Natália, também por não investir na sua qualificação profissional. Na busca por soluções para estes conflitos, mecanismos compensatórios são acionados, como podemos observar no relato de Melissa: “o que vale não é a quantidade de tempo que você passar, mas o que você faz nesse tempo que você passa com eles [os filhos]”. Em seguida, ela completa: “fazer com que eles sintam que, apesar da ausência durante o dia, que eu não fugi, estou aí.”. Cabe o treco em que Roberta diz: “Eu não estava fisicamente, mas ela tinha certeza, como ela tem até hoje que eu estava focada, eu sou focada na vida dela”, isto é, esta mãe ficava pensando na filha mesmo estando ausente e o pensamento, o foco, substituíam a sua ausência. O discurso é que o investimento aqui é na qualidade das relações e não na quantidade do tempo dedicado aos filhos.

Vemos, então, situações conflitantes que exigem escolhas: se dedicar aos estudos ou cuidar dos filhos; ampliar a jornada de trabalho ou exercer presencialmente a maternidade. Como administrar tantas tarefas e ainda assim não ter seu lugar de reconhecimento e poder contestado? Não parece ser uma tarefa simples abandonar o espaço privado para se dedicar ao público. Ao mesmo tempo, a sociedade contemporânea exige a atuação da mulher no mundo do trabalho. Qual é, então, a medida necessária? A mulher hoje busca sua realização na tentativa cotidiana de equilibrar todos os papéis – públicos e privados -, acumulando duplas e até mesmo triplas jornadas de trabalho.

Mesmo com todo este esforço para administrar tais conflitos, situações inesperadas ocorrem no cotidiano para dificultar ainda mais o exercício desta soma de papéis. Nos depoimentos, as entrevistadas verbalizaram situações que lhes exigem o remanejamento profissional para atender demandas emergenciais dos filhos, principalmente quando estes adoecem:

Aí eu fui com ela [filha] no médico, ele [ex-marido] não podia ir, eu tinha que trabalhar no outro dia, mas eu tenho que entender que ele também tem que trabalhar, né. Então eu fui ao médico e pega atestado, conversa na empresa, enfim. (MELISSA)

Aí eu não trabalhava quando eu precisava de ficar com ela [filha U], então, não ia. (UACILA)

(...) como na verdade a [Filha H] tá no meu nome, carteirinha do plano de saúde, tá tudo no meu nome, normalmente eu levo no pediatra. Porque, o que que acontece, eu consigo liberação no meu serviço né, a [companheira] não consegue, porque, né, a [Filha H] não tá. Ou ela pede uma folga ou tem que levar atestado no nome dela. (HOSANA)

Se ele [o filho] fica doente, igual ele ficou, quem tem que ficar com ele é eu, porque o pai tem que trabalhar, né. E eu tenho um trabalho folgado assim, porque as pessoas veem assim, né, eu não vejo, mas as pessoas veem porque eu trabalho com o meu pai. Então, quando o [Filho N] fica doente, é muito mais fácil de eu cuidar dele mesmo, porque meu pai prefere que eu fique com o neto dele do que deixe o neto doente com outra pessoa. Mas isso prejudica o nosso trabalho, o meu e o do meu pai, né, porque eu precisaria estar lá. Da mesma forma. E como o trabalho dele [do marido] é em uma empresa privada, então, o que que acontece, ele tem que ter horário pra chegar, horário pra sair, pronto. (NATÁLIA)

Mais uma vez os estereótipos das relações de gênero se retratam nos discursos, como podemos perceber nos relatos acima, especialmente quando as entrevistadas definem as prioridades, tanto as suas como das demais figuras parentais. Nesta visão, são elas quem deve articular formas alternativas para se ausentar do trabalho e, assim, poder cuidar dos filhos, enquanto que o trabalho exercido pelos maridos, ex-maridos ou companheira – exceto no caso de Uacila -, deve ser resguardado. Fica implícita a valorização do trabalho do homem, que não pode ser reorganizado apenas com a justificativa das demandas domésticas. Mesmo nos casos em que elas relatam a existência de uma maior participação do pai como cuidador, no final das negociações são elas que precisam se reorganizar, enquanto que a participação paterna acontece, novamente, de forma coadjuvante.

Fica evidente a tensão entre o imaginário das entrevistadas, que tem por base os papéis de gênero dicotomizados e com atribuições bem definidas, e a realidade

experienciada, que demanda a construção de estratégias dialógicas e flexíveis. Logo, o acúmulo de funções e papéis gera para estas mulheres constantes ressignificações, que norteiam as suas atuações nas diversas esferas em que elas circulam.

Vimos na discussão teórica que a mulher contemporânea, ou a terceira mulher de Lipovetsky (2000), investe na sua formação profissional e rejeita uma identidade constituída apenas na domesticidade. Por outro lado, o exercício profissional é mais uma exigência para a mulher contemporânea, pois aquelas que não o exercem também são desqualificadas. Uacila exemplifica ao comparar sua situação a de sua cunhada:

Por exemplo, outro dia a minha cunhada, que é casada com o meu irmão, que não faz absolutamente nada, não trabalha, que tem empregada pra ela, todos os dias da semana, mas que não descobriu pra onde que ela vai na vida, fica comprando bijuteria toda hora, roupa toda hora, sabe? Assim, eu fico imaginado, gente, eu não ia dá conta dessa vida.

Destarte, apesar de o trabalho apresentar-se como uma exigência individual e social, é significado também como um lugar de realização e reconhecimento. Em contrapartida, a domesticidade ainda é o espaço de maior legitimidade e valorização para a mulher, ou seja, ela ainda é a principal responsável pela esfera privada, como nos aponta Roberta:

(...) Porque aí eu já penso assim: nossa, tem muito pouco tempo que eu casei, eu quero curtir mais o [marido], acho que é um tempo bom pra eu estar focada nisso, tem os meninos que tão nessa, nessa e nessa fase. A minha vida pessoal tem um peso muito maior do que a profissional.

De tal modo, contrabalancear ambas as esferas é uma tarefa que exige das mulheres adaptação e readaptação, em um movimento constante, mas que também oferece o reconhecimento e a realização:

Então, que que eu penso hoje, que eu queria um trabalho, por exemplo, meio horário, dentro da engenharia, que é o que eu gosto, meio horário com trabalhando e meio horário com o meu filho. Eu não queria trabalhar horário integral. Esse era o meu desejo. Que era o que minha mãe fazia. E o que eu acho que todas as mulheres deveriam ter direito, sabe? Que eu acho que a criança precisa da, da mãe, não da mãe, da mãe e do pai. (...) Se eu der conta do meu trabalho meio horário, eu consigo me realizar profissionalmente. (NATÁLIA)

Portanto, apesar das desigualdades ainda existentes, o cotidiano apresentado pelas entrevistadas revela que as mulheres circulam pelo mundo público, criam e recriam soluções para administrar o excesso de tarefas e retornam ao lar para o desempenho do seu papel legitimado historicamente: a maternidade. A realização pessoal parece estar intrinsecamente relacionada à realização da maternidade em congruência com a vida profissional. O discurso apresentado por Melissa aponta essa direção quando ela revela que: “a Melissa tá bem, ela tá tendo as conquistas dela, ela tá dando conta dos filhos, de trabalhar, isso você adquire até o seu respeito, né, com relação aos outros, os outros passar a te respeitar também, e até percebem que você cresceu.”. Além do mais, na vida de Melissa, o trabalho – conciliado com a maternidade - também significa a legitimação de sua maturidade e a conquista do respeito.

Sendo assim, a conquista de uma profissão e a possibilidade de exercício da mesma revela outro ponto fundamental para esta análise, que é a significação do trabalho como meio emancipador:

(...) é ter, conquistar sua autonomia (...). É você gerenciar sua vida.  
(MELISSA)

Eu trabalhava, sempre trabalhei muito nova, eu quis trabalhar, tenho um espírito muito independente. (ROBERTA)

Eu acho que é a posição mesmo que eu ocupo de profissão, de profissional, de ter estudado e de ter uma posição mesmo hoje na sociedade. (...) Sempre aquela questão de desbravar, de ser independente. (HOSANA)

Destarte, apesar de todas as contradições apresentadas, a possibilidade da atuação profissional tem valor significativo na vida destas mulheres, mesmo que elas tenham que se sobrecarregar cotidianamente para privilegiar o espaço privado e, ainda assim, atuar no mundo do trabalho. Afinal, nenhuma delas abre mão de uma atuação profissional para se dedicar exclusivamente à maternidade. “A gente vê realmente assim, essa questão da mulher hoje, trabalhar o dia todo e criar um filho, não é fácil. É cansativo.” (HOSANA). Até mesmo o cansaço, ou melhor, o excesso de papéis desempenhados e a necessidade de construir formas flexíveis para a resolução dos conflitos que emergem no cotidiano são significados de maneira positiva: “É muito bom. [risos] Ah, eu gosto.” (UACILA); “eu me acho vitoriosa.” (ROBERTA).

As mudanças na condição da mulher na sociedade, principalmente na ampliação das possibilidades para a atuação profissional, fazem emergir diversos focos de tensões e contradições nas representações dos papéis de gênero. Na sociedade atual os limites da composição e articulação entre os papéis femininos e masculinos são cada vez mais tênues. As experiências cotidianas, relatadas pelas participantes desta pesquisa, refletem as vicissitudes e os desafios que a complexidade das relações apresenta. A questão que emerge neste momento é: como essas mulheres percebem tais transformações a partir da análise geracional? Tentaremos nos aproximar de uma resposta na próxima categoria.

### **6.5 Diferenças geracionais: permanências e mudanças**

A presente análise foi construída a partir das vivências e sentidos que as mulheres entrevistadas constroem de suas experiências atuais, que são frutos de processos individuais e, sobretudo, históricos e sociais. Desta maneira, esta categoria pretende percorrer a historicidade presente nos relatos destas mulheres na tentativa de perceber as mudanças e permanências dos papéis femininos entre as gerações. Para tanto, iremos localizar a análise a partir da percepção que as participantes desta pesquisa têm de três gerações: a sua, de sua mãe e de sua avó.

Melissa e Natália<sup>29</sup>, assim como as demais entrevistadas, são convidadas, durante a entrevista, a verbalizar suas percepções acerca das diferenças geracionais. A narrativa de Melissa começa trazendo elementos sobre o processo de conquista da autonomia em relação à reprodução biológica e o controle do próprio corpo nas três gerações.

Ela revela que, na geração de sua avó, existiam poucas possibilidades para as mulheres, pois “a mulher é feita pra reproduzir e cuidar dos filhos”, e completa: “a minha avó não teve acesso a métodos anticoncepcionais, ela não pôde escolher quantos filhos ter, ela simplesmente tinha, e tinha que obedecer o marido.”. Podemos perceber que a avó de Melissa não tinha acesso a formas de

---

<sup>29</sup> Apenas Melissa e Natália verbalizaram sobre as experiências das avós. Roberta disse que não chegou a conhecer suas avós. Hosana, apesar de ter conhecido a avó materna, desconhece a realidade vivida por ela. Já Uacila, mesmo sendo questionada durante a entrevista, não verbalizou acerca das vivências de suas avós.

contracepção e, por isto, a prática sexual ocasionalmente culminava na gravidez, sem que ela ao menos pudesse exercer qualquer tipo de controle. Logo, é evidente que na relação conjugal da avó de Melissa havia a associação entre sexo e reprodução.

Tal lógica também pode ser aplicada no caso da avó de Natália. Apesar de a entrevistada não verbalizar com clareza a dificuldade de sua avó para exercer o controle reprodutivo, sua fala nos conduz a essa reflexão: “Minha avó e eu, a gente não tem nada a ver, nada, nada, nada a ver com nada. Por que... ela criou quantos? 12. 12 filhos.”. Logo, a estranheza de Natália com relação ao número de filhos que a avó teve sugere a dificuldade de realizar o controle da fecundidade da mulher, bem como contrapõe as experiências atuais, ou seja, hoje o controle da fecundidade está tão incorporado às práticas da sexualidade da mulher que se torna difícil pensar em um número tão elevado de filhos.

Além do mais, estas experiências também apontam para o pressuposto de que homens e mulheres da geração das avós tinham papéis bem definidos na estrutura familiar, isto é, a mulher era responsável pela procriação e pelo cuidado com os filhos, em uma relação de “obediência” ao marido. Sendo assim, é possível afirmar que a geração das avós, claramente nos relatos de Melissa e Natália, foi marcada pela divisão dicotômica entre os gêneros, baseada na relação de submissão feminina e dominação masculina.

Algumas mudanças aparecem quando Melissa relata a experiência de sua mãe:

(...) minha mãe teve quatro filhos e ela fala que ela só teve quatro filhos porque meu pai não ajudava nessa questão. Ele não fazia questão nenhuma de evitar filhos. E ela que tinha que tomar frente, de tomar anticoncepcional, e naquela época o anticoncepcional tinha vários efeitos colaterais, né. Até que ela resolveu fazer a ligadura, a laqueadura, mas mesmo assim pro meu pai consentir foi difícil.

Vemos que na geração da mãe de Melissa surgem novas formas contraceptivas, como a pílula anticoncepcional e a ligadura de trompas. No entanto, tais métodos apresentavam no início do desenvolvimento biotecnológico, principalmente a pílula, uma série de efeitos colaterais, que dificultavam a sua utilização. Entrementes, cabia à mulher adotar tais métodos sem a participação do homem, que, por vezes, ainda intervinha de maneira contrária. A ligadura de

trompas, por exemplo, só era realizada a partir do consentimento do marido. Logo, podemos verificar que, mesmo com surgimento de novas possibilidades, a mulher detinha pouco controle sobre seu corpo e era sua tarefa a completa preocupação acerca da contracepção.

A experiência de Melissa aponta mudanças mais significativas: “hoje em dia eu acho que a mulher tem mais autonomia até para decidir quantos filhos ela tem.”. O trecho citado aponta que, com o surgimento e os aprimoramentos dos métodos contraceptivos, a mulher passa a ter maior controle sobre seu corpo e, conseqüentemente, sobre a reprodução. No caso das demais entrevistadas, este ponto não aparece com clareza nos relatos, porém é interessante observar que cada uma delas tem apenas um(a) filho(a), o que também evidencia a possibilidade do controle reprodutivo.

Assim, podemos perceber que, além da dissociação da prática sexual em relação à reprodução biológica - a gravidez deixa de ser uma consequência inevitável da relação sexual -, esta condição oferece à mulher autonomia para realizar o planejamento em relação ao número de filhos. Podemos perceber que as mulheres participantes desta pesquisa optam por um número reduzido, fato que nos remete à ideia de que ter muitos filhos na atualidade significa maior dedicação da mulher à maternidade e, conseqüentemente, menores possibilidades para a atuação na esfera pública.

Outro ponto decorrente do processo de emancipação feminina é a possibilidade da negociação entre o casal no que se refere ao planejamento familiar. O que na geração das avós era visto como um processo natural da mulher, hoje exige novas formas de representação, nas quais homens e mulheres são convidados a pactuar: “Na minha geração, a mulher ela pode combinar isso com seu companheiro: - ó, eu quero ou não ter filhos, ou se quero e você quer, quantos filhos nós vamos ter.” (MELISSA). Nos relatos de Natália e Hosana também podemos verificar a existência da participação dos(as) companheiros(as) em relação ao planejamento do número de filhos. Deste modo, a promoção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres cria novos espaços dialógicos no âmbito da sexualidade e do planejamento familiar. Mais que isso, a emancipação feminina em relação aos limites impostos pela biologia do corpo, além de propiciar novas possibilidades para o exercício da sexualidade, contribui para a promoção de relações de gênero mais equânimes.

Retomando a discussão sobre o período geracional das avós, vimos que não existiam muitas possibilidades de escolha para as mulheres. Como Melissa ressalta, sua avó tinha um papel determinado, uma trajetória esperada, norteadas por códigos sociais de conduta:

(...) na época da minha avó, que a mulher era obrigada a seguir o que a sociedade pleiteava, que a sociedade dizia. (...) a realidade da minha avó, ela é uma mulher educada para crescer, constituir família, cuidar dos filhos e obedecer o marido. (MELISSA)

O discurso social associava (e ainda o faz em outras lógicas) a mulher exclusivamente à domesticidade e a todas as implicações inerentes a este espaço, inclusive a submissão da mulher em relação à autoridade do homem: “Eu adoro brincar com a minha avó, por exemplo, achei muito engraçado, que ela acha que a mulher tem que ser submissa total ao homem. Total. Totalmente.” (NATÁLIA). Portanto, as falas das entrevistadas retratam bem a valorização dos papéis patriarcais, até mesmo pelas próprias mulheres.

Já as mães das entrevistadas, que tiveram sua fase adulta durante épocas de intensas mudanças sociais, promovidas principalmente pelas reivindicações do movimento feminista, supostamente tiveram suas experiências operando segundo referências sociais mais igualitárias dos papéis generificados. Mas, cabe questionar até qual ponto a ebulição deste movimento de fato tocou a vida destas mulheres?

O que vemos, principalmente na fala de Melissa quando se refere a sua mãe, é que estas mulheres fizeram parte de uma geração que, muitas vezes, teve que “tomar frente” para garantir alguns direitos: “A minha mãe (...) começou a ter, e, umas regalias, por assim dizer, alguns direitos: trabalhar fora, dividir o tempo entre a casa e os filhos, tendo ainda que se submeter às vontades do marido, marido como chefe do lar, o dono da situação.”. Neste ponto do discurso Melissa traduz a coexistência de valores, a saber, a tensão entre tentativas emancipatórias *versus* os valores patriarcais arraigados. Mesmo com todas as mudanças, a autoridade e soberania masculinas eram (e ainda são) um polo de resistência neste processo. É interessante perceber como Melissa significa este processo de mudanças utilizando o termo “regalias”, que não nos remete à ideia de direitos, mas sim de lugares privilegiados – e, portanto, ilegítimos - para estas mulheres.

Natália e Roberta também apontam a existência da divisão patriarcal, estereotipada e sexista dos papéis generificados na geração de suas mães:

(...) meu pai sempre falou alto com minha mãe, sempre. (...) Ela, ela não achava que ele tava certo, só que ela achava que ela não podia tirar a autoridade do meu pai. (...) O papel dela? Cuidar da gente, o tempo inteiro, ela era mãe o tempo inteiro, 24 horas, ela só não tinha, por exemplo, moral, porque acontecia que ela xingava e batia, batia, batia, e a gente continuava fazendo as mesmas coisas. Aí era o meu pai chegar e a gente não fazia mais. (NATÁLIA)

(...) a minha mãe ela não trabalha fora, nunca trabalhou, né, dona de casa. (...) O meu pai é extremamente provedor, um homem muito ligado à família. (...) o meu pai é 100% provedor de tudo. Inclusive das vezes que tem que ser emocional, ele deixa a desejar, mas aí ele, minha mãe: - Opa, opa, vamos ali. (...) Mamãe foi muito, assim, rígida. Ela é uma mulher muito inteligente, mas foi uma mulher que não saiu do interior e é uma mulher, não, não foi, ela é. Sabe quando não explorou demais, não teve como estudar, casou muito nova, só teve filho, né, imagina, nove, né. Viveu só focada nisso. (ROBERTA)

Vemos que os valores patriarcais ainda perpassam a geração destas mães, isto é, a mulher como responsável pela organização do lar, a distribuição do afeto e o cuidado com os filhos, sem muitas oportunidades para ter outra ocupação na esfera pública, enquanto o homem atua como provedor e o principal representante da autoridade. Este mesmo cenário não modifica muito na experiência relatada por Hosana, apesar dela sinalizar algumas mudanças na direção por relações mais igualitárias:

Minha mãe veio pra Belo Horizonte pra que os filhos estudassem, meu pai continuou no interior, vinha de quinze em quinze dias, sempre com aquela, aquela, assim, chegava ele, tinha que fazer tudo, ficava fora, ficava fora pra ganhar o dinheiro pra sustentar a família. Minha mãe sempre foi a pessoa que conduziu mesmo a família, rédea curta, brava, sempre tudo. (...) meu pai nunca fez nada em casa. Nada. (...) Sempre foi assim, meu pai há uns dez anos ele teve uma mudança assim tão, que hoje a gente vê e nem acredita. É, lava as louças, arruma a cama pela manhã, sabe? São assim, é, é, mudou demais, e a gente nem acredita, porque ele nunca tinha feito isso.

Este pai, que antes sequer cogitava a possibilidade de realizar alguma atividade na esfera doméstica, que atuava primordialmente como provedor financeiro, passa a realizar pequenas ações das atividades do lar. Uma mudança tímida de comportamento que, mesmo assim, surpreende a entrevistada. Este movimento é reflexo de uma sociedade ainda com valores predominantemente

patriarcais, mas permeada por constantes questionamentos sobre a condição da mulher.

Hosana também avalia que um dos principais motivos da relação de submissão e opressão estabelecida por seus pais se fundamenta na falta de ocupação profissional de sua mãe. Nas palavras da entrevistada:

(...) minha mãe desde que casou, meu pai teve outras mulheres (...). Então, eu sei, assim, hoje eu vejo, se ela trabalhasse, se fosse uma mulher independente, talvez ela não teria ficado, né, casada, se fosse outro tempo. Essa diferença. Se existe submissão, a questão de não ter uma remuneração. (...) Então, quer dizer, essa posição, que ela acabou aceitando no decorrer do tempo, né, eu acho que se ela tivesse, eu acho que ela vê assim, como ela optou em casar, não pôde estudar, não teve a profissão, não pôde não, não optou por fazer isso, é estudar, não ter a profissão dela. Ela submeteu a um tanto de coisas, que hoje, comigo é diferente, por trabalhar. Ser independente, assim.

Cabe destacar dois pontos apresentados no trecho acima. Em primeiro lugar, parece que Hosana considera a profissionalização uma via fundamental para a emancipação feminina e, em segundo, que ela mesma salienta que sua mãe fez uma opção. Vale ressaltar que a possibilidade de escolha para a mãe de Hosana se apresenta como reflexo de uma sociedade permeada por valores mais flexíveis. Ainda assim, ela elege uma relação de submissão conjugal, ou seja, reifica a valorização da domesticidade enquanto lugar de referência e reconhecimento para a mulher em detrimento de uma atuação na esfera pública.

Por outro lado, não podemos nos esquecer que a esfera privada também se apresenta como um lugar privilegiado para o exercício do poder pela mulher. Dentro de casa, com os filhos, na organização doméstica, é esta mulher quem usualmente dá o tom para as relações: “Minha mãe nunca trabalhou, mas sempre foi a matriarca mesmo, sabe? Eu vejo assim, que a educação dos filhos, né, sempre foi muito ligado a ela. As decisões era ela quem tomava.” (HOSANA).

No caso das mães de Uacila e Natália também podemos perceber a coexistência desse contínuo movimento entre valores mais flexíveis e os papéis estereotipados. Uacila retrata a relação dos pais da seguinte maneira:

O papel da minha mãe é aquela que cuida, que não paga conta, aquela que cozinha, que olha os filhos, enfim. Meu pai é o provedor, aquele que paga as contas, entendeu? Ela trabalha, só que ela tem a grana dela, o trabalho dela. Ela paga o que ela quer dentro de casa, se ela quer uma decoração, esses trens, ela faz. Agora, para pagar uma luz, por comida

dentro de casa, não, ela nem pensa, nem preocupa. A autoridade é compartilhada, eu acho, no caso dela. Ele fala que é ele que manda, porque ele acha que o lugar, que o modelo é esse, mas não é, porque ela manipula, ela consegue. Então, é compartilhada, eles compactuam.

Diferente dos demais relatos, a mãe de Uacila tem uma atuação profissional, mas os papéis se organizam de acordo com a lógica da divisão sexista generificada, reproduzindo a divisão dicotômica entre o homem e a mulher. O trabalho da mulher parece atuar apenas como mais uma forma de poder na esfera doméstica: “ela paga o que quer dentro de casa”. A autoridade parece ser compartilhada, mas a cena representada entre o casal ainda opera conforme o que ela chama de “modelo”, isto é, modelo idealizado pautado na lógica patriarcal.

Natália também retrata a atuação profissional de sua mãe com base nos parâmetros da domesticidade:

Porque a minha mãe não pôde na época dela, trabalhava meio horário, quando, até a gente fazer cinco anos ela ficava com a gente. Depois ela que quis trabalhar, uma coisa que também era raro na época dela, né, na geração passada, ela quis trabalhar. Então, ela ficava meio horário trabalhando, que era o tempo que a gente tava na escolinha e o outro tempo com a gente.

Fica evidente que a criação e o cuidado com os filhos são preeminentes para esta mulher, uma vez que ela se dedica integralmente a este papel durante a infância dos filhos e, posteriormente, elege uma atuação apenas no horário em que eles estão na escola. Ainda que seja possível a atuação profissional desta mulher, a prioridade é a sua presença na esfera doméstica. Portanto, o cenário que podemos visualizar da geração das mães das entrevistadas retrata uma sociedade permeada pelo início das transformações nos valores e papéis femininos e, ao mesmo tempo, a manutenção das relações pautadas na lógica patriarcal.

Nos relatos, as entrevistadas tecem algumas comparações sobre as gerações anteriores e as suas vivências atuais. Natália, por exemplo, pontua algumas contradições neste processo intergeracional de transmissão dos valores e papéis dicotomizados:

E eu, eu sou da seguinte opinião, a nossa geração, as nossas mães foram criadas pra ser a mulher da casa, a ser a mulher é, é, como que eu falo? (...) elas foram criadas pra ser esposas, dona do lar e aguentar desaforo, né. Porque os maridos eles vão, quer tudo na hora, pelo menos o meu pai é assim, e os que eu conheço são assim, não ajudavam, não faziam nada.

Então, as nossas mães nos criaram pra não aguentar desaforo. Nenhum.(...) Sempre me ensinou assim. Então, eu brinco que se a gente foi criada pra não aceitar desaforo, nós não fomos preparadas para o casamento. Pra não aceitar desaforo, a gente não foi preparada para o casamento. Porque o homem não foi criado pra parar de fazer desaforo com a mulher, ele continuou como o homem, né, que sai pra trabalhar, que volta, na vida dele. A gente não, nós somos criadas, pra, pra não, como que eu digo? É, eu, eu uso essa palavra não aceitar desaforo, mas dentro dela tá tudo, de tudo. Porque a gente foi criada pra não aceitar as coisas no casamento. A nossa mãe não virou e falou assim: - você não tem que aceitar as coisas do casamento, mas as coisas que elas pediram pra gente não aceitar existe 24 horas no casamento. Entendeu? Então, não dá certo, não combina. Então, a gente tem que criar um novo casamento.

Cabe destacar quatro pontos do discurso acima: a dicotomia generificada dos espaços público e privado (a mulher dona de casa e o homem que trabalha); a subordinação da mulher em relação ao homem para ter que “aguentar desaforo”; a coexistência de antigos e novos valores dos papéis sociais dos homens e mulheres na conjugalidade; a necessidade de reinventar o casamento, criar um novo casamento pautado numa lógica não dicotomizada, ou pelo menos, não tão dicotomizada, um casamento que possa ser sustentado numa perspectiva em que as mulheres não precisem “aguentar desaforo”.

Vemos que, segundo Natália, sua mãe foi socializada para reproduzir a lógica patriarcal, que hierarquiza e dicotomiza as relações entre homens e mulheres, a saber, a mulher responsável pela domesticidade em uma posição de subordinação frente ao homem. No entanto, esta mãe parece repassar para a filha valores mais flexíveis, baseados nas formas mais igualitárias dos papéis de gênero. Aparentemente, a mãe de Natália tem que se contentar com sua situação de submissão, mas vê na filha a possibilidade de romper com esta lógica, ou seja, procura ensinar para Natália outras formas mais igualitárias de representação. Em contrapartida, a entrevistada pontua que o cotidiano não favorece uma atuação mais equânime, pois “as coisas que elas pediram para a gente não aceitar existe 24 horas no casamento”. Leia-se: ainda há desigualdades nas relações entre homens e mulheres, principalmente na esfera doméstica. Essa equação complexa que associa novos e antigos valores faz Natália pensar que é necessário construir novos parâmetros para as relações atuais: “a gente tem que criar um novo casamento”.

O processo de identificação e/ou diferenciação das entrevistadas em relação às mães reflete o contínuo movimento de intercâmbio entre valores antigos – com base nas dicotomias ostensivas e generificadas dos papéis sociais de homens e

mulheres - e atuais – com base em relações mais igualitárias com contornos borrados entre as representações de gênero. Roberta sinaliza o avanço no processo pela igualdade nas relações familiares ao dizer que não se identifica com o lugar de submissão ocupado por sua mãe: “Eu não sou resignada igual a minha mãe é. Resignada de aceitar: - ah, esse é meu papel como mãe, esposa.”. Uacila também retrata bem essa dinâmica no seguinte trecho da entrevista:

Ela [a mãe] se apoia muito no meu pai, só que a minha mãe é uma mulher muito empreendedora. Então, esse lado meu, de trabalhar, de ser determinada, de sair pra vida, isso eu aprendi com ela, desde pequeninha. Então, tem coisa que, que, são muitos diferentes, que ela é muito arraigada. (...) Que eu não, não tenho obrigação.

Interessante observar como a entrevistada se identifica com o lado empreendedor da mãe: “de trabalhar”, “de ser determinada”, “de sair pra vida”; isto é, o papel da mulher associado também ao mundo do trabalho; e se diferencia no que ela chama de valores arraigados – ou valores patriarcais? Logo, vemos que Uacila rejeita uma identidade constituída apenas no âmbito doméstico: “não tenho obrigação”. Isso nos leva a questionar se para a sua mãe, assim como para a mãe de Roberta, foi uma obrigação. Logo, podemos pensar que na geração destas mães, mesmo com uma maior abertura para a circulação entre as esferas, a mulher ainda tinha que sustentar seu papel primordialmente na domesticidade. Em contrapartida, a atuação em ambas as esferas – pública e privada – parece ser uma condição *sine qua non* para a construção identitária da mulher nos dias atuais.

Finalmente, Melissa também fala sobre a sua situação: “na minha realidade hoje, é mais fácil.”. A suposta facilidade presente em seu discurso parece fazer referência ao período geracional vivenciado por sua avó, como podemos ver no seguinte trecho de sua entrevista: “se eu tivesse vivido na época, nascido, ou tivesse me casado na época da minha avó, eu teria provavelmente seguido o caminho da minha avó, talvez tivesse casada ainda, infeliz, obedecendo o marido e frustrada.”. Portanto, compara a experiência de sua avó baseada na lógica que a sociedade atual lhe oferece, isto é, a perspectiva que ela utiliza para significar a experiência da sua avó é baseada na condição de vida que tem nos dias de hoje. Logo, viver como a avó vivia, ou melhor, performatizar os papéis da mesma maneira que a sua avó, nas palavras de Melissa, seria “mentir em tempo integral”. E, assim, ela conclui que as mudanças provenientes das reivindicações das mulheres promoveram

significativas transformações para as mulheres hoje: “fez toda a diferença pra gente sim.”.

Enfim, podemos concluir que as diferenças geracionais nas famílias das entrevistadas apontam para uma parcela das inúmeras mudanças que ocorreram na condição feminina e nas possibilidades das mulheres experienciarem os papéis de gênero. Nos relatos, pudemos observar que o surgimento de formas biotecnológicas cada vez mais sofisticadas modificou a relação que homens e mulheres estabelecem acerca da reprodução biológica e, conseqüentemente, acerca do exercício da sexualidade e do planejamento familiar. Para além da dimensão sexual e corporal, a possibilidade de uma atuação profissional também se apresenta como meio emancipador para as mulheres entrevistadas. Por fim, a experiência destas três gerações – da entrevistada, da mãe e da avó – refletem importantes mudanças históricas e sociais, pois o que antes era discursivamente apresentado como uma trajetória linear e naturalizada para a mulher – “crescer, constituir família, cuidar dos filhos e obedecer ao marido” – se ramifica, criando outros possíveis caminhos, em um processo contínuo, dinâmico e não linear.

## **6.6 Os papéis sociais e as esferas pública e privada**

Ao longo desta análise, vimos que nos dias atuais as mulheres entrevistadas tentam cotidianamente equilibrar sua participação nas duas esferas: pública e privada. Ao mesmo tempo, percebemos que estas mulheres constroem (e reconstróem) suas identidades sustentadas por valores mais flexíveis, ainda que as relações sociais preservem, em certa medida, as dicotomias patriarcais generificadas.

Na atualidade a dicotomia entre público e privado não apresenta contornos ostensivos e, assim, possibilita a atuação da mulher em todas as esferas sociais. Em contrapartida, a esfera doméstica ainda é o espaço legitimado para a atuação da mulher, assim como não há equidade na vida privada, uma vez que ainda são elas quem se responsabilizam – e são responsabilizadas - pelo cuidado com a casa e com os filhos.

O trânsito da mulher pelas esferas não ocorre de maneira equânime, pois mesmo que ela tenha uma atuação profissional – e valorize tal atuação – a vida doméstica ainda ocupa o lugar de destaque. É inegável que as mulheres ganharam mais espaço na vida pública, mas a necessidade de compartilhar as responsabilidades domésticas continua se apresentando como um ponto de tensão. Natália apresenta sua percepção acerca das diferenças entre homens e mulheres com relação à conciliação destes papéis:

Aí depois administrar meu trabalho. Só que quando eu chego no meu trabalho, eu fico pensando na minha casa. E no meu filho. E no meu marido. Só que eu tenho que trabalhar. E lá eu não. Porque eu acho que o homem, quando, pelo menos essa é a minha visão, ele chega no trabalho ele não lembra da casa. Ele trabalha. Aonde que, ele fechou aquela porta [de casa] e saiu, pronto, agora é o trabalho dele. Nós não podemos ser assim, a gente saiu daquela porta [de casa], a gente tem que continuar pensando no que está acontecendo aqui [em casa].

O trecho acima nos remete à ideia de que é a mulher quem tem que se desdobrar para dar conta de tantos papéis. Para ela parece não haver limites entre as esferas, ou seja, mesmo enquanto trabalha, ela monitora as ocorrências domésticas. Vale destacar que, para a entrevistada, este trânsito não ocorre da mesma maneira para os homens que, ao ultrapassarem o limite doméstico “a porta de casa”, incorporam apenas seu papel público, dedicando-se somente ao trabalho. Mais uma vez fica evidente a estereotipia entre os gêneros na relação dicotômica entre as esferas pública e privada, ou seja, a mulher ainda precisa voltar-se para o lar mesmo quando atua no mundo público, enquanto que para o homem os limites parecem mais evidentes: dentro ou fora da porta de casa.

Apesar de ser uma experiência isolada – narrativa apenas de Natália – podemos pensar que talvez para as mulheres contemporâneas os limites entre as esferas estejam cada vez mais borrados, pois ambos os espaços são importantes para sua construção identitária, mesmo que a privacidade se apresente como o lugar de maior valor – seja pelo reconhecimento, poder e/ou pela legitimidade. Em contrapartida, para os homens os limites ainda se apresentam com contornos mais definidos, uma vez que sua atuação no mundo público é legitimada e sua participação na vida doméstica ocorra de forma coadjuvante. Isto nos leva a supor que o acúmulo de funções promova uma série de conflitos e ambiguidades para as mulheres contemporâneas.

Os discursos apresentados nesta pesquisa retratam as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Parece que as entrevistadas precisam se desdobrar para “dar conta” de administrar tantas funções, como podemos perceber no relato de Uacila:

Eu tive que dar conta de morar sozinha, de bancar morar sozinha, de bancar um filho sozinha. É escola, é, enfim, tudo. Criação. Eu tive que construir a minha carreira. Tive que estudar, eu fiz pós-graduação, eu fui pro mestrado, enfim. Entendeu? Tive que fazer essas coisas ao mesmo tempo.

Vemos que a entrevistada destaca a sua atuação em vários papéis e, sobretudo, na articulação destes. Chama-nos a atenção a palavra “tive”, que traduz uma obrigação. Isto nos leva a supor que uma mulher na atualidade tenha mesmo que sustentar várias atividades para obter reconhecimento. Natália, por sua vez, nos conduz a esta mesma linha de raciocínio ao utilizar também verbo “ter”: “Porque hoje eu tenho que administrar meu filho, administrar a casa, administrar meu trabalho e administrar meu marido.”.

Desta forma, podemos pensar que para elas não é suficiente “dar conta” de realizar bem um ou outro papel, mas sim a sua totalidade. Na perspectiva de Melissa, esta realização parece estar diretamente relacionada aos lugares que ocupa, conforme revela no seguinte trecho: “a minha realidade hoje é cuidar dos filhos, participar da educação deles, trabalhar, me realizar enquanto mãe, enquanto profissional, enquanto mulher.”. Nota-se que seu discurso sinaliza o desejo de realizar-se através da triangulação entre ser mãe, profissional e mulher.

Nesta perspectiva, cabe também questionar como as entrevistadas percebem a articulação de seus diversos papéis e o trânsito entre as duas esferas. Melissa elenca algumas de suas funções: “Enquanto profissional, enquanto administradora da casa, enquanto mãe.”. Ela significa cada um deles e, sobretudo, a articulação entre eles como uma tarefa difícil: “Não vou falar com você que é fácil não”, e completa: “As dificuldades é, eu acho que elas estão relacionadas a esses vários papéis mesmo.”. Para a entrevistada a tarefa de assumir várias funções no seu dia-a-dia parece ser uma experiência complexa, como podemos notar no trecho a seguir:

Ter que dar conta de várias coisas ao mesmo tempo. Então, conciliar realmente a casa, com os filhos, com o trabalho, com os amigos, com o lado

mulher, com a vontade de querer sair, de realizar os meus sonhos e isso às vezes é um pouco pesado, um pouco difícil.

Podemos observar que ela utiliza a palavra “pouco” na tentativa de suavizar a sua situação, porque em alguns momentos é muito difícil e pesado conciliar todas estas responsabilidades. Também podemos pensar que, caso Melissa afirme com clareza que o fato de ter que conciliar todas as tarefas narradas é difícil e é pesado, significaria a admissão de sua fragilidade. Já Hosana admite sua dificuldade com mais clareza:

Difícil. Não é fácil, é difícil, mas é tão, eu acho que veio nesse decorrer, essa questão quando eu falo assim, de viver antes muito pra mim, né, eu sempre tive, esse espaço todo era meu, né, apesar de ter o trabalho e tudo, mas conciliar isso com a [Filha H], com a questão de viver junto, com a questão do casamento também, isso não é fácil.

Parece que, para Hosana, ser uma mulher atuante na esfera do trabalho não é uma tarefa muito complicada, mas a agregação da família e a emersão dos papéis domésticos configuram um cenário muito mais complexo que, por vezes, gera uma sobrecarga para a mulher: “Eu tô sobrecarregada, muito sobrecarregada.” (Natália). Roberta também afirma com clareza tais dificuldades: “Olha, não é fácil, não é fácil. Então, é pesado. É pesado. Não é fácil, não é qualquer pessoa que dá conta. Não é que eu sou a mulher maravilha nem nada, mas não é fácil.”.

Ser uma mulher maravilha: a heroína das histórias em quadrinhos. Como se o retrato da mulher nos dias de hoje tivesse que ser o da supermulher, sem falhas e limitações. Mas, será que a mulher contemporânea precisa de superpoderes para dar conta de garantir sua atuação em tantas áreas? Qual imagem que estas mulheres desejam sustentar? Temos a sensação de que, para estas mulheres, é necessário assegurar cada lugar conquistado na tentativa de provar que são capazes de cuidar bem do espaço doméstico e, ainda assim, atuar na vida pública. Entretanto, não ser essa “mulher maravilha” nos diz de uma mulher real, sem superpoderes, com seus limites e suas possibilidades que, em alguns momentos, não vai mesmo “dar conta” de tantas responsabilidades:

Eu penso que eu, eu, eu, não tô dando conta. Mas não tô dando conta, tô, porque eu tô fazendo. É meio ambíguo isso, né. Por quê? Porque eu tô fazendo, só que eu não tô satisfeita, não tô satisfeita com a Natália no trabalho, não tô satisfeita com a Natália mãe, não tô satisfeita com a Natália casa. Então hoje, por isso que eu te falo que eu tava em conflitos, que eu

não sei se eu seria a melhor pessoa para dar essa entrevista. Porque eu tô com esse conflito hoje. (NATÁLIA)

Cabe destacar a ambiguidade: dar e não dar conta. Natália revela que, apesar de conseguir desempenhar todos os papéis citados, não está satisfeita com a sua atuação. Por vivenciar tais conflitos – dar e não dar conta, não estar satisfeita com a desenvoltura de seus papéis - ela considera um risco ser retratada por esta pesquisa como representante da mulher contemporânea. Mais uma vez fica evidente a vontade de destacar as potencialidades da mulher que busca sua satisfação na boa desenvoltura em ambas as esferas: “(...) Mas eu não era infeliz, não fui, não fiquei aquela mulher amarga, e insatisfeita, porque eu dava conta de resolver. Eu dei conta.” (ROBERTA).

Seguindo esta lógica, as entrevistadas destacam os pontos positivos resultantes da coexistência destes diversos papéis. Roberta e Uacila ressaltam a satisfação por conseguirem ocupar todos eles:

Eu vou te falar, que eu sinto o maior orgulho porque eu dei conta. Eu dei conta. Eu sei que eu dei conta. (ROBERTA)

É muita coisa. Eu sei que é, mas é o que eu dou conta. Eu não faço resmungando, reclamando, entendeu? (UACILA)

Na percepção de Melissa, a vivência desta pluralidade lhe oferece um lugar de reconhecimento, tanto de si mesma – “a gente vê que a gente dá conta” – quanto em relação aos outros – “eu acho que com o passar do tempo, hoje em dia, eu conquistei o respeito deles (...) os outros passam a te respeitar também, e até percebem que você cresceu.”. Portanto, o fato de ser mãe, trabalhadora e, com suas palavras, ser aquela que consegue “dar conta” de conciliar suas responsabilidades confere a estas mulheres um lugar emancipatório e autônomo.

Tal conquista é significada por Melissa de forma valorizada, como podemos observar em sua narrativa: “a maior vantagem é a autonomia, você poder fazer uma coisa sem ser obrigada, você poder tomar suas decisões e sofrer as consequências das mesmas.”. Hosana e Uacila parecem concordar com Melissa ao ressaltarem – e valorizarem - sua independência:

Então, assim, quando eu falo dessa independência, eu acho que é isso mesmo, de fazer aquilo que eu desejo, o que eu quero, no momento que eu quero. E poder definir isso, se eu quero ou não. (HOSANA)

Eu tenho autonomia, eu tenho liberdade, vou pra onde eu quiser, eu pago as minhas contas, eu viajo, eu faço o que eu quiser. E, e hoje eu tenho orgulho dessas coisas, sabe? (UACILA)

Vemos que mesmo com todas as dificuldades verbalizadas, dar conta de circular entre as esferas, ou melhor, a conquista da liberdade, bem como da autonomia é motivo de orgulho para estas mulheres. A mulher hoje não se contenta apenas com o reconhecimento no espaço doméstico. Além do mais, podemos pensar que a conquista deste lugar emancipatório, promovido principalmente pelo trabalho, modifica a condição de submissão das mulheres em relação ao homem:

Sempre aquela questão de desbravar, de ser independente, de não depender de homem, né. (...) Eu acho que liberdade mesmo. (...) Eu acho que, não sei se hoje, eu acho que até exista, mulheres que aceitam essa submissão, quando a gente vê essa questão da violência, ainda tem muitos relatos de mulheres que aceitam por isso, mas eu acho que a busca incessante da mulher, assim, nessa posição né, de profissional. (HOSANA)

Assim, a construção identitária destas mulheres perpassa a execução de todos os papéis no âmbito público e no privado, ainda que o acúmulo gere uma sobrecarga. Parece que estas mulheres contemporâneas percebem o seu valor a partir de cada atuação - seja no contexto doméstico, seja na vida pública - e, sobretudo, valorizam a sua capacidade de articular todos eles. Logo, a mulher se reconhece e é reconhecida através da interseção entre as esferas:

Acho que a vantagem que eu vejo é porque eu tive que desenvolver muitas habilidades, e, ao mesmo tempo. Então, eu tive que conciliar muitas coisas ao mesmo tempo, tinha que ser uma boa profissional, tinha que cuidar da minha filha, tinha que montar uma casa, tive que decidir um monte de coisas, né, tenho que decidir. Tem hora que não tem ninguém pra, é aí, como que nós vamos fazer? Tem que ser eu. Então, é pesado? É. Mas eu acho que essa sobrecarga, num certo sentido, e em todos os sentidos, eu acho, ajudou, eu sei quem eu sou hoje. Entendeu? Como vejo deficiências, com as minhas facilidades, com tudo, enfim, mas essa minha história me trouxe até aqui, onde eu sou, quem eu sou. (UACILA)

Uacila pontua que a articulação de tantas funções, apesar de não ter sido uma tarefa simples, lhe impulsionou no desenvolvimento e reconhecimento de suas habilidades. Ser uma mulher que, ao mesmo tempo, cuida de sua filha, é boa profissional e tem independência nas tomadas de decisões confere a ela uma identidade: “eu sei quem eu sou hoje”. É importante destacar o sentido processual, dinâmico e, por vezes, ambíguo desta construção identitária: ser uma mulher hoje:

Ser uma mulher hoje pra mim é exercer muitas funções, assim, fazer muitas coisas. E tem que tomar cuidado pra não esquecer do cuidar, sabe, assim, de vez quando eu fico pensando, por exemplo, em cozinhar (...) porque eu to exercitando o meu feminino. Sabe essas coisas que fazem parte do feminino? (...) Ficar um pouco mais com a filha, fazendo para-casa. Ter esse tempo pra gente ficar juntas. (UACILA)

É interessante observar que, para Uacila, o exercício do feminino é mais um atributo para a constituição da sua identidade. Logo, ela revela uma maior flexibilidade nas relações de gênero, a saber, o gênero feminino não está aqui necessariamente vinculado à condição da mulher; apesar de ainda ter um valor considerável; afinal, ela não pode se esquecer. Consequentemente, atuações generificadas como masculinas também podem fazer parte da atuação da mulher contemporânea: “O masculino, eu acho que o masculino é esse, né, esse de, de ir pra vida, ir pra luta, e a gente acaba tendo que incorporar. Trabalhar.” (UACILA). Portanto, a entrevistada considera que ser uma mulher hoje é sim ter vários papéis, inclusive os masculinos, mas sem se esquecer do que ela nomeia como feminino: o cuidado.

Vimos, no decorrer da presente análise, que Melissa ocupa, na maioria das vezes, o lugar feminino de cuidadora, não só através da maternidade e do trabalho, mas também em outras relações: “Cuido dos meus pacientes, cuido dos meus amigos, querendo ou não, cuido dos meus pais (...). Cuidar daqueles que a gente ama.”. Entretanto, ela também revela a sua fragilidade ao verbalizar a sua necessidade de receber este cuidado: “eu quero colo, sabe, alguém pra cuidar de mim um pouco, eu que cuido tanto dos outros.”. Roberta também demonstra sua fragilidade: “Eu sempre fui muito brigona, muito, eu tive que sempre me blindar, assim, né, de forte (...) mas eu choro e peço colo mesmo. Eu peço ajuda.”.

Contudo, Roberta destaca que a conciliação destes vários papéis ocupa boa parte do seu tempo diário, suprimindo inclusive o tempo destinado ao cuidado de si:

O negativo também, às vezes falta tempo, pra você cuidar de você. Ele fica meio prejudicado mesmo. Você tem que fazer uma mágica, eu, eu sou, seis horas da manhã eu levanto e vou cuidar de mim, que é a hora que eu vou pra ginástica, é, o salão é uma hora que eu cuido.

Podemos pensar que o excesso de tarefas cotidianas reduz o tempo desta entrevistada para a realização do cuidado de si, fazendo com que ela tenha que

“fazer uma mágica”, ou seja, conseguir dedicar uma fração diária para tal. Hosana relata que faz questão de articular algumas horas em sua semana para realizar estas atividades: “eu tiro algumas horas da semana pra mim, eu preciso disso, eu faço isso por mim.”. Já Natália aproveita o tempo que o filho está na escola: “Porque a hora que ele está na escolinha é a hora que eu tenho também pra cuidar de mim.”. Portanto, mesmo com a sobrecarga de tarefas e o desempenho de várias funções, estas mulheres fazem questão de articular o tempo - mesmo que seja uma pequena fração - para realizarem este cuidado.

Para além da questão temporal, o cuidado de si diz também da construção identitária destas mulheres, ou seja, ao separarem um tempo para realizar tarefas tipicamente femininas, elas estão ressaltando “o lado mulher”. A mulher que se cuida, a mulher que anda bem arrumada, a mulher que está bonita. Nas palavras de Uacila: a mulher que exercita o feminino:

(...) a questão de beleza, de se cuidar. Eu acho que o homem quando isso acontece é visto como uma forma diferente. A mulher não, né, ela, ela na verdade, quando isso acontece, ela é que bom, né, ter uma mulher que se cuida, que vai ao cabeleireiro, que faz a sua unha, né, que faz a sobrancelha. (...) A mulher, quanto mais ela se cuida, ela é vista de forma diferente. (HOSANA)

Portanto, a incorporação destas ações de cuidado, a saber, cuidados com a aparência genericamente feminina, é fundamental para construção identitária das entrevistadas como mulheres. É a expressão da mulher no próprio corpo. No exemplo de Natália, podemos citar, inclusive, a sua necessidade de dissociar a imagem de mulher da imagem materna:

Ah, de poder cuidar de mim. É de poder ir no salão, de poder fazer a minha unha. (...) Porque eu quero tá diferente, eu coloquei o silicone porque eu quero ficar, sei lá, eu tô com uma sede de querer ficar, depois que eu engravidei, de querer ficar mulher. (...) Que quando você, aí você tá grávida, você vira mãe. Aí se tá, aquela mãe, mãe, aí eu quero ser uma mulher-mãe. Eu não quero ser mãe. (...) só porque ela é mãe ela não tem que deixar de ser bonita.

Natália considera que a mulher ao engravidar e ter os contornos do corpo transformados, acaba perdendo sua condição de mulher. Como vimos anteriormente nesta análise, para além da questão corporal, a maternidade adota historicamente contornos enaltecidos na sociedade. De tal modo, a idealização em torno da

maternidade confere à mulher, ao tornar-se mãe, um destaque social. Nesta perspectiva, Natália considera que a mulher-mãe tem seu reconhecimento primordialmente pelo viés da maternidade, velando, assim, a questão da feminilidade. Destarte, Natália localiza o cuidado com o corpo, a feminilidade como uma forma de desvincular a imagem da mulher associada apenas ao seu papel materno: “eu quero ser uma mulher-mãe”.

Após a narração de toda a complexidade inerente à conciliação destes vários papéis, o trânsito das mulheres entre as esferas, resta-nos questionar: afinal, o que é ser mulher nos dias atuais para estas entrevistadas? Seriam elas as cuidadoras que também precisam de cuidado? As profissionais que trabalham em busca da realização e, por vezes, do sustento familiar? As mães que assumem a responsabilidade pelos filhos e pelas tarefas domésticas? As mulheres-mães? As mulheres que desejam ter mais tempo para cuidar de si? Para exercitar o feminino? A resposta parece óbvia: todos estes papéis são faces de uma mesma mulher. Cada uma das entrevistadas com suas especificidades e semelhanças. Este processo complexo de intensas e descontínuas mudanças nos papéis não forma uma identidade estática e bem delineada.

Como vemos, não parece ser uma tarefa fácil para as entrevistadas organizar esta complexidade, ou seja, os sentidos do que é “ser mulher”. Se tivéssemos que escolher apenas uma frase, de todas as entrevistas realizadas, para expressar uma forma para nomear estas mulheres, certamente a eleita seria: “ser uma mulher multi” (MELISSA). Este trecho, ao mesmo tempo em que parece traduzir a identidade a partir de uma acepção delineada, nos convida à reflexão em torno da multiplicidade, pois, ao dizer-se múltipla, Melissa coloca em xeque qualquer definição única que pretenda esgotar a identidade da mulher contemporânea.

*“Um conto pequenininho. Fala de uma princesa andando no castelo dela, e olhando os lagos, os jardins, tudo com conformidade com o que ela acredita de ecologia, a respeito do planeta. Aí aparece um sapo e ela fica olhando. E ele fala: - oi, eu sou um príncipe encantado, e tal, você podia me beijar porque eu fui enfeitiçado pela bruxa, e aí a gente vai casar, vamos ter vários filhos, você vai cuidar das minhas roupas, da minha comida, dos meus filhos e a minha mãe vai passar o fim de semana com a gente. Aí ela não responde nada. E termina o conto assim: e aí, nessa mesma noite no castelo, a princesa foi vista saboreando uma bela rã [risos] com molho branco, um vinho não sei o que, e pensando: nem morta! [risos]. Acho que é mais ou menos por aí”. (UACILA)*

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um conto de fadas contemporâneo. E como todo conto de fadas retrata uma cena idealizada: a imagem de uma mulher que rejeita uma atuação dedicada ao âmbito privado, ou seja, uma vida direcionada ao casamento e ao cuidado com os filhos. Será mesmo que “é mais ou menos por aí?”. Será que este é um retrato da mulher contemporânea? De tal modo, a pesquisa desenvolvida pretendeu compreender como se dá a articulação das mulheres entre as esferas pública e privada, através da análise dos papéis sociais e das representações de gênero construídas historicamente.

A análise histórica e intergeracional nos revelam que é inegável que a mulher contemporânea não é mais aquela que outrora foi regida ostensivamente pela lógica patriarcal, que dicotomizava e hierarquizava as relações entre os sexos e os gêneros. Na atualidade, a mulher não precisa mais se submeter ao casamento - quando é arranjado pela família -, apenas para garantir a transmissão patrimonial e/o status social, nem tampouco como se fosse o único destino possível de sua vida, com a necessidade de ser sustentada – primeiro pelo pai, depois pelo marido -, ou para obter o reconhecimento através da presença do homem; o exercício da sua sexualidade não é mais regulado reprimido, e nem necessariamente reduzido à procriação; não precisa viver enclausurada nos limites domésticos, com sua função reduzida ao cuidado da casa, dos filhos e do marido; nem tampouco é expelida do espaço público. Enfim, ela não é mais coadjuvante da sua própria história, oprimida e completamente submissa ao homem.

Mas, afinal, quem é ela? Quais são os seus papéis na atualidade? A busca por tais respostas foi a base norteadora para esta pesquisa. Para tanto, percorremos as narrativas de cinco mulheres, de diferentes configurações familiares, buscando nos aproximar de suas experiências cotidianas relacionadas a ambas as esferas, principalmente no âmbito da família, ou melhor, da privacidade.

Como vimos, o modelo de família nuclear, sexista e dicotomizado genericamente ainda opera nas narrativas como modelo idealizado de família, até mesmo no caso da família homoparental, que, a princípio, no remete à ideia de um modelo inovador, mas que reproduz as representações dos papéis generificados. A busca é pela formação do núcleo familiar, que, se pudéssemos seguir uma lógica

cronológica, se iniciaria pela constituição do núcleo conjugal (seja pelo casamento ou através da união estável), seguindo-se pela chegada dos filhos e mantido pela convivência cotidiana com os mesmos, formando, enfim, a tríade nuclear: pai – mãe e filhos. Este seria o retrato da família “arrumadinha” narrada pelas participantes. Entretanto, as experiências relatadas não se aproximam desta ordem tão linear. Os acontecimentos inesperados do cotidiano as convidam a dobrar e desdobrar os contornos familiares. Destarte, a família real, dinâmica, flexível, múltipla, repleta de desafios constantes coloca em xeque a idealização de um único modelo familiar.

Nesta mesma lógica, o casamento ainda é o destino esperado, mesmo que não mais obrigatório. A efemeridade das uniões retrata uma maior autonomia individual para a realização das escolhas, fato que reflete mudanças na condição subalterna da mulher em relação ao homem. Os vínculos conjugais se dobram e desdobram, fazem e refazem, evidenciando a manifestação de formas plurais e legítimas no estabelecimento das parcerias amorosas.

A maternidade continua sendo considerada um papel legítimo para a mulher e, por vezes, adota contornos naturalizados (reflexo da procriação como condição biológica exclusiva da mulher). Ainda hoje, a mulher é a figura parental considerada mais apta para cuidar dos filhos e, de forma geral, esta experiência é significada de maneira positiva pelas entrevistadas. Afinal, este espaço enaltecido e valorizado socialmente parece conferir a estas mulheres a oportunidade ímpar de exercício de poder.

O amor materno é narrado como algo único, incondicional, reflexo de constructos históricos e sociais que realçam a maternidade. As entrevistadas apresentam a experiência da maternidade como um trajeto esperado, desejado e, no caso de Natália, planejado, fruto da identificação com o papel materno. Papel este legitimado e valorizado historicamente, que confere a estas mulheres um lugar de reconhecimento, tanto de si mesmas, quanto da sociedade como um todo. Portanto, as entrevistadas demonstram que a maternidade é um espaço de poder e legitimidade, que, em muitos momentos, é definido e sustentado por elas.

Em contrapartida, a paternidade é apresentada como uma construção processual coadjuvante, constantemente desqualificada, o que nos leva a supor que tal desqualificação atue também como mais uma forma de realçar os contornos da maternidade. No conteúdo das entrevistas realizadas, o pai aparece apenas como um espectador, sem um espaço possível (e talvez nem desejado) para criar novas

formas para o exercício da paternidade, ainda que no discurso as mulheres exijam maior compartilhamento na vida doméstica.

Logo, mesmo que as mulheres entrevistadas tentem, em alguma medida, incorporar o discurso das relações mais igualitárias entre homens e mulheres na privacidade, elas esbarram nos acontecimentos cotidianos que ainda sustentam a atuação da mulher vinculada à vida doméstica.

O trabalho doméstico é mais um reflexo desta dicotomia sexista generificada, ou seja, uma forma de trabalho não-remunerada, essencialmente desempenhado por mulheres. No caso das entrevistadas, não há uma atuação direta delas nas tarefas domésticas, porém, elas contratam outras mulheres para ocuparem este lugar. Cabe destacar dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, a lógica da substituição, isto é, como elas não o executam diretamente, precisam pagar alguém para substituí-las; segundo, a troca desta modalidade de trabalho de uma mulher por outra sugere a existência de hierarquização na relação intragênero.

De qualquer maneira, fica evidente através das entrevistas que o trabalho doméstico é uma tarefa legitimamente feminina, executada pelas mulheres. Mais uma vez, os homens aparecem às margens deste processo, ocupando um papel absolutamente secundário. Portanto, os limites da privacidade parecem estar bem estabelecidos, o que serve de sustentação para a livre circulação dos homens pela esfera pública, bem como legitima a exploração econômica das mulheres. Ao associarmos as relações familiares aos valores da maternidade e do trabalho doméstico, podemos concluir que a privacidade ainda é um espaço de responsabilidade e atuação legitimada majoritariamente pelas mulheres.

Em contrapartida, vimos que as entrevistadas não parecem se contentar apenas com o reconhecimento obtido nos limites domésticos. Sustentadas por uma sociedade que atribui uma maior abertura estrutural para o trabalho da mulher, elas investem na vida profissional e encaram o trabalho como mais uma exigência individual, social e identitária. A conquista de uma profissão e a possibilidade do exercício da mesma atua, para estas mulheres, como um meio emancipador, isto é, o trabalho é significado como um lugar de realização e reconhecimento.

O recorte sexista no mundo público permeia o conteúdo das entrevistas, uma vez que este espaço ainda é considerado um lugar de atuação privilegiado para os homens. Tal fato se reflete inclusive nas escolhas profissionais das participantes desta pesquisa que elegem, em sua maioria, atuações generificadas como

femininas. Além do mais, as conclusões apresentadas denunciam a desigualdade na distribuição dos cargos e empregos, fundamentados, principalmente, pela necessidade da mulher em conciliar sua atuação nas duas esferas, pública e privada.

De forma geral, as entrevistadas direcionam suas vivências profissionais em congruência com suas tarefas na vida familiar, na tentativa de conciliar o trabalho com a domesticidade, uma vez que não parece ser uma tarefa simples abandonar o espaço privado para se dedicar apenas ao mundo público, ou vice e versa. As experiências narradas evidenciam que contrabalancear a atuação em ambas as esferas é uma tarefa que exige muita adaptação e readaptação cotidiana. O acúmulo de dupla, e até mesmo tripla, jornadas de trabalho geram uma sobrecarga, embora ofereçam para elas o reconhecimento e a realização. Portanto, o reconhecimento destas mulheres parece estar diretamente relacionado à triangulação entre ser mãe, profissional e mulher.

Além do mais, a incorporação de ações de cuidado tipificadas como femininas, como o cuidado com a aparência e com o corpo, são fundamentais para a construção identitária das entrevistadas como mulheres. Elas fazem questão de organizarem uma fração do tempo para incluir tais cuidados nas suas ações cotidianas. Este cuidado de si é mais uma forma de expressão da feminilidade destas mulheres, ou seja, é a expressão do feminino através do corpo.

Portanto, as análises das entrevistas sugerem que elas atribuem valor a cada função desempenhada – seja no âmbito doméstico ou no público -, mas, sobretudo, valorizam a capacidade de articular todos eles. Igualmente, a construção identitária destas mulheres parece perpassar a execução de cada um destes papéis, com base na representação do gênero feminino.

Embora na atualidade a dicotomia entre as esferas pública e privada não apresentem os contornos outrora ostensivos, as experiências relatadas ainda mostram que os limites não deixaram de existir. As mulheres ainda ocupam o lugar de destaque na privacidade, mesmo com a crescente atuação no mundo do trabalho, enquanto os homens se dedicam quase que exclusivamente ao domínio público. Desta forma, os limites são mais flexíveis para as mulheres do que para os homens, uma vez que elas transitam entre ambas as esferas, enquanto eles atuam de forma incipiente na vida doméstica e focalizam sua atuação no mundo público.

A maternidade e o trabalho doméstico ainda são os grandes nós na busca por relações mais igualitárias. Ambos sustentam a presença da mulher na domesticidade: além dos contornos idealizados, a maternidade naturalizada inicia-se necessariamente no corpo da mulher e as tarefas domésticas são responsabilidades desempenhadas essencialmente por elas. Há, portanto, a necessidade de uma redistribuição destas tarefas, ou melhor, uma maior democracia doméstica, com compartilhamento das responsabilidades com os homens, para que as mulheres possam se aproximar de relações mais equânimes entre os gêneros também na privacidade. Afinal, sem a liberdade para alçar voos mais altos na direção do mundo público, elas nunca irão conseguir competir pelos postos de trabalho de uma forma justa.

Vemos que a luta pela igualdade nas relações de gênero, bem como pelo rompimento das dicotomias sexistas - principalmente da oposição entre público e privado - parece estar longe de se concretizar. É inegável que as relações sociais se reatualizam e se flexibilizam, e as mulheres ganham, cada vez mais, espaço na vida pública, mas a necessidade de compartilhar as responsabilidades domésticas ainda se apresenta como um ponto de tensão na busca pela equidade de gênero. Parece que o desafio hoje para estas mulheres é assegurar cada lugar conquistado, possivelmente na tentativa de provar que são capazes e merecedoras de circular com competência por ambas as esferas.

Enfim, as entrevistadas retratam uma possível imagem da mulher contemporânea. Não aquela do conto de fadas, que rejeita por completo o exercício dos papéis privados, nem tampouco a mulher submissa e dominada integralmente pelo homem. Esta mulher contemporânea tem o governo de si, é protagonista da história e da sua história, mais que isso, ela desafia as dicotomias e as estereotipias das representações de gênero. Ela é essencialmente “multi”, dobra, redobra e, principalmente, se desdobra em prol da articulação dos seus papéis nas esferas pública e privada.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Christina de. Filhos da reprodução assistida. In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 277 – 286.

ALMEIDA, Marlise Miriam de Matos. **Pierre Bourdieu e o Gênero: Possibilidades e Críticas**. Séries Estudos 94. IUPERJ. RJ. Setembro, 1997.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, Casamento e Sexualidade: velhas e novas configurações. In: **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 2, 2002. p. 70 – 77.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC. 1978.

ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / AMAS: **Famílias de crianças e adolescentes: diversidade e movimento**. Belo Horizonte: AMAS, 1995.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise do Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607 – 639.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. Infância. In: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: volume 2: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. v.2. p. 9-65.

BONIN, Luiz Fernando Rolim. Indivíduo, Cultura e Sociedade. In: **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 58 – 72.

BRAGA, Maria da Graça R. e AMAZONAS, Maria Cristina L. de A. Família: maternidade e procriação assistida. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 10, 2005, p. 11-18.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N. A. (orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas. e VITALE, Maria Amalia Faller. (orgs). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE / PUCSO, 2003. p. 267–264.

CHAVES, Jacqueline. **Os amores e o ordenamento das práticas amorosas no Brasil da belle époque**. In: Revista Análise Social, vol. XLI, 2006.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle Z. e LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.9, 1998. p. 11-47.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2004.

DIAS, Maria Berenice. Paternidade Homoparental. In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 269 – 276.

FEMENÍAS, Maria Luisa. **Judith Butler: Introducción a su lectura**. Buenos Aires: Catálogos, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 640 - 667.

GOLDEBERG, Anette. **Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”**. São Paulo, 1989.

GONÇALVES, Betânia Diniz. **Transformações da identidade de gênero entre mulheres, no século XX, em Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social, UFMG, 2000.

GRISARD FILHO, Waldyr . Famílias reconstituídas: Breve introdução ao seu estudo In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 255 – 268.

GROENINGA, Gisele C. Família: um caleidoscópico de relações. In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 125-142.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP& A Editora, 2003.

HEILBORN, Maria Luíza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luíza. (org). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. p. 07 – 17.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, Identidade e Diferença (s): feminismo na reinvenção dos sujeitos. In ALMEIDA, Heloisa Buarque (coord). **Gênero em Matizes**. Bragança Paulista: CDAPH, 2002. p.319-351.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 02 de ago. 2009.

IZQUIERDO, Maria Jesús. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998. p. 7-56.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. (org). **Família brasileira, a base de tudo**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:UNICEF, 2002.

KEHL, Maria Rita. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 163 – 176.

LAMOUREUX, Diane. Público/Privado. In: HIRATA, Helena *et al* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LECHTE, Jonh. **Cinquenta pensadores contemporâneos essenciais: do estruturalismo à pós-modernidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. Estudos de Gênero: Para além do jogo entre intelectuais e feministas. In SCHPUN, Mônica Raísa (org). **Gênero Sem Fronteiras**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1997. p. 93-119.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, nº 2, ago. 2008.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Filiação e Homossexualidade. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org). **Anais V Congresso Brasileiro de Direito da Família**. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

MEDEIROS, Camila P. “Uma família de mulheres”: ensaio etnográfico sobre homoparentalidade na periferia de São Paulo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 535-547. mai/ago, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A estrutura contemporânea da família. In: COMPARATO, Maria Cecília Mazzilli e MONTEIRO, Denise de Souza Feliciano. (orgs). **A criança na Contemporaneidade e a Psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. **A formação da categoria analítica de gênero**. (circulação restrita). s/d.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. **Psicologia clínica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público-privado. In: CASTELLS, Carme (org.), **Perspectivas feministas en teoría política**. Buenos Aires: Paidós, 1996.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. FGV, Rio de Janeiro, p. 07-11, 2000.

PEREIRA, P.A. Desafios Contemporâneos para a Sociedade e a Família. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. nº 48, ano XVI. São Paulo. Cortez, 1995.

PERELSON, Simone. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no cenário francês atual. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2006. p. 709-730.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRADO, Danda. **O que é família**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, Florianópolis. 1/2002.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578 – 606.

RAMIRES, Vera Regina. **O exercício da paternidade hoje**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

RAMOS, Magdalena. Modificações da instituição família: Famílias uniparentais – produção independente. In: GROENINGA, Giselle C. e PEREIRA, Rodrigo da C. **Direito de Famílias e Psicanálise: Rumo a uma Nova Epistemologia**. Rio de Janeiro: Imago, 2003. p. 287 – 298.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. M; CODO, Wanderley. (orgs). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 13.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 99 – 124.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, dez. 2006.

RIDENTI, Sandra G. Unbehau. A desigualdade de gênero nas relações parentais: o exemplo da custódia dos filhos. In: **Homens e Masculinidades. Outras palavras**. São Paulo: ECOS, 1998. p. 163 – 183.

RODRIGUES, Carla. Butler e a desconstrução do gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

ROMAGNOLI, Roberta C. **Novas Formações Familiares: uma leitura institucionalista**. 1996. 170p. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.193-215.

SAMARA, Eni de Mesquita. Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (século XVI – XIX). In: **Revista Brasileira**, nº 22, p. 07 – 33. São Paulo: mar/ago 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita. O que mudou na família brasileira?: da Colônia à Atualidade. In: **Psicologia USP**, v. 13, nº 2, p. 27- 48, 2002.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, ago.2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre. v. 16, n. 2, jul-dez.1990. p. 5-22.

SIMIONATO, Marlene A. W e OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e Transformações da família ao longo da história**. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2009.

SINGLY, F. de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. FGV, Rio de Janeiro, p. 13-19, 2000.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, dez. 2007.

SOUZA, Candice Vidal e BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, 2001.

STENGEL, Márcia Stengel. **Tradições, contradições, transformações: a família na ótica de pais adolescentes**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e “Teorias” de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, 1995. p. 23 – 27.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, Maria Luiza. (org). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV. 2004. p. 87-116.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas**

Investigar a história da constituição familiar:

- Casamento ou união;
- Nascimento ou adoção dos filhos;
- A experiência da maternidade;

Investigar a relação da mulher com os demais componentes das famílias:

- Em relação aos filhos;
- Em relação ao marido / companheiro (caso exista);
- Em relação aos demais membros dessa família (caso exista).

Investigar as relações sociais da mulher:

- Em relação ao trabalho;
- Em relação aos papéis vivenciados;
- Em relação às diferenças geracionais.